



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL - PPGMS

MARIA DE FÁTIMA SCAFFO

**A TRANSMISSÃO GERACIONAL PSÍQUICA DOS PROTOCOLOS DE
GÊNERO COMO DISPOSITIVO MNÊMICO PARA A SUBMISSÃO
FEMININA FRENTE À VIOLÊNCIA CONJUGAL**

RIO DE JANEIRO

2013

MARIA DE FÁTIMA SCAFFO

**A TRANSMISSÃO GERACIONAL PSÍQUICA DOS PROTOCOLOS DE
GÊNERO COMO DISPOSITIVO MNÊMICO PARA A SUBMISSÃO
FEMININA FRENTE À VIOLÊNCIA CONJUGAL**

Tese apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Memória Social pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Área de concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Linha de pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação

Orientador: Dr. Francisco Ramos de Farias

RIO DE JANEIRO

2013

S278 Scaffo, Maria de Fátima.
A transmissão geracional psíquica dos protocolos de gênero como dispositivo mnêmico para a submissão feminina frente à violência conjuga / Maria de Fátima Scaffo, 2013.
140f. ; 30 cm

Orientador: Francisco Ramos de Farias.
Tese (Doutorado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

1. Transmissão geracional psíquica de protocolos. 2. Violência contra a mulher. 3. Submissão feminina. 4. Memória - Aspectos sociais. I. Farias, Francisco Ramos de. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. III. Título.

CDD – 362.83

MARIA DE FÁTIMA SCAFFO

**A TRANSMISSÃO GERACIONAL PSÍQUICA DOS PROTOCOLOS DE GÊNERO
COMO DISPOSITIVO MNÊMICO PARA A SUBMISSÃO FEMININA FRENTE À
VIOLÊNCIA CONJUGAL**

Tese apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Memória Social pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

APROVADA: ___/___/_____

Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias – UNIRIO
Orientador

Prof^a. Dr^a. Andréa Soutto Mayor – UNESA

Prof^a. Dr^a. Evelyn Goyannes Dill Orrico – UNIRIO

Prof^a. Dr^a. Josaida Gondar – UNIRIO

Prof^a. Dr^a. Lia Ciomar Macedo de Faria – UERJ

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho foi possível por várias e inestimáveis colaborações.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, agradeço o apoio e incentivo a esta pesquisa.

Ao corpo docente e administrativo do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, em especial ao Prof. Francisco Ramos de Farias, meu orientador, pessoa incomum e admirável, responsável por muitos dos meus avanços desde a graduação, agradeço o incentivo e a parceria enriquecedora.

À Prof^ª. Evelyn Orrico, agradeço a atenção e disponibilidade. Obrigada pela generosidade.

À Prof^ª Josaida Gondar, agradeço pelos preciosos ensinamentos.

Às mulheres que em nós depositaram sua confiança e compartilharam suas histórias de vida, tornando possível o registro do material que subsidiou nossa análise.

Aos meus pais, Délio Scaffo e Dalva Berçot Scaffo, agradeço a presença encorajadora em todos os momentos da minha vida e os ensinamentos que me fizeram ser quem sou.

Aos meus filhos, Fábio Scaffo Barreto e Bruno Scaffo Barreto, agradeço o estímulo, a cumplicidade, o carinho, enfim, suas próprias existências.

A Lucas Dupret Scaffo, um agradecimento especial pela compreensão dos muitos momentos de atenção adiados. Foi muito difícil!

Aos amigos queridos, que contribuíram com força e estímulo para que eu conseguisse completar este percurso.

Em nome de Lia Faria, com quem aprendi o sentido de Educação, Cidadania e Utopia, Andréa S. Mayor, pela parceria, Flávio Roberto e Edson Petrônio, pelo companheirismo, agradeço e homenageio a todos.

A mão esquerda perdida

“[...] às vezes
Fico tão mal tão mal
às vezes
fico tão deprimida
como se tivesse perdido
uma parte de mim que me amava
a parte que me conhecia melhor...
minha mão direita enche de chá as xícaras de porcelana
e faz bordados com tias velhas e solteironas
minha mão direita agarra as contas do rosário
e molha as plantas que estão morrendo
mas nunca pintou um quadro
nem concorreu à presidência
minha mão esquerda
poderia ter feito essas coisas
se suas raízes
não tivessem sido forçadas
uma escultora
uma poetisa
poderia ter sido
em vez de uma coisa inútil
a ser ornada com pulseiras e braceletes
e a aliança de casamento de minha mãe”.

(Dory Previn, 1972)

RESUMO

O objetivo deste estudo foi examinar as influências da transmissão geracional psíquica dos protocolos de gênero de mãe para filha como dispositivo de submissão feminina frente à violência conjugal. A estrutura desta tese está dividida em três momentos. O primeiro é composto de investigação bibliográfica sobre a temática violência, suas possíveis causas, posição das mulheres frente à mesma e manutenção do alto índice de violência até a atualidade. Sobre essa questão foi encontrada estreita ligação da violência à demonstração de poder em vários meios sociais. Observou-se também que o patriarcado foi desde os primeiros esboços de sociedade a principal referência de organização de lugares sociais, na qual a mulher sempre ocupou um lugar secundário ao longo da história da humanidade, salvo raríssimas e breves exceções. Portanto, sob a égide da igreja, do discurso médico e da ideologia patriarcal a mulher teve sua natureza construída como frágil e incapaz de se autogerir, concepção que só alcançou um questionamento de peso nas décadas de 1960 e 1970 através do Movimento Feminista. A partir daí, será apresentado como a mulher alcançou espaços sociais mais amplos, inserção no mercado de trabalho e independência financeira, porém, se mantendo ainda presa aos velhos padrões que privilegiam ser esposa e mãe, mesmo vivendo relações conjugais insatisfatórias e até violentas. O que aponta o fenômeno violência contra a mulher? Este é o caminho que será percorrido na perspectiva de compreender a situação de desigualdade entre os sexos, tomando por base o pressuposto de que a memória dos protocolos aprendidos na relação mãe-filha configuram o feminino ao lugar de esposa e mãe em detrimento de ser mulher. No segundo momento, com base no método História de vida, são analisadas as entrevistas com mulheres vítimas que violência conjugal. Na terceira etapa são apresentadas as conclusões, as quais apontam para a transmissão geracional psíquica dos protocolos de gênero como um dos aspectos geradores da submissão feminina frente à violência conjugal ainda na atualidade. Finalizamos sinalizando a urgência de medidas interventivas mais eficazes na diminuição, ou mesmo erradicação, do fenômeno “violência contra a mulher”.

Palavras-chave: Transmissão Geracional Psíquica de Protocolos. Dispositivo Mnêmico. Violência. Submissão Feminina.

ABSTRACT

The purpose of this study was to examine the influences of generational psychic transmission protocols genre from mother to daughter as device of submission to marital violence against women. The structure of this thesis is divided into three stages. The first consists of research literature on the subject violence, possible causes, position of women facing it and the maintenance of the high level of violence until today. About this issue was found close connection to violence demonstration of power in various social environments. It was also observed that the patriarchy was from the first sketches of society the main reference for organizing social places, where the woman has always occupied a secondary place throughout the history of mankind, except rare and brief exceptions. Therefore, under the auspices of the church, of the medical discourse and of patriarchal ideology, the women had built its nature as fragile and unable to self-manage, a conception that only reached a questioning weight in the 1970s through the Feminist Movement. From there, it will be presented as the woman reached broader social spaces, insertion in the labor market and financial independence, but remained still attached to the old patterns that privilege being a wife and mother while living unsatisfactory, and even violent, marital relations. What points the violence phenomenon against women? This is the path that will be covered in order to understand the situation of inequality between the sexes, based on the assumption that the memory of the protocols learned in the mother-daughter relationship shape the female for the post of wife and mother at the expense of being a woman. In the second phase, based on the life history method, are analyzed interviews with women victims of marital violence. In the third stage the conclusions are presented, which indicate a generational psychic transmission protocols gender as an aspect of female submission generators forward to marital violence even today. We conclude signaling the urgency of more effective interventional measures in reducing or even eradicating the violence phenomenon against women.

Keywords: Psychic Generational Transmission Protocol. Mnemonic Device. Violence. Women Submission.

RÉSUMÉ

Le but de cette étude était d'examiner les influences de la transmission générationnelle protocoles genre psychique de la mère à la fille que la soumission dispositif à la violence conjugale envers les femmes. La structure de cette thèse est divisée en trois étapes. La première consiste travaux de recherche sur le sujet de la violence, de ses causes possibles, la position des femmes confrontées à la même chose et de maintenir le niveau élevé de violence jusqu'à aujourd'hui. Sur cette question a été trouvée lien étroit avec la démonstration violence du pouvoir dans les divers milieux sociaux. On a également observé que le patriarcat a été depuis les premières esquisses de la société la principale référence pour l'organisation de lieux sociaux, où la femme a toujours occupé une place secondaire dans l'histoire de l'humanité, sauf exceptions rares et brèves. Par conséquent, sous les auspices de l'église, le discours médical de l'idéologie patriarcale et la femme avait construit sa nature fragile et incapable de gérer eux-mêmes les questions de conception, que seul atteint un poids dans les années 1970 par le mouvement féministe. A partir de là, il sera présenté comme la femme atteint larges espaces sociaux, d'insertion dans le marché du travail et de l'indépendance financière, mais est resté toujours attaché aux vieilles habitudes de ce privilège d'être une épouse et une mère tout en vivant insatisfaisants relations conjugales et même violente. Le phénomène pointant violence contre les femmes? C'est le chemin qui sera parcouru dans le but de comprendre la situation d'inégalité entre les sexes, basée sur l'hypothèse que la mémoire des protocoles apprises dans la relation mère-fille façonner la femme pour le poste de femme et de mère au détriment d'être une femme. Dans la deuxième phase, basée sur la méthode d'histoire de vie sont analysées entretiens avec des femmes victimes de violence conjugale. Dans la troisième étape, les résultats sont présentés, ce qui indique une transmission psychique entre les sexes générations protocoles comme un aspect de générateurs de soumission de la femme vers l'avant à la violence conjugale, même aujourd'hui. Nous finissons de signalisation de l'urgence de mesures d'intervention plus efficaces pour réduire, voire éradiquer la violence contre les femmes phénomène.

Mots-clés: Psychic Protocole de Transmission Générationnelle. Moyen Mnémotechnique. Violence. Soumission des Femmes.

SUMÁRIO

1. Introdução	11
2. Desenvolvimento	17
2.1. Aporte teórico-metodológico.....	17
2.2. Percurso em segundo plano: a história da mulher	20
2.3. Gênero feminino: uma natureza construída?	44
2.3.1. Transmissão geracional psíquica dos papéis de gênero: a relação mãe-filha – protocolos e submissão ao masculino.....	55
2.3.2. Submissão à violência conjugal: uma influência dos protocolos educativos?	62
2.4. Método.....	72
2.4.1. Local de estudo e população-alvo.....	73
2.4.2. Procedimento	74
2.4.3. Método de análise	75
2.5. Análise das histórias de vida	77
3. Conclusão	89
Referências	92
Obras citadas.....	92
Obras consultadas	99
Anexos.....	101
Anexo 1. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	102
Anexo 2. Primeiro modelo de identificação e de entrevista	104
Anexo 3. Segundo modelo de identificação e de entrevista	105
Anexo 4. Transcrição da entrevista nº 1	107
Anexo 5. Transcrição da entrevista nº 2	114
Anexo 6. Transcrição da entrevista nº 3	120
Anexo 7. Transcrição da entrevista nº 4	126
Anexo 8. Transcrição da entrevista nº 5	132

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas assistimos a uma significativa mudança do papel social da mulher nas sociedades ocidentais. Já é notória a participação da mulher no mercado de trabalho, investindo com sucesso em carreiras profissionais, e algumas ocupando, inclusive, postos de grande destaque e prestígio no espaço político e público. No entanto, não podemos superestimar a profundidade dessas mudanças e muito menos acreditar que as desigualdades entre homens e mulheres tenham sido erradicadas. Ao contrário, elementos culturais, políticos, sociais e econômicos que influenciam o comportamento social permanecem presentes no cotidiano, mantendo padrões específicos que legitimam o poder e a autoridade dos homens sobre as mulheres.

O poder e autoridade são conceitos que caracterizam, entre outras, as formas de sujeição e os meios através dos quais as decisões são tomadas e executadas (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Segundo Weber (1957), o poder de agir sobre as pessoas tomando decisões favoráveis ou não, independentes de serem tomadas por direito, e exercer esse poder a partir de uma hierarquização de papéis, é o que define a autoridade. Foucault (1982), por sua vez, defende a não existência do poder enquanto objeto natural, mas sim em relações de poder, como práticas sociais constituídas historicamente. Nesse sentido, as sociedades possuem dispositivos de poder informais, que possibilitam a um sujeito – ou mesmo a um grupo – tomar decisões mesmo sem autoridade legitimada.

Embora essas estratégias de poder sejam usadas na sociedade em geral, focalizaremos o espaço doméstico, mais especificamente as relações conjugais, nas quais as transações de poder e controle vão desde estratégias sutis até a violência física, para levar o outro a pensar, sentir e agir de uma maneira que não partiria espontaneamente desta pessoa. Essas estratégias de uso hierárquico e rígido de poder não são ocorrências novas, ao contrário, remontam à Antiguidade, indicando uma regularidade na continuidade das experiências de violência conjugal ao longo das gerações e tornando-a banalizada.

A violência contra a mulher é um fenômeno que sempre perpassou todo ordenamento social, de etnias, de religiões e de culturas, ocorrendo em populações com diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social. Pelo seu alto poder destrutivo, a violência contra a

mulher tem causado abortos, doenças sexualmente transmissíveis, lesões irreversíveis e elevado índice de mortalidade.

Por outro lado, violência não significa somente o uso da força física para subjugar a vontade à resistência, ou mesmo punir pelo não atendimento às ordens do agente em posição de dominação. Deve ser entendida pelo viés psicológico, moral, sexual e patrimonial, como forma de desqualificação, constrangimento, cerceamento da liberdade, ameaças, condutas abusivas, estupro, confisco de bens documentais, materiais, dentre outros.

A gravidade do problema da violência contra a mulher no Brasil fica evidente no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher (2009). Este documento apresenta os esforços das áreas legislativa, executiva e jurídica que avançam na promulgação de leis, formulação de programas de atendimento à mulher e filhos, delegacias especializadas, entre outras providências. Ainda assim, podemos verificar pelos números apresentados nesse mesmo documento que a violência contra a mulher continua apresentando crescimento acelerado, mais notadamente no âmbito privado.

Neste estudo focalizamos a violência perpetrada à mulher pelo homem com quem ela mantém relação íntima – denominada, na atualidade, de violência conjugal contra a mulher. Este tipo de violência foi considerado durante muito tempo como um problema do âmbito do casal por ocorrer em espaços privados, ou seja, domiciliares. Porém, a partir da década de 1970, com o crescimento do movimento feminista, passou a ser considerada como uma questão social, fundamentada em construções histórico-culturais sobre gênero.

Entre outros pesquisadores, Barros (2000) aponta diferentes causas para o crescente índice da violência conjugal contra a mulher: desemprego do parceiro, álcool e outras drogas, descontinuidade no atendimento às demandas produzidas pelo fenômeno violência contra a mulher, dificuldade de articulação entre setores de atendimento primário e secundário, ausência de clareza e objetividade nos registros de diferentes áreas, especialmente a da saúde e a jurídica. Quanto a esta última questão, as dificuldades recaem sobre a própria mulher, sob a alegação da frequente retirada do registro policial a pedido do cônjuge ou parceiro que perpetrou a violência.

Em meio à esperança de modificação do comportamento do parceiro, medo das ameaças, da solidão, da falta de apoio efetivo das redes sociais (nas quais a família nuclear é fundamental), da banalização da violência (utilizada em nome da união familiar), um

contingente significativo de mulheres do século XXI ainda se cala, submisso à dominação masculina, fruto da ideologia patriarcal.

A pluricausalidade da violência contra a mulher coloca especialistas de diferentes áreas do conhecimento, como a Psicologia, as Ciências Sociais e o Direito, frente a um objeto complexo e polissêmico, configuração que dificulta consensos e polariza diversos debates acerca de suas determinações e implicações sociais.

A violência contra a mulher, a violência doméstica, a violência intrafamiliar e a violência de gênero têm implicações teóricas e conduzem a práticas distintas, sendo o debate teórico-conceitual relativo à violência de gênero o mais focado. Nesta matriz, a violência contra a mulher é tecida pelas dimensões de gênero, que por sua vez se encontram espelhadas nas formas discursivas e no sistema de valores que circunscrevem o sexo feminino como frágil, com menor capacidade de racionalidade, pertencente a uma posição inferior. Estas concepções não operam apenas na ordem simbólica, mas, sobretudo, estruturam lugares sociais que potencializam relações historicamente marcadas pela desigualdade entre homens e mulheres.

O presente estudo analisa a posição de permanência e subalternidade da mulher à violência conjugal na atualidade. Esta modalidade de violência impetrada no contexto das engrenagens do encontro homem-mulher aponta fatores hierarquizados pela dicotomia: público/homem e privado/mulher, que, por sua vez, refletem a posição de superioridade masculina e a submissão feminina.

Nesta análise utilizamos um recorte ainda pouco explorado nas investigações sobre posição da mulher frente à violência: a transmissão psíquica geracional dos protocolos de gênero de mãe para filha como dispositivo mnêmico para a submissão feminina frente à violência conjugal. Como transmissão geracional psíquica de protocolos de gênero entendemos o processo no qual o agente responsável pelo desenvolvimento emocional, cognitivo e social ensina normas e prescreve regras que formam um padrão de comportamento que atende às expectativas do próprio agente e da sociedade.

Para realizarmos esta análise, partimos de dois pressupostos:

1- Que a condição de subalternidade feminina reflete a transmissão de mãe para filha de padrões estereotipados, culturalmente atribuídos à mulher, e que são aceitos e reproduzidos, de forma quase automática, no cenário das relações conjugais.

2- Ao receber prescrições de subalternidade frente ao masculino que atravessam gerações, a mulher desenvolve identificações com um passado formatado por concepções patriarcais, cujo relevo atravessa seu imaginário e não lhe permite discernir se as suas concepções resultam de experiências pessoais ou se são traços identitários, frutos de uma memória herdada.

Para discutirmos tais pressupostos, levantamos as seguintes questões:

- A posição da mulher é construída em função dos princípios educativos que condicionam um determinado tipo de papel à mulher?
- A constante reedição da conduta feminina, de forma irrefletida, são traços mnêmicos constituídos pelas raízes modeladoras da conduta da mulher advindas da relação mãe-filha?
- As experiências de subalternidade da mãe interferem na dinâmica do relacionamento conjugal-afetivo da filha, fazendo-a ocupar também um plano subalterno?
- A banalização da violência como recurso para manter a relação afetivo-conjugal e familiar pode ser integrada à assunção de protocolos conservadores advindos da relação mãe-filha?
- A transmissão geracional da conduta feminina que ocorre através da memória ainda se encontra impregnada pelo padrão patriarcal, cujo binarismo – virilidade agressiva natural do homem e a passividade masoquista da mulher – conferem ao amálgama da submissão feminina certa naturalidade?

Como apoio teórico para as investigações aludidas, apresentaremos na primeira parte deste estudo os campos de saber usados como suporte, com ênfase nas duas áreas de estudo – Memória Social e Psicologia – consideradas como campos de articulação interdisciplinar que investigam e teorizam sobre as relações de poder, a singularidade humana e a força da transmissão de crenças, valores, protocolos, enfim, modos de ser, por meio de agentes socializadores inerentes a cada cultura.

Assim, abordamos na segunda parte o lugar secundário ocupado pela mulher ao longo da história, desde as antigas civilizações. Nestas, as mulheres já eram submetidas à autoridade do homem, ou seja, do pai, até que se casasse, e posteriormente do marido. A partir daí, “sob a autoridade absoluta do marido, a mulher podia ser repudiada e mesmo morta por ele” (SILVA, 1995, p. 23), uma vez que se tornava sua propriedade.

É importante salientar o processo de coisificação a que a mulher foi submetida como resultante do modelo tradicional de família patriarcal, modelo este formado a partir de uma hierarquização de relações que exige a submissão e obediência da mulher à figura masculina, de quem é propriedade exclusiva.

Apresentamos também como mulher foi discriminada hierarquicamente e construída ao longo dos tempos, com a marca da incapacidade, da desqualificação e submissão justificada por sua anatomia. Ao investigarmos a manutenção da mulher em posição subalterna e consequente desqualificação, encontramos em Beauvoir (1980) que estes dois fatores foram baseados na anatomia feminina, tornando-se fundamental mostrar que essa desqualificação construída com base na questão da anatomia feminina, embora seja uma crença que se manteve por séculos a fio, não é destino.

Demonstramos também, no decorrer desta discussão, a importância da memória como parte integrante da construção da identidade individual e coletiva das mulheres e sua utilização para a ratificação do discurso oficial sobre a inferioridade feminina. Desta questão destacaremos as manipulações vividas pelas mulheres no período da I Guerra Mundial, o retorno da mulher ao lar em função da sacralização da maternidade, a Revolução Industrial, o movimento iniciado na década de 1960 pela igualdade dos direitos entre homens e mulheres e o movimento feminista na década de 1970. A partir daí apontamos as perspectivas, avanços e dificuldades das políticas brasileiras de atenção à violência contra a mulher para produzir uma solução para tal fenômeno.

No terceiro item analisamos que em função da concepção de gênero ter sido ligada ao sexo uma perspectiva da natureza feminina foi construída implicando várias consequências, especialmente psíquicas para a mulher. Destacamos algumas discordâncias no debate sobre a violência de gênero, as implicações teóricas e operacionais decorrentes das imprecisões conceituais, dando ênfase à violência conjugal.

A seguir, aprofundamos a questão da construção da natureza feminina, considerando a transmissão geracional psíquica dos papéis de gênero (TGPPG) como um processo que envolve afetividade na socialização das normas-protocolos, ou seja, nas regras de comportamento que se tornam constituintes da dinâmica psíquica feminina, uma vez que são transmitidas principalmente pelo adulto que lhe é mais significativo por identificação. Dessa forma, os protocolos de gênero se tornam raízes modeladoras da conduta desde a fase infantil, pilar das atitudes e comportamentos e base das escolhas ao longo de todo o processo do desenvolvimento humano. Destacamos o comportamento feminino, provocado pela repetição

irrefletida dos modelos estereotipados de gênero, adensando a questão de que a ausência de clareza nos vários discursos educativos recebidos misturada aos cenários históricos, mantidos pela da força da memória ancestral, constrói um traço identitário mãe-filha que dificulta a elaboração do legado transmitido, no qual a mulher ocupa historicamente um plano subalterno. Analisamos se a condição de subalternidade reflete a transmissão pela mãe para a filha e se a aceitação e reprodução produzem reedições de condutas no cenário das relações conjugais. Discutimos nesta dinâmica que a memória funciona como condição fantasmática que povoa o imaginário da mulher, provocando restrições aos novos arranjos demandados pela sociedade atual.

Na quarta parte, apresentamos a metodologia utilizada neste estudo, bem como a descrição dos procedimentos de coleta e análise dos relatos das mulheres entrevistadas.

Na última parte de nossa revisão, apresentamos a posição feminina frente à violência conjugal como fruto da absorção dos protocolos de gênero, que lhe formatam como submissa, dependente e incapaz de se autogerir afetivamente sem a presença masculina, mesmo que lhe seja nociva. Esta questão será verticalizada à luz do processo educativo advindo da relação primordial mãe-filha, cuja dependência e obediência irrestritas são instigadas pela primeira, como recompensa pelo devotamento a um outro, que é a própria filha. Ressaltamos que a mãe não transmite apenas as crenças de sua cultura, interpretadas como adequadas à manutenção da união familiar, mas também as formas de condutas que recebeu por sua vez de sua própria mãe, legado que envolve no mínimo três gerações, nas quais a mística feminina introjetou a submissão, a necessidade de proteção, e, conseqüentemente, a dependência.

Para respondermos a nossas questões optamos por dar voz às mulheres vítimas de violência conjugal. Através de seus relatos, elaboramos nossa análise sobre os pressupostos enunciados nesta introdução. Acreditamos que através das expressões discursivas contribuiremos para abrir mais uma clareira sobre o silenciamento histórico da mulher frente aos vários tipos de violência que lhe foram e, ainda são, impostos na relação conjugal, a aceitação irrefletida dos protocolos de gênero recebidos da educação materna, que, em última instância, traduzem a sujeição feminina diante do domínio masculino.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Aporte teórico-metodológico

Nesta parte são identificados os principais aportes teóricos e metodológicos que fundamentam nossa investigação acerca do tema em tela: a transmissão geracional psíquica dos protocolos de gênero como dispositivo mnêmico para a submissão feminina frente à violência conjugal.

A violência contra a mulher é universal, apresentando na atualidade um aumento significativo em sua incidência a despeito dos aparatos legais e jurídicos, principalmente nas relações que envolvem parceiros íntimos, no espaço privado. É considerada pela Organização Mundial de Saúde como um problema de saúde pública, com nefastas repercussões não só à mulher, mas também à rede social que circunscribe seu cotidiano.

Os resultados da violência na vida da mulher são devastadores, pois trazem consequências físicas, psicológicas e sociais, como: stress pós-traumático, abuso de álcool e outras drogas, suicídio, incapacidade física, distúrbios gastrintestinais, sequelas físicas, assassinatos, absenteísmo de mulheres no trabalho, gerando com isso um custo elevado para o governo, em especial na área de saúde.

Neste trabalho, norteados pelos pressupostos já apresentados, trataremos da questão da transmissão geracional psíquica dos protocolos de gênero como dispositivo mnêmico para a submissão feminina frente à violência conjugal contra a mulher, fundamentando-nos principalmente na Psicologia, em alguns autores das Ciências Sociais com publicações sobre gênero – o que inclui os posicionamentos das principais feministas –, e em autores do campo da Memória Social.

Esclarecemos que essa escolha está assentada na compreensão de que para se entender o fenômeno aludido torna-se imprescindível discorrer sobre os movimentos sociais, construção de identidades, identificações, formação de hábitos, relações interpessoais, concepções socioculturais sobre o humano e, em especial, o estreito vínculo entre a memória e os arranjos subjetivos desenvolvidos pelo humano para a socialização e para própria

sobrevivência. Portanto, à luz da Psicologia, apontaremos a relação mãe-filha como condição para o surgimento de uma mulher marcada por um ato educativo que a direciona preferencialmente para a maternidade, abnegação e cuidados com o outro, em detrimento de si própria. Em relação às Ciências Sociais, apresentaremos alguns posicionamentos que serviram de base para profícuas discussões sobre a relação sexo e gênero, bem como se este último é na realidade construído socialmente. Especificamente no tocante à disciplina Psicologia do Gênero, desenvolvida recentemente por Fávero (2010) e colaboradores no Instituto de Psicologia na Universidade de Brasília, veremos questionamentos sobre o determinismo biológico a partir de temas tais como a história da mulher, a caracterização do masculino e do feminino e violência contra a mulher em suas principais nuances.

No que tange à Memória Social, discutimos a transmissão geracional e a identificação com situações ou conteúdos “vividos por tabela” (POLLAK, 1992), autor que recorremos, tal como Halbwachs (1968), como bases de sustentação da argumentação proposta. Por ser um “campo de saber que congrega contribuições de várias vertentes, como a Sociologia, a História, a Antropologia, a Psicologia, a Economia e a Psicanálise” (FARIAS, 2011, p. 9), nos faculta a experiência conceitual de campos diversos de conhecimento, exatamente por acolher o múltiplo, ou ainda, em sua polissemia e mobilidade, a “memória social implica que perguntas provenientes de cada dessas disciplinas possam atravessar fronteiras, fazendo emergir um novo campo de problemas que até então não se encontrava contemplado por nenhuma delas” (GONDAR, 2005, p.13). Desta forma, a fundamentação nas áreas citadas se prende ao fato de considerarmos que a inter e a multidisciplinaridade são necessárias como instrumentos de sustentação e enriquecimento sobre a violência contra a mulher, bem como as questões de gênero e sua importância no processo de desenvolvimento psicológico. Assim, a seguir, retomaremos alguns pensadores situados entre o final do século XIX e do século XX, de modo que possamos esclarecer nossas posições quanto ao tema em questão.

O universo desta pesquisa foi circunscrito ao município de Niterói no Estado do Rio de Janeiro. Foi realizada no Opção – Centro de Desenvolvimento da Qualidade de Vida, entidade que atende a mulheres vítimas de violência de gênero em todo o Estado do Rio de Janeiro, desenvolvendo um trabalho psicoterapêutico. Optamos como critério de escolha para as entrevistas a aceitação das mulheres atendidas no Opção que concordaram em contar suas histórias.

No que concerne aos nossos pressupostos, procuramos investigá-los pela análise das entrevistas com mulheres vítimas de violência conjugal que participam de programas de apoio para mulheres que sofreram este tipo de agravo.

O método escolhido para análise foi “História de vida”, por ser uma metodologia que permite obter informações sobre a experiência subjetiva e perspectiva de vida do entrevistado através das informações sobre a trajetória pessoal no âmbito das relações humanas. De acordo com Santos e Santos (2008, p. 715),

O método busca conhecer as informações contidas na vida pessoal de um ou de vários informantes, fornecendo uma riqueza de detalhes sobre o tema. Dá-se ao sujeito liberdade para dissertar livremente sobre uma experiência pessoal em relação ao que está sendo indagado pelo entrevistador.

Neste trabalho, a unidade está representada por cinco histórias de mulheres que vivem ou viveram situações de violência conjugal, suas percepções acerca dessas ocorrências e o que as levaram a viver e suportar a violência perpetrada contra elas.

Como o método “História de vida” atende a representatividade do todo a ser alcançado pela unidade, poderíamos ter optado por analisar uma só ou várias histórias de vida. A opção por analisar cinco entrevistas se deu em função do entendimento de termos alcançado um nível de compreensão considerado satisfatório em relação aos pressupostos enunciados para este estudo, como também nos apontou hipóteses que poderão ser investigadas futuramente.

As histórias de vida foram colhidas somente em uma entrevista com cada participante, em função do desgaste emocional causado pela mobilização de lembranças de conflitos, dores, humilhações, entre outros sentimentos. Em função da percepção destas questões adotamos a postura de facilitadores da emergência das marcas deixadas pelo passado na memória, respeitando os momentos de silêncio, as lágrimas e as dificuldades de refletir sobre o próprio comportamento diante da experiência da violência que lhe foi ou está sendo perpetrada.

Percebemos também que esse tipo de entrevista evoca a memória. Sendo assim, procuramos respeitar o relato das entrevistadas, ouvindo tudo o que foi descrito com atenção e com acolhimento às dores ali expostas. Durante a realização das entrevistas estivemos atentos para evitar interrupções desnecessárias, ouvindo-as com toda atenção que mereciam, o que nos tornou capazes de entender suas expressões de vida e acompanhar seus relatos.

No entanto, cientes das limitações do nosso estudo, sinalizamos que esta investigação visa a ser uma contribuição para a compreensão do fenômeno de subalternidade da mulher

frente à violência conjugal. Pretendemos que esta pesquisa contribua não só no âmbito acadêmico, mas que também atue como dispositivo para a sensibilização de profissionais de diferentes áreas das ciências sociais, das quais destacamos a saúde e educação, bem como dos gestores das políticas públicas na atenção à violência contra a mulher.

2.2. Percurso em segundo plano: a história da mulher

Ser é ter-se tornado, é ter sido feito tal qual se manifesta.

Hegel

Nesta parte apresentamos alguns dos fatos e posicionamentos preconceituosos encontrados durante esta investigação que ratificam nossa afirmação sobre o percurso histórico da mulher em posição de segundo plano.

Esclarecemos que como o foco de nossa investigação é a posição de submissão da mulher diante da violência conjugal, corremos riscos de seguir determinados vestígios e registrar fatos que podem ser, ou não, os verdadeiros fios condutores da construção dessa posição, ao escolhermos determinados autores, mesmo os reconhecidos como pesquisadores. Porém, persuadidos de que a assimetria entre homens e mulheres é inequívoca, interrogamos a história na busca da evolução da relação homem/mulher através dos empreendimentos do estado, da sociedade, da religião e da família para o estabelecimento da distinção dos papéis sexuais como raiz da desigualdade. Quanto a essa afirmação, Izumino (1998) assevera que as diferenças sexuais, mais do que biologicamente determinadas, são socialmente definidas, estando sujeitas a variações culturais na determinação dos papéis sociais de homem e de mulher.

No entanto, mesmo ainda no século XXI, que aponta o resultado das rápidas transformações pelas quais passou a humanidade, as representações e atribuições de homens e mulheres parecem não se distanciar completamente dos fundamentos tradicionais de um passado recente. Marcas dos antigos valores ainda persistem, levando-nos a questionar quais as razões de sua permanência. Como já mencionado, dessas marcas nos interessa compreender a submissão da mulher à violência conjugal.

“A construção da posição de subalternidade da mulher frente ao homem sempre teve como referência paradigmática o patriarcado” (BEAUVOIR, 1980, p. 53). Essa ideologia

resistiu aos movimentos feministas durante todo o século XX, adentrando o século XXI indiferente aos inúmeros debates sobre as desigualdades de gênero. Na concepção de Fávero (2010), o patriarcado não se restringe à relação de poder do homem sobre a mulher. Do ponto de vista histórico, o patriarcado refere-se a um governo de sacerdotes, no qual este, o *hieros*, é um pai. Isto implica numa ordem particular de vida, que enaltece os pais, colocando tanto os filhos como as mulheres sob a autoridade do pai.

Investigações sobre os povos primitivos apontaram, por exemplo, que as hordas não se interessavam pela posteridade. Desta forma, as crianças eram vistas como um peso e não como um bem, uma riqueza. A mulher que paria não sentia orgulho, ao contrário, “ela se sentia um brinquedo passivo de forças obscuras e o parto doloroso, um acidente inútil e inoportuno” (BEAUVOIR, 1980, p. 112) que a impedia de acompanhar a dinâmica do seu grupo frente ao qual se tornava também um incômodo. A noção de parir e amamentar não eram entendidas como atividades, uma vez que sendo funções naturais, não tinham nenhum projeto associado, ou seja, nenhuma ação que desse destaque ao cotidiano da mulher. Os trabalhos domésticos dentro da horda eram repetitivos, sem mudança, sem nenhuma nova produção e, portanto, não recebiam o mesmo valor que as vitórias do homem em suas expedições.

O cotidiano do homem era radicalmente diferente. “O *homo faber* é, desde a origem dos tempos, um inventor” (BEAUVOIR, 1980, p. 113). Suas ações são provas cotidianas de sua força e capacidade de superação. Ele prova o seu poder, projeta caminhos, estabelece metas, se realizando por meio do que produz. “Para se manter, ele cria, ele ultrapassa o presente, ele abre o futuro. Por isso as expedições de pesca e de caça têm um caráter sagrado. Suas conquistas são festejadas” (BEAUVOIR, 1980, p. 115).

Em concordância com o pensamento de Beauvoir situamos as observações de Fávero (2010), que acrescenta que a atividade do homem é perigosa: o guerreiro, para aumentar o prestígio de sua horda, coloca em risco a própria vida. Sendo assim, não é dando a vida, mas arriscando sua vida que o homem se coloca acima do animal. “Temos aí a chave de todo o mistério” (BEAUVOIR, 1980, p. 84).

Podemos dizer que a diminuição do ritmo das atividades da mulher no período da gestação até a maternidade, que se contrasta à dinâmica do homem de constante movimento de superação de situações inusitadas, pode ser a origem da tese do determinismo biológico utilizada até então para definir a mulher como frágil e dependente, entre outros adjetivos que a depreciam frente ao homem. Nesse sentido, recorreremos aos questionamentos de Sabatel

(2005) para fundamentar nossa posição de que as diferenças entre os homens e mulheres se restringem, de fato, somente ao aspecto biológico, mas não devem ser determinantes de sua condição humana.

Será que essas diferenças não são também resultado da forma de socialização (e de controle social) e não mudam em função do período histórico? Segundo uma famosa frase da escritora francesa Simone de Beauvoir, não se nasce mulher, torna-se mulher. [...] grande parte das diferenças entre os sexos não são devidas a aspectos biológicos, mas são consequência da construção social da realidade (SABATEL, 2005, p. 234).

No entanto, estereótipos baseados na questão biológica levaram a mulher a inúmeras dificuldades para vencer os percalços impostos pelo cotidiano e criar condições para que a vida fosse assegurada. E foi também por meio da superação do inusitado para garantir o alimento que foram estabelecidos lugares hierárquicos e criadas normas que empobreceram o valor das funções rotineiras, repetitivas e sem surpresa, como as tarefas realizadas pela mulher. Além disso, parece que o homem também encontrou, na mulher, cumplicidade e confirmação de sua soberania pela admiração de seus feitos. A confiança no próprio valor o levou à ratificação de que podia submeter a natureza e a mulher aos seus desígnios.

Como é possível observar, a construção das polaridades público/privado, produção/reprodução, remonta à era das hordas. A crença no próprio valor por parte do homem e a admiração e aceitação da proteção por parte da mulher foram procedimentos construtores das redes de poder que, articuladas, se tornaram um campo fértil para outras divisões sociais, como classe, etnia, raça. Neste ponto, julgamos oportuna uma aproximação com o pensamento de Foucault (1977) pelo fato de, em sua análise sobre o poder, apresentar concepções sobre o poder disciplinar e biopoder, que consideramos úteis para maior compreensão da organização social hierárquica entre homens e mulheres. Foucault (1977) nos adverte que o poder também pode ser exercido pelo fascínio em função de dispositivos que seduzem, capturam, incitam, e não somente por causa das ações que negam, reprimem e punem. Em seu entendimento, a utilização dissimulada dessas formas de poder também transformam o indivíduo em sujeito.

Em relação às mulheres, podemos dizer que essa transformação, mantida pela vertente da dependência, provoca submissão ao controle do outro, que por sua vez se mantém sujeito da ação, o que lhe permite a construção e reconstrução constante de normas paradigmáticas que lhe asseguram o lugar de poder, processo facilmente identificado na ideologia patriarcal. Quanto a isso, lembramos que quando o homem toma para si as funções de guerra, sendo suas

conquistas anexadas à sua tribo, tem assegurada a expansão para além do seu núcleo. Dessa maneira, afirma sua vontade como soberana e, diante da não participação da mulher em seus feitos, reitera seu prestígio, sua posição superior, sem necessitar do uso da força contra ela. “Pouco a pouco, o homem mediatizou sua experiência e, em suas representações como, em sua existência prática, triunfou o princípio masculino” (BEAUVOIR, 1980, p. 94), restando à mulher perpetuar-lhe a existência carnal, com um papel quase unicamente nutriente, não criador; em “nenhum momento ela cria: mantém a vida da tribo dando filhos e pão, nada mais” (p. 95).

Porém, quando os primeiros agrupamentos humanos deixam de ser nômades e se fixam em um território, passando a desenvolver a atividade agrícola ainda que de forma precária, o papel da mulher ganha destaque. À mulher é confiado o trabalho da agricultura, cuidado dos filhos e do rebanho, atividades que se dão no espaço da aldeia. Surge a indústria doméstica. Tapetes, vasilhames, utensílios em geral são fabricados pela mulher, que passa inclusive a “administrar” a atividade de troca de mercadorias. A prosperidade da coletividade passa também a depender do seu trabalho. Tornando-se também a alma do grupo, sua “força inspira aos homens um respeito misturado de terror e que se reflete no culto. Nela é que se resume toda a Natureza estranha” (BEAUVOIR, 1980, p. 89). É a partir deste temor que surgem as divindades femininas e a adoração à fecundidade, como por exemplo, a Mãe Terra.

Ressaltamos que nos tempos primitivos ainda não existem concepções ideológicas, mas observamos que ao se sentir poderoso, responsável por sua tribo e dono do solo que habita, o homem se concebe também como proprietário da mulher e, para a manutenção desta propriedade, foi preciso torná-la inessencial.

A Mitologia Comparada, estudo das possíveis interligações entre os mitos de diferentes culturas, nos mostra que foi criado um deus masculino que encarna também o princípio da fecundidade, que com sua energia viril seduz a mulher, fragilizando-a.

As novas demandas da horda reforçam a necessidade de o homem ter uma mulher e filhos como propriedade, que junto à mãe trabalhem em seus campos, garantindo-lhe a prosperidade, o reconhecimento e a lembrança quando sua alma repousar. Sendo assim, escraviza a mulher e os filhos, tornando-os mão de obra servil. Eis um primeiro esboço do patriarcado, não como um governo de sacerdotes, mas como um exercício do poder do homem sobre seu clã.

A partir daí o homem, através da opressão, coloca a mulher na condição de subordinação, buscando eliminar seus aspectos considerados nefastos: sedução, natureza incontrolável e misteriosa, entre outros. De sagrada à impura, a mulher passa ser considerada um mal ao equilíbrio do homem. A histórica citação de Pitágoras ratifica nossa afirmação: “há um princípio bom que criou o homem e um princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher” (BEAUVOIR, 1980, p. 101).

Ainda nesta linha de raciocínio, levantamos que as informações dos etnógrafos acerca das formas primitivas da sociedade são contraditórias, o que torna muito difícil ter uma ideia mais precisa sobre a situação da mulher antes do período da agricultura. Porém, ao nos remetermos ao discurso bíblico, encontramos que só o homem foi criado por Deus, enquanto Eva foi extraída de um osso supranumerário de Adão. Nas palavras de Beauvoir (1980, p. 181),

Eva não foi criada no mesmo tempo que o homem; não foi fabricada com uma substância diferente, nem com o mesmo barro que serviu para moldar Adão; ela foi tirada do flanco do primeiro macho. Seu nascimento não foi autônomo [...] ela tem no esposo a sua origem e seu fim. Assim ela surge como presa privilegiada. É a natureza elevada à transparência da consciência, uma consciência naturalmente submissa.

Também do período histórico que nos traz a linguagem escrita, encontramos em Gênesis, o primeiro livro tanto da Bíblia Hebraica como da Bíblia Cristã, evidências sobre a culpabilidade de Eva pela perda do paraíso, portanto, responsável pela desgraça do homem e da humanidade. Baseando-se nos registros bíblicos dos seguidores de Jesus Cristo, o Cristianismo difundiu uma concepção nada cristã da mulher. Sentenciou São Paulo, na primeira Carta aos Coríntios, 14:34-35: “as mulheres devem calar na assembleia, pois não lhes é permitido falar [...]”. Na primeira Carta a Timóteo 2:11-14, ele ratifica e amplia o seu pensamento discriminador:

[...] a mulher deve aprender em silêncio e ser submissa - Não admitido que a mulher dê lições ou ordens ao homem. Esteja calada, pois, Adão foi criado primeiro e Eva depois. Adão não foi o seduzido; a mulher foi seduzida e cometeu a transgressão (ECHEGARY *et al.*, 2002, p. 1761).

Alguns Padres da Patrística – Tertuliano, Santo Ambrósio, São Jerônimo e Santo Agostinho – desqualificavam a mulher, difundindo que esta era um animal instável, cheia de maldade e caminho para todas as iniquidades. O antifeminismo de Tertuliano foi o mais radical:

Tu deverias usar sempre o luto, estar coberta de andrajos e mergulhada na penitência, a fim de compensar a culpa de ter trazido a perdição ao gênero humano. Mulher, tu és a porta do diabo. Foste tu que tocaste a árvore de satã e que, em primeiro lugar, violaste a lei divina (DELUMEAU, 1989, p. 316).

Não foi diferente na Mitologia Grego-romana. Vários são os relatos de sedução, estupro e violência contra as mulheres. Pandora foi acusada de abrir a caixa que continha todos os males da humanidade e a fechou impedindo que o único bem, a esperança, capaz de salvar a humanidade, fosse alcançada. Assim, mais uma vez “a humanidade perdeu a felicidade que poderia conquistar com sua inteligência e seu trabalho. Culpa da mulher!” (SCAFFO, 2011, p. 113). Em seus estudos sobre a formação de mitos em relação à mulher, Beauvoir (1980), alerta que a inferioridade da mulher é também registrada no Corão: “os homens são superiores às mulheres por causa da qualidade que Deus lhes deu e também porque dão dotes a elas” (p. 101).

Observamos que em alguns povos mesmo que a situação da mulher apresente alguma variação, ela ainda permanece na condição servil. Podemos citar como exemplo a sociedade egípcia que, estruturada a partir de bases econômicas e religiosas, permitia que esporadicamente a mulher se tornasse governante do Estado, mas não lhe garantia os mesmos direitos que os homens. “Quando se sentiam lesadas nos seus direitos, tinham acesso aos tribunais, mas não podiam ser treinadas para exercer funções de escribas, profissão destinada especificamente aos homens” (MOTA; BRAICK, 1997, p. 15). Presa a essa ordem que a mantinha na condição iletrada, a mulher não era respeitada como os homens, sendo, portanto, desfavorecida pelo descumprimento dos acordos que lhe foram prometidos. Seria esta mais uma estratégia para a manutenção da tutela masculina sobre a mulher?

Outro exemplo é a sociedade ateniense, totalmente organizada para o mundo masculino. Mota e Braick (1997, p. 37) informam que “às mulheres estavam reservadas as funções domésticas. [...] ficar em casa em silêncio era o maior exemplo de virtude”.

Convergentes com o pensamento de pesquisadores tais como Koller (2005), registramos que o pensamento grego marcou e influenciou fortemente as concepções sobre as relações sociais, em especial, as prescrições quanto aos papéis de gênero, e, sobretudo, as representações sobre as mulheres ao longo da Idade Média, da Renascença, chegando à modernidade, tendo como principais representantes Platão e Aristóteles, passando pelos medievais como Spinoza, Locke e Hume, chegando a Kant, Rousseau e Schopenhauer (TIBURI; MENEZES; EGGERT, 2002). Em sua concepção sobre a mulher, Spinoza a equiparava aos escravos por considerar que naturalmente à mulher faltava autonomia e, sendo

assim, não era necessário que o homem se impusesse à mulher por meio da força, uma vez que possuidor de atributos viris e de inteligência ele sobressaía hierárquica e naturalmente à mulher. Outro pensador que merece destaque é Schopenhauer (2004), que nesta mesma linha de raciocínio afirma que as mulheres só existem para a propagação da espécie, tendo disposição para serem vítimas, cuja natureza está destinada à obediência e à tutela de um marido ou de um amante.

Declarações rousseunianas também são dignas de nota, uma vez que contribuem para corroborar a ideia das diferenças ontológicas, ou seja, a diferença entre a natureza, a realidade e as categorias fundamentais entre homens e mulheres.

[...] a mulher foi feita especialmente para agradar ao homem: se o homem deve agradar a ela, é uma necessidade menos direta, seu mérito está em sua potência, agrada pelo simples fato de ser forte [...]. Se a mulher foi feita para agradar e para ser submissa, deve ser agradável para o homem em lugar de provocar-lhe: a violência dela reside nos seus encantos; com eles deve forçar ao homem a encontrar sua força e a utilizá-la. A arte mais confiável de reforçar a força é fazê-la necessária pela resistência. Então o amor próprio se une ao desejo, e um triunfa com a vitória do outro. Daí que nasce o ataque e a defesa, a audácia de um sexo e a timidez do outro, e finalmente a modéstia e a vergonha com que a natureza dotou o mais fraco para submeter-se ao mais forte (ROUSSEAU, 1998, p. 24).

Considera-se provável que concepções, como as citadas, possam ter contribuído para que ainda hoje a sociedade continue pensando nas diferenças de tratamento entre homens e mulheres de forma assimétrica, seja de modo direto, seja de modo dissimulado.

Como é possível observar, a criação de dispositivos de desqualificação e consequente opressão contra a mulher sempre existiu, sendo as hipóteses sobre a sua inferioridade ratificadas por séculos a fio, provocando-lhe insegurança, debilidade moral e psíquica. Acredita-se que a ocupação de posição de desfavorável, transcorrida por séculos de história da humanidade, pode ter estabelecido no psiquismo feminino traços de impotência, insegurança e desvalor, levando a mulher – talvez como mecanismo de defesa da própria sobrevivência – à naturalização da posição de subalternidade, especialmente nas relações afetivas. Este estado de vulnerabilidade, reiterado por consecutivas intimidações e controle social, se tornou um obstáculo interno para lutar contra a opressão masculina.

Considera-se, em concordância com Castro (2004), que esse estado de vulnerabilidade possa ser um dos principais fatores que, de forma inconsciente, atua na subjetividade feminina, moldando sua posição de submissão frente ao seu parceiro. Deste modo, “o triunfo do patriarcado não foi nem um acaso, nem resultado de uma revolução violenta. Desde a origem da humanidade, seu privilégio biológico permitiu aos homens afirmarem-se sozinhos como sujeitos soberanos” (BEAUVOIR, 1980, p. 97). Embora saibamos que esta soberania

chega à Idade Média, não pretendemos aqui empreender um discurso linear e registrar que neste período a mulher foi colocada muitas vezes defendida e respeitada pelas suas habilidades em realizar partos, curas e receber graças das divindades. Porém, esse reconhecimento pontual não a fez alcançar um *status* de igualdade e muito menos de superioridade.

Do próprio Cristianismo temos registros de que Jesus Cristo valorizava a presença da mulher em suas pregações, contrariando a tradição judaica e de alguns de seus seguidores, como já vimos em relação a São Paulo. Durante a propagação do Cristianismo encontramos intensos combates à mulher, em especial à sua presença nos rituais cristãos. Esta posição, baseada na concepção do pecado original, foi extremamente importante para a imposição do celibato e organização hierárquica da igreja.

Por ser um período histórico muito extenso (século V ao século XV), a Idade Média apresenta heterogeneidade quanto aos registros sobre a condição feminina. Citaremos algumas culturas consideradas mais significativas no que tange à expressão da condição da mulher. Na Grécia, segundo Muraro (2005), o *status* da mulher foi extremamente degradado. Sendo a prática sexual comum entre os homens, ficava a mulher restrita às funções de mãe, prostituta ou cortesã. Em Roma, embora gozassem de certa liberdade sexual, nunca participaram de nenhuma decisão junto aos homens responsáveis pelas leis do Império. Porém, mais do que a mulher grega, a mulher romana se encontra integrada à sociedade:

ela é que preside ao trabalho dos escravos; orienta a educação dos filhos e, não raro sua influência exerce-se sobre eles até uma idade avançada; compartilha o trabalho e as preocupações do esposo, e é considerada co-proprietária de seus bens (BEAUVOIR, 1980, p. 114).

Contudo, após a queda do Império Romano, o Cristianismo se instala por quase toda a Europa, provocando uma verdadeira metamorfose na situação feminina. A desvalorização do feminino ganha reinterpretação: a condição sagrada da Virgem Maria – apresentada como uma Nova Eva –, escolhida por Deus para ser mãe de seu filho, por quem realiza todos os sacrifícios. A figura de Maria Madalena também é utilizada como possibilidade da mulher se arrepender de seus pecados através da reclusão e do total recato.

O culto Mariano difundiu uma nova concepção da mulher como aquela capaz de adquirir virtudes, o que sensibilizou milhares de jovens mulheres a ingressarem nas instituições católicas – monastérios para servir a Deus, se dedicar aos pobres e à oração. Podemos observar que a Igreja sempre lutou para modelar e controlar a obscura e

perturbadora natureza feminina. Esta luta se torna uma repressão sistemática e cruel durante o período que vai do fim do século XIV até meados do século XVIII – “quatro séculos de caça às bruxas”, quando se estima que milhões de mulheres tenham sido mortas por toda a Europa (MURARO, 2005, p. 13).

Isto se deve particularmente ao saber curador transmitido geracionalmente às mulheres populares, o que representou uma enorme ameaça:

Em primeiro lugar, ao poder médico, que vinha tomando corpo através das universidades no interior do sistema feudal. Em segundo, porque formavam organizações pontuais (comunidades) que, ao se juntarem, formavam vastas confrarias, as quais trocavam entre si os segredos da cura do corpo e muitas vezes da alma. Mais tarde, ainda, essas mulheres vieram a participar das revoltas camponesas que precederam a centralização dos feudos, os quais, posteriormente, dariam origem às futuras nações (MURARO, 2005, p. 14).

As mulheres são, nesse contexto, atingidas pela violência física como estratégia de recolocação de regras, hierarquização do poder e organização política e ideológica, comandadas pela Igreja Católica e, a seguir, pela Igreja Protestante.

Muraro (2005) lembra que o sistema capitalista começou a ser forjado ao final do XVIII, já na Idade Moderna, demandando o controle da sexualidade e do corpo do trabalhador, que precisa ser dócil para não se rebelar. Para a normatização do comportamento, este controle atinge proporções absurdas, que todos, em especial as mulheres, passam a ser os próprios controladores de si mesmos. Instala-se o puritanismo, a frigidez – pois orgasmo era coisa dos espíritos governados pelo diabo –, a reclusão ao âmbito doméstico e o comportamento de transmissão voluntária dos valores patriarcais aos filhos. Este comportamento manteve a mulher como mero apêndice na vida do homem, quer fosse seu genitor ou seu marido, ou melhor, a mulher estava subjugada ao homem a partir do momento em que nascia.

Sobre a situação feminina, quase sempre encontrada em estudos desta temática como subalterna, Burke (1995) alerta para a dificuldade de afirmar qual era exatamente a condição da mulher na Idade Moderna, pelo menos no período de 1500 a 1800, simplesmente pelo fato de ela ainda não ter voz:

Há muito pouco a se dizer sobre as mulheres, por falta de provas. Tanto para os antropólogos sociais como para os historiadores da cultura popular, existe o ‘problema das mulheres’. A dificuldade de reconstruir e interpretar a cultura dos assim chamados inarticulados é aqui ainda mais agudo; a cultura das mulheres está para a cultura popular assim como a cultura popular está para o conjunto da cultura, de modo que é mais fácil dizer o que ela não é do que o que ela é. A cultura das mulheres não era a mesma que a dos seus maridos, pais, filhos ou irmãos, pois ainda

que muitas coisas fossem partilhadas, também existiam muitas das quais as mulheres eram excluídas (BURKE, 1995, p. 76).

Uma das mais importantes pesquisadoras da história das mulheres, Perrot (2007), lembra que elas são menos vistas e pouco se fala delas porque ao longo da história, em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas.

As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. [...]. São elas mesmas que apagam seus vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe um pudor feminino que se estende à memória. (PERROT, 2007, p. 17).

Quanto a esta afirmação, cabe destacar que através dos tempos o silêncio, como já aludido, foi reiterado pelas religiões, por alguns filósofos, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento. Portanto, tal como aceitar, conformar-se, obedecer e submeter-se, silenciar também se tornou uma virtude.

A ausência de informações precisas e circunstanciadas faz com que elas permaneçam marginais em relação à memória coletiva, uma vez que para fazer parte da história e da memória de uma coletividade é necessário ter fontes e documentos, entre outros vestígios comprobatórios da existência do que se quer rememorar ou preservar. No caso das mulheres “há um déficit, uma falta de vestígios” (PERROT, 2007, p. 21).

Considera-se também importante registrar que, para essa autora, existe um processo de autodestruição da memória feminina em função do próprio convencimento da mulher acerca de sua insignificância, calcada nas concepções sobre seu papel social que lhe foram inculcadas. “No teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra” (PERROT, 2007, p. 22). Portanto, pelo obscurantismo em que permaneceu, salvo raras exceções, um vácuo foi formado na história das mulheres, o que favoreceu a concepção de inferioridade em relação ao homem no que tange aos registros mnêmicos coletivos sobre as suas realizações.

Uma vez que pela memória lugares são estruturados, são hierarquizadas posições, fatos e personagens são celebrados e autoridades são reconhecidas, fica a mulher – em função dos poucos registros ou mesmo da ausência de materialidade de sua existência –, na maioria das vezes, representada pelo que dissertam sobre ela e não pelo seu próprio relato. Sem sombra de dúvida, algumas asserções sobre a mulher auxiliaram em sua opção pelo silêncio e seu afastamento da pretensão de ser partícipe junto ao homem no processo de reconhecimento social. Considerando a influência do cristianismo no cotidiano de homens e mulheres por longas datas, trazemos à cena o exemplo de Paulo que, na primeira epístola a Timóteo, prescreve o silêncio às mulheres: “A mulher aprenda em silêncio, com toda sujeição. Não

permito que a mulher ensine nem use de autoridade sobre o marido, mas que permaneça em silêncio” (PERROT, 2007, p. 23).

Como fazer parte da memória de uma coletividade sem a possibilidade de expressão? Como obter reconhecimento, respeito e notoriedade junto às instituições responsáveis pelo ordenamento social sem registro de sua existência?

Neste ponto, consideramos pertinente lembrar Halbwachs (1968), que, ao desenvolver estudos sobre a “memória coletiva” em 1925, esclareceu:

A função primordial da memória, enquanto imagem partilhada do passado é a de promover um laço de filiação entre os membros de um grupo com base no seu passado coletivo, conferindo-lhe uma ilusão de imutabilidade, ao mesmo tempo, que cristaliza os valores e as aceções predominantes do grupo ao qual as memórias se referem. (p. 21).

Ao aprofundar seus estudos sobre como o passado é recordado no seio das famílias, grupos religiosos e classes sociais, Halbwachs argumentou que em qualquer análise sobre a origem das recordações pessoais deve-se tomar por base a influência que as instituições sociais, como o parentesco, a comunidade, a religião, a organização política e a classe social exercem sobre elas, e que a memória coletiva é o *locus* de ancoragem da identidade do grupo, assegurando a sua continuidade no tempo e no espaço.

Portanto, em razão da histórica dissimetria sexual, do silêncio e obscurantismo imposto, considera-se que a mulher pode ter se mantido e transmitido às linhagens femininas o legado de sujeição que, em última análise, favoreceu a manutenção do privilégio masculino com total apoio social. Essa questão pode ser constatada, por exemplo, em uma das maiores revoluções da história da humanidade, a Revolução Francesa, ocorrida entre maio de 1789 e novembro de 1799, que, influenciada pelos ideais do Iluminismo, proclamou os princípios universais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”:

A partir desse ideário, os revolucionários edificaram na França o Estado democrático de direito, onde o respeito às liberdades e aos direitos individuais constitui um dos pontos basilares da nova organização estatal. No entanto, no desenrolar dos acontecimentos da grande Revolução Francesa, houve, pelo menos, dois enormes desvios na aplicação da ideologia libertária e igualitária: a permanência da escravidão nas colônias e a negação da igualdade política às mulheres. Neste aspecto, falaram mais alto do que o ardor revolucionário os preconceitos do Antigo Regime (SOUZA, 2003, p. 111).

Ainda que a Revolução Francesa tenha sido norteadada por ideais igualitários, o direito pleno de a mulher votar e ser votada para o Parlamento ocorreu somente em 1944. Foram decorridos 151 anos de discriminação. Enquanto isso, a maior parte da Europa já concedera

cidadania política ao sexo feminino nas duas primeiras décadas do século XX (SINEAU, 1995, p. 53).

Embora tenha sido um período ainda bastante difícil para as mulheres, a Idade Moderna acenou para algumas possibilidades. Por toda a Europa eclodiram movimentos liberais que pregaram a emancipação feminina, sua desvinculação (até então negada) com o espaço doméstico, sua liberdade de expressão e, principalmente sua entrada no mundo do trabalho. Ressalta-se que anterior a este período somente as mulheres das classes pobres trabalhavam fora do lar e, quase invariavelmente, em atividades domésticas. Ainda assim, a ascensão definitiva no espaço público e a autonomia da mulher estavam longe de serem totalmente conquistadas. Alguns fatos ratificam essa afirmação: em nossa língua, na ocorrência de mistura de gêneros feminino e masculino, utiliza-se a forma masculina no plural; com o casamento, as mulheres perdiam o seu sobrenome, dentre outras ocorrências que demonstram a assimetria entre homens e mulheres.

No entanto, considera-se fortuito apontar que as mulheres passam a ser sujeito e objeto do próprio relato em 1960, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, o que também acontece uma década depois na França. A imbricação dos fatores científicos, sociológicos e políticos concorreram para a emergência do objeto mulher, nas ciências humanas em geral e na história em geral (PERROT, 2007).

Contudo, no início da Idade Moderna a mulher ainda se encontrava pautada na figura masculina, necessitando de seu apoio, presença e proteção. Na Europa, as mulheres ainda sofriam, principalmente pelo incentivo da Igreja Católica, um enorme processo de desvalorização, por meio da disseminação de crenças que as ligavam a todos os tipos de culpas pela degradação moral da sociedade. Nesse período da história ainda encontrava-se presente o vigor da ideologia patriarcal, em que o homem é figura central, pleno de poder, e a mulher é relegada ao segundo plano, representada pelo espaço privado, com suas tarefas domésticas e familiares, sem nenhuma relevância para a sociedade. Como já aludido, o patriarcado inculca nos indivíduos propósitos que são imprescindíveis para a manutenção de normas autoritárias que organizam a vida de forma hierárquica, mascarada de libertária. No tocante à situação da mulher, especificamente, observa-se que a manutenção dos mesmos dispositivos que as hipertrofiaram no passado, ligados ao obsoleto dogmatismo da diferença biológica, ainda se encontram presentes.

Considera-se significativo apontar que embora antes do capitalismo a mulher já fizesse parte do mundo do trabalho, agora ela é “convocada” na condição de assalariada em função

de sua destreza e habilidade de lidar com as máquinas que não requeriam força física, nem conhecimentos técnicos. A ausência de qualificação justificava a ocupação de postos laborais em situação de auxiliares e aprendizes, o que conseqüentemente resultava em remuneração instável, baixos salários, jornadas excessivas e a exploração da mulher como mão de obra mais barata que o homem.

Como é possível observar, a entrada da mulher no mundo do trabalho é pautada na desigualdade de condições de trabalho e salário em relação ao gênero masculino, fato explicado por vários autores, como por exemplo Reed (1990), para quem a dominação de gênero é vantajosa para o capitalismo.

Pela condição inferior que lhe é imputada historicamente, a mulher passa a ser, preferencialmente, um alvo dos setores econômicos. Vítima da opressão que a tornou um flexível, ou mesmo passiva, diante das imposições sociais, a mulher é incorporada subalternamente ao mundo do trabalho, fato que não a separa dos afazeres domésticos. Ao contrário, foi-lhe imposta uma dupla jornada, como também a responsabilidade de contribuir para o sustento da família, tornando-se um corpo dócil. A expressão foucaultiana *corpo dócil* designa a postura de utilidade e funcionalidade submetidas a um processo disciplinar. “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transmitido e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1997, p. 126).

Especificamente em relação ao processo disciplinar sofrido pela mulher ao longo da história da humanidade, fica claro que em sua bagagem o amálgama da opressão sempre se fez presente. Por isso, nos aproximamos mais uma vez das ideias de Foucault para ratificar nossa afirmativa sobre a sujeição da mulher frente às imposições sociais normatizadas pelo poder masculino:

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma ‘aptidão’, uma ‘capacidade’ que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 1997, p. 127).

Embora não seja nossa intenção aprofundar a discussão sobre as múltiplas formas disciplinares, julgamos oportuno registrá-las como dispositivos que contribuíram para a mudança do regime de punição para um regime de estratégias sutis de coerção pacífica, que

vão determinar a construção da identidade feminina, cuja influência gravada por traços mnêmicos modela por anos a concepção da mulher sobre si mesma e seu destino.

Retomando a inserção da mulher no mundo público, mostraremos a seguir fatos históricos, registrados como mais importantes para a modificação do discurso social, como afirma Rocha-Coutinho (1994). Trata-se da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, anunciada ao público em 26 de agosto de 1789, na França, que publicamente foi centrada na crença de que todos os indivíduos normais são igualmente capazes de viver juntos numa moralidade de autocontrole. Em um profundo estudo sobre este acontecimento histórico, Hunt (2009) argumenta que duas qualidades relacionadas, porém distintas, estavam implicadas na definição de indivíduos normais: a capacidade de raciocinar e a independência de decidir por si mesmo.

Às crianças e aos insanos faltava a necessária capacidade de raciocinar, mas eles poderiam algum dia ganhar ou recuperar essa capacidade. Assim como as crianças, os escravos, os criados, os sem propriedade e as mulheres não tinham a independência de status requerida para serem plenamente autônomos. As crianças, os criados, os sem propriedade e talvez até os escravos poderiam um dia tornar-se autônomos, crescendo, abandonando o serviço, adquirindo uma propriedade ou comprando a sua liberdade. Apenas as mulheres não pareciam ter nenhuma dessas opções: eram definidas como inerentemente dependentes de seus pais ou maridos (HUNT, 2009, p. 27).

Por quase dois séculos, apesar da controvérsia provocada pela Revolução Francesa, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão encarnou a promessa de direitos humanos universais, contudo, algumas peculiaridades nos mostram que essa promessa já em seu nascedouro estava longe de ser cumprida. Podemos citar como exemplo as diferentes concepções de honra para homens e mulheres. De acordo com Hunt (2009), para a mulher a honra significa castidade, modéstia, enquanto para os homens a honra estava ligada à virtude, qualidade que Montesquieu (1799) associava com a república – todos os cidadãos eram honrados se fossem virtuosos.

Sob o novo regime, a honra tinha a ver com as ações, não com o nascimento. A distinção entre os homens e as mulheres passou da honra para as questões de cidadania, bem como para as formas de punição. A honra (e a virtude) das mulheres era privada e doméstica, a dos homens era pública. Tanto os homens como as mulheres podiam ser desonrados na punição, mas apenas os homens tinham direitos políticos a perder. Tanto na punição como nos direitos, os aristocratas e os comuns agora eram iguais; os homens e as mulheres, não. (HUNT, 2009, p. 144).

Cabe apontar que, na França, as minorias compostas de judeus, protestantes e negros livres, através de movimentos intimidadores, tiveram progressivamente seus direitos reconhecidos. Porém, somente um grupo de deputados era favorável à extensão desses

direitos às mulheres. Dessa forma, após inúmeras discussões, as mulheres só ganharam direito ao divórcio em 1792. Ainda assim, Hunt (2009, p. 168) lembra que “a monarquia restaurada revogou o divórcio em 1816, e o divórcio só foi reinstituído em 1884, e mesmo então com mais restrições do que as aplicadas em 1792”, mas não ganharam direito ao voto em nenhum lugar do mundo antes do século XIX.

Essas restrições nos mostram que as mulheres eram classificadas como dependentes de seus pais e maridos, e, portanto, simplesmente não constituíam uma categoria política claramente separada e distinguível. Dessa forma, os direitos das mulheres estavam mais abaixo na escala de “conceptibilidade” do que os de outros grupos. Assim sendo, “as mulheres só conseguiram o direito de votar na Austrália em 1902, nos Estados Unidos em 1920, na Grã-Bretanha em 1928 e na França em 1944” (OLIVEIRA, 1991, p. 39).

É importante esclarecer que a importância dada à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão se prende ao fato de ter sido a primeira declaração de direitos e também uma fonte de inspiração para outros documentos sobre os direitos humanos que ocorreram posteriormente, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos aprovada pela Organização das Nações Unidas - ONU, em 1948.

Considera-se merecedor de registro o fato de que o direito ao voto, adquirido progressivamente no século XX, em função do engajamento de mulheres, como Rosa de Luxemburgo, nas lutas pela igualdade de direitos, “pouco muda o lugar social subalterno da mulher” (OLIVEIRA, 1991, p. 44).

Fato também digno de ser registrado é a História do 8 de março de 1857. Neste dia, várias operárias de uma fábrica de tecidos de Nova Iorque realizaram uma grande greve para reivindicarem melhores condições de trabalho, tratamento digno dentro do ambiente de trabalho, redução de carga horária para dez horas (uma vez que as fábricas exigiam dezesseis horas de trabalho diário) e equiparação de salários, porque recebiam um terço do salário recebido pelos homens para executarem as mesmas tarefas. Este movimento foi reprimido com total violência, a ponto das manifestantes serem trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Estima-se que cento e trinta tecelãs morreram carbonizadas. Este ato cruel foi discutido em uma Conferência realizada em 1910 na Dinamarca, onde ficou decidido que o dia 8 de março, em homenagem às mulheres assassinadas brutalmente na fábrica, passaria a ser o “Dia Internacional da Mulher”, decisão que só foi oficializada por decreto da Organização das Nações Unidas – ONU no ano de 1975 (OLIVEIRA, 1991, p. 46).

A Segunda Guerra Mundial também constitui outro marco na história das mulheres. Nesse período, o discurso social sofre alterações significativas. As mulheres passam a ser chamadas por várias indústrias para assumirem o lugar dos homens convocados ao combate. A cultura que defendia o aprisionamento da mulher no lar desnaturaliza, então, as funções ditas femininas e inúmeras condições para facilitação da permanência da mulher nas indústrias foram criadas. Para o melhor cumprimento das tarefas profissionais, creches e cantinas passaram a fazer parte do universo industrial – o lucro, objeto primeiro do capitalismo, não podia ser evitado por falta de mão de obra assalariada.

Com o fim da guerra e conseqüente retorno dos homens ao mercado de trabalho instala-se um novo conflito econômico e comercial: era preciso reintegrar os homens ao mercado de trabalho. Para tal, se tornava imperioso que a mulher retornasse à condição de dona de casa, responsável pelo bem-estar de todos os familiares. Assim, amplas campanhas pela valorização da feminilidade, estímulo à maternidade e divisão de tarefas por sexo foram deflagradas para evocar e restaurar o culto da mulher ao lar. Essas campanhas contaram com o apoio, por exemplo, de médicos que condicionavam a saúde física e mental dos filhos à permanência ao lado da mãe por no mínimo até os sete anos e educadores que defendiam a tese de que a presença da mãe era fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem dos filhos, dentre outras contribuições para o retorno e manutenção da mulher no espaço privado, como se observa na afirmação abaixo.

Passou-se, novamente, a reforçar o modelo feminino ideal como o de esposa, mãe e educadora dedicadas [...]. Construiu-se toda uma imagem – aquela da mulher completamente realizada em seu papel de esposa e mãe, servindo às necessidades físicas e emocionais do marido e dos filhos -, a que Friedan denominou de ‘mística feminina’. (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 44).

Dessa forma, não há como não admitir que o confinamento da mulher no lar e o devotamento às funções maternas são, antes de tudo, um aprendizado social, construído por concepções romanceadas e apoiado ideologicamente pela sociedade, que espera a partir deste enquadramento menor participação social da mulher nos centros de poder. Assim, a chamada identidade feminina, naturalizada por séculos, deve ser perscrutada, observando-se sua tessitura pelo menos em três variáveis: cada sociedade, o momento histórico específico e a memória social, considerando que esta última envolve a modelação e a preservação de interesses sociais.

Podemos observar, nesse sentido, que a manipulação da memória social tem servido aos vários interesses sociais, que a reavivam ou buscam apagá-las em função das necessidades

de conservação de uma dada cultura. Transcendente às particularidades individuais, a mulher tem integrado pela memória as categorias gerais que lhe são atribuídas pelo discurso totalizador, transmitindo fragilidade, abnegação, docilidade, entre outras. A transmissão dessa memória é feita, como observa Candau (1998, p. 115), sem se pensar: “ela provém da imersão na sociedade desde a tenra infância mais do que de uma transmissão explícita”. Daí decorre que “ela conserva, reitera e reproduz bem mais do que transforma, cria e reconstrói” (p. 115).

Retomando a história das mulheres, salientamos que a Revolução Industrial introduziu a “primeira ruptura no paradigma da diferenciação de mundos, na medida em que separa a casa do lugar de trabalho e confronta homens e mulheres [...]” (OLIVEIRA, 1991, p. 43). Porém, isto não se deu por livre escolha, busca de bem-estar ou maior independência por parte da mulher. O acesso ao trabalho assalariado ocorreu por causa das grandes dificuldades financeiras vividas pelas famílias neste período, no qual as mulheres se viram obrigadas a aceitar trabalhos penosos e menos remunerados do que os homens.

Embora reconhecendo que o percurso histórico das mulheres se deu sempre em segundo plano em todo o mundo, salvo raríssimas exceções, discorreremos sobre a condição da mulher no Brasil, em função de ser este país o foco de nossa atenção e de investimentos futuros.

Podemos afirmar sem medo de cometer equívocos que especificamente no Brasil, embora a história das mulheres também seja feita de vários percalços no tocante à sua condição de cidadã, em “24 de fevereiro de 1932 foi instituído o voto feminino” (PEREIRA; TOSTES, 2009, p. 62). Resultado de vários anos de lutas, a instituição do voto feminino garantiu às mulheres a conquista não só do direito de votar, mas também, serem eleitas para cargos no executivo e legislativo. Porém, antes desta data, as mulheres sofreram desde a colonização toda sorte de restrições em nome da organização patriarcal.

O pater famílias autoritário, rodeado de escravas concubinas, dominava tudo: a economia, a sociedade, a política, seus parentes e agregados, seus filhos e sua esposa submissa. Esta teria se transformado em uma criatura gorda, indolente, passiva, mantida em casa, gerando filhos e maltratando os escravos (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 67).

Na esteira da autora acima aludida, podemos afirmar que o estereótipo da fêmea pura, indefesa, confinada ao lar, não era universalmente válido. No Brasil, a condição da mulher apresentava variações segundo a classe social a que pertenciam. Por exemplo, as mulheres de classe inferior trabalhavam arduamente, mas gozavam de certa liberdade pessoal, o que significava o não confinamento ao lar e a possibilidade de venda de doces e conservas

aproveitadas das sobras do açúcar que o marido produzia no engenho. Também na elite “nem todas as mulheres eram confinadas à esfera privada do lar e excluídas da esfera pública, entregue aos homens, como no caso de viúvas ativas que dirigiam fazendas” (HAHNER, 1981, p. 68).

No entanto, cabe ressaltar que essas condutas eram pontuais, ou seja, não se tornavam tão significativas a ponto de provocar uma alteração no papel padrão da mulher brasileira, uma vez que a maioria vivia reclusa em suas casas. Tinham como função administrar a vida dos filhos, bem como os empregados e agregados que entravam e saíam da vida das famílias, e o faziam de forma abnegada e desinteressada dos negócios do marido, dono da última palavra, restituidora de ordem.

Também encontramos em Freyre (1951) esclarecimentos no que tange à questão da atuação das mulheres como patriarcas, nas quais ele sinaliza possíveis predisposições de personalidade de algumas mulheres para tal.

[...] matriarcas houve, no Brasil patriarcal, apenas como equivalentes de patriarcas, isto é, considerando-se matriarcas aquelas que, por ausência ou fraqueza a do pai ou do marido, e dando expansão a predisposições, ou características masculinóides de personalidade, foram às vezes os “homens de suas casas” (FREYRE, 1951, p. 86).

Assim, o confinamento da mulher à esfera doméstica, padrão típico naquela época, só começou a ser questionado a partir da ascensão da burguesia, do aparecimento da sociedade industrial e do movimento feminista. Portanto, somente após a eclosão desses três movimentos a mulher passou a se perceber reduzida ao papel de mãe de família e esposa. Mas outra mudança encobre essa sutil percepção – a transição da família feudal para a família burguesa moderna. Nessa última modalidade familiar são “acentuadas as relações de produção, a constituição de subjetividades, as identidades pessoais e o uso do sobrenome do marido” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 27). Nesta passagem se constitui o grupo familiar nuclear e um novo tipo de contrato matrimonial – o matrimônio por amor, que transforma o modelo das relações interpessoais.

Como consequência dessa mudança surge no século XVIII o amor romântico conjugal e materno, usado como instrumento da cultura para impedir a mulher de reconhecer sua condição de subalterna e oprimida. Cabe lembrar que, considerando algumas exceções, a maioria dos casamentos era baseada nos interesses socioeconômicos dos familiares e o contrato conjugal era apenas uma das formas de troca de riquezas. Comumente uma mulher

sem dote era destinada à reclusão em conventos, e as que o possuíam transferiam uma parcela dos bens familiares ao futuro marido, requisito fundamental para a consolidação da união.

Apontar a condição em que os casamentos ocorriam nesse período da história da humanidade não significa afirmar que desconsideramos a existência de relacionamentos entre homens e mulheres pautados no amor, ou mesmo na atração física. O que se pretende enfatizar é que o surgimento do amor romântico na conjugalidade, além de ter por objetivo a substituição dos casamentos por interesse para os casamentos por amor, traz em seu bojo o pressuposto de que o vínculo advindo da escolha do parceiro afetivo, assentado nas expectativas em termos qualidades de cada membro, estabeleceria uma relação equilibrada e duradoura. Quanto a essa questão, considera-se pertinente lembrar que a socialização feminina foi construída na busca de uma figura idealizada, investida de autoridade, poder, enfim, com que ela se sentiria segura, protegida, e conseqüentemente feliz. Nessa perspectiva, a “mulher, então, já não mais se submete por amor, mas sim elege entregar-se por amor e nesta entrega e no êxito dos seus passa a residir sua felicidade pessoal” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 35).

Outra mudança muito propícia aos interesses sociais no século XVIII foi o amor materno. A nova forma de relacionamento conjugal em bases afetivas e com liberdade de escolha teria como ápice da felicidade o nascimento de uma criança, concretizando a sacralização da maternidade, se tornando, por sua vez, mais um elemento aditivo à sentimentalização do lar. Dessa forma “a família tornou-se um lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges, entre pais e filhos, algo não era antes” (ARIÈS, 1986, p. 11). Os filhos passaram a ter enorme importância, o que elevou o *status* da mulher por ser ela a responsável pelo bem-estar, educação e felicidade pessoal destes.

Dessa forma, a mulher passa a viver para amar seus filhos, seu esposo e sua casa. Para tal, deve ser pura e ficar longe das tentações do mundo externo e do mundo do trabalho, este reservado ao homem, que cada vez mais se ausenta da casa. Nesse novo modelo familiar, centrado agora na criança, a mulher deve ser supervisora do desenvolvimento dos seus filhos. Portanto, deve ser delicada, assexuada e dependente da proteção e nutrição do marido, cujo *status* deve ser respeitado porque lhe é superior – faz parte do mundo público, o que o permite criar regras e ditar comportamentos.

No início do século XIX se prolongou o confinamento da mulher no âmbito privado, embora surgissem mais integrações femininas no mercado de trabalho. Também nesse âmbito observa-se que os protocolos de gênero interiorizados quanto à vocação para a maternidade,

doação e abnegação vão se estender para a escolha de profissões assistenciais e educacionais. Como professora, enfermeira, dentre outras profissões consideradas femininas, a mulher mantinha naturalizados os papéis que lhe foram atribuídos, não vislumbrando a possibilidade de ingressar em carreiras consideradas como pertencentes ao masculino.

Porém, na segunda metade do mesmo século, foi possível perceber que a Revolução Industrial produziu uma ruptura no que tange às profissões de homens e mulheres, como também no parâmetro até então existente de diferenciação dos mundos público e privado. A efetiva entrada da mulher no mundo do trabalho e a superexploração da mão de obra feminina começam a acarretar a crescente participação das mulheres em movimentos reivindicatórios, para a melhoria das condições do trabalho feminino.

Apesar dos preconceitos de operários e sindicalistas que se preocupavam tanto com preservar a supremacia masculina no seio da família quanto com proibir o acesso das mulheres às fábricas, sob o argumento de que elas constituam um exército industrial de reserva desorganizado e barato, facilmente manipulado pelo patronato (OLIVEIRA, 1991, p. 43).

Como já assinalado anteriormente, o trabalho das mulheres não obtém reconhecimento da sociedade, o que provoca um engajamento feminino quase inaudível nas lutas sociais pela igualdade política e social para as mulheres. Esse engajamento em busca de reconhecimento parece impulsionar cada vez mais as mulheres à busca de autonomia. Em 1943, o trabalho feminino foi regulamentado pela Consolidação das Leis Trabalhistas Brasileiras. Mas ainda nessa época, durante o governo Vargas, “em plena ditadura Getulista, os movimentos reivindicatórios das mulheres foram reprimidos, só sendo retomados no final da Segunda Guerra Mundial que durou de 1939 a 1945” (OLIVEIRA, 1991, p. 45).

Torna-se importante destacar que

[...] em 1962, o Código Civil Brasileiro sofre alterações e a mulher casada já pode trabalhar sem a autorização do marido. Mas, é somente no ano de 2002 que o Novo Código Civil Brasileiro estabelece que a família não seria mais regida pelo pátrio poder, mas pelo *pater familiar*, que pressupõe igualdade de poder entre os membros do casal (FÁVERO, 2010, p. 89).

É interessante conhecer que no final dos anos de 1960, as mulheres passaram a investir de forma maciça no mercado de trabalho, contribuindo para o início da diluição entre o espaço público e privado. Isto não foi feito sem esforço. O ajuste do novo perfil faz com que elas tenham de tornar compatíveis dois estilos de vida: casa e trabalho, ou seja, os registros afetivos que lhe foram transmitidos e o novo modelo cotidiano do espaço do trabalho.

Minha geração encontrou o tempo em que, às mulheres, coube o custo de se perder. De, subitamente, no espaço de uma vida, ver dissolverem-se certezas milenares, sentir fugir o chão debaixo dos pés. E, por isso mesmo, ter que assumir de agora em diante a inédita autoria do Feminino (OLIVEIRA, 1991, p. 12).

Feminizar o mundo, expressão utilizada pela autora acima aludida, implica na redefinição de um discurso sociobiológico sobre a natureza feminina, consolidado por séculos, tarefa hercúlea que caberá às mulheres. Como apagar da própria memória as memórias geracionais transmitidas?

Para se ajustar ao novo perfil demandado pela sociedade, agora industrializada, cabia a dilacerante ruptura com a antiga identidade. O conflito entre a velha ordem patriarcal e a libertação deste enredamento começou, então, a ser discutido no meio acadêmico, o que deu abertura para a entrada do feminismo no Brasil.

Desta forma, nascido do movimento em favor dos direitos civis, o movimento feminista tem como um dos primeiros objetivos “apreender o passado legítimo das mulheres introduzindo-as, definitivamente, na história” (DEL PRIORE, 1991, p. 217). Dentre as reivindicações e denúncias desse movimento que eclodiu nos anos 1970, a questão do ocultamento das mulheres no âmbito da história tornou-se proeminente, sendo objeto de pesquisa das feministas: “resgate da memória feminina – fazer uma história das mulheres pelas próprias mulheres – especificidade que marca uma especial identificação com o objeto” (BRITO, 1985, p. 23).

Levantando principalmente a situação de subalternidade das mulheres no âmbito da história e dando voz às mulheres, silenciadas pela opressão nas esferas pública e privada, o movimento feminista desenvolveu várias articulações objetivando a crescente participação das mulheres nos contextos político, econômico, social e cultural, assim como a obtenção de maior respeitabilidade nas relações afetivas. Neste cenário, a discussão sobre as questões de gênero ganhou destaque e, em linhas gerais, buscou promover a desconstrução das categorias “sexo feminino/sexo masculino”, apontando a naturalização de aspectos sociais antes fundidos com os aspectos biológicos nestas duas categorias.

Já nas décadas de 1960 e 1970 o movimento feminista ganhou notoriedade na Europa e nos Estados Unidos, impulsionado pelas mudanças políticas e culturais que colocavam em xeque os valores conservadores da organização da sociedade.

No Brasil, no auge da repressão da ditadura militar, embora o cenário se afigurasse impróprio para as reivindicações de qualquer ordem, surge uma nova retomada do movimento feminista, sendo criado o Conselho Nacional de Mulheres do Brasil.

Já em 1975, como parte das comemorações do Ano Internacional da Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas, foram realizadas várias atividades públicas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, reunindo mulheres interessadas em discutir a condição feminina em nossa sociedade à luz das propostas do “novo” movimento feminista, que neste momento se desenvolvia na Europa e Estados Unidos. O patrocínio da ONU e um clima de relativa distensão política do regime permitiram às mulheres organizarem-se publicamente pela primeira vez desde as mobilizações dos anos 1967-68.

Um fato marca novas investidas feministas em 1976 no Brasil, mais especificamente no Estado do Rio de Janeiro: o assassinato brutal de Ângela Maria Fernandez Diniz, praticado por seu ex-marido Raul do Amaral Street. Este foi absolvido por ter matado em legítima defesa da honra. O crime teve grande repercussão em todos os meios de comunicação e se tornou um exemplo da impunidade à violência contra as mulheres, provocou total indignação da vanguarda feminista, abrindo uma nova vertente de discussão no país: a violência contra a mulher (PIFANI, 2007). Nessa esteira, foi criado em 1981 o movimento SOS Mulher, voltado para a promoção de articulações no que tange à proteção maior para as mulheres, inclusive para as que trabalhavam e sofriam assédio moral e sexual no âmbito do trabalho.

O avanço do Movimento Feminista foi de tal ordem que em 1977 foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a situação da mulher no mercado de trabalho e demais atividades. Essa Comissão trouxe à tona fatos que eram de conhecimento de pequenos grupos, tais como: no meio rural, a mulher recebia apenas um quinto do salário pago ao homem por igual trabalho; a legislação obrigava empresas com mais de trinta trabalhadoras a manterem berçários, mas a lei não era cumprida pela maioria das empresas brasileiras; nas empresas estatais não era permitido o acesso da mulher a determinados setores, sendo que tais impedimentos não tinham nenhum registro em termos de legislação; mulheres grávidas eram frequentemente despedidas; entre outras questões que mantinham o desrespeito histórico à mulher, no caso, à brasileira (BARROS, 2000).

Nas universidades, o feminismo se tornou uma questão a ser discutida. Anteriormente, seja por fatores políticos ou sociológicos, o movimento de libertação da mulher não visava ao espaço acadêmico.

De maneira geral, as palavras de Perrot (2007) podem ser usadas para a efervescência ocorrida no Brasil, no que tange ao resgate da participação feminina na história da humanidade.

De início, em busca de ancestrais e de legitimidade, por seu desejo de encontrar vestígios e torná-los visíveis, começou um ‘trabalho de memória’ que continua a desenvolver-se desde então no seio da sociedade em seu conjunto. A longo prazo, esse movimento teve ambições mais teóricas. Pretendia criticar os saberes constituídos, que se davam como universais a despeito de seu caráter predominantemente masculino. Houve, nos anos 1970-1980 uma vontade de ‘corte epistemológico’ que afetou principalmente as ciências sociais e humanas, mas que chegou a tocar o domínio da matemática. Assim nasceu o desejo de um outro relato, de uma outra história (PERROT, 2007, p. 20).

Assim, a partir de 1979, o interesse em levantar os possíveis vestígios sobre a história das mulheres muda o clima intelectual de tal maneira que a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) reservou um espaço anual para o tema (PINTO, 1992).

Indiscutivelmente, o século XX foi marcado por uma série de inovações que caminharam para o rompimento de um silêncio secular sobre o feminino. Em 1981, foi ratificada pelo governo brasileiro a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, firmada pela ONU em 1967. Nesta Convenção ficou estabelecido entre os países signatários, como o Brasil, o compromisso de eliminar todas as restrições às mulheres (MENDES, 2007, p. 160). Esse compromisso, embora mais visível, ainda se restringe a poucos setores. A Academia Brasileira de Letras e a Petrobrás são os primeiros exemplos de inserção da mulher em seus quadros, até então masculinos.

No início do século XXI, após sucessivos movimentos, as feministas brasileiras puderam comemorar a revogação do artigo do Código Penal que tratava do crime de estupro e a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em 1985, este último “com a finalidade de promover em âmbito nacional, políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País” (D.O.U., 1985).

Na atualidade, o movimento feminista brasileiro luta no combate à violência doméstica, à discriminação no trabalho e à legalização do aborto, ainda só permitido em situações excepcionais. A aproximação com outros campos – tais como estudos sobre os gays e lésbicas, estudos étnicos, negros, entre outros – torna o feminismo um campo plural, que redefine e amplia seus limites, transformando o propósito primeiro de seu nascimento. As feministas passam a afirmar que as formas como nos tornamos mulheres e homens, ou seja, como nos tornamos sujeitos “de gênero”, constituem uma questão política e social e não somente uma questão ligada às histórias pessoais ou privadas (ADELMAN; SILVESTRIN, 2002, p. 19).

Podemos apontar diversas políticas públicas protetivas em relação à mulher e que incluem uma série de ações, tais como:

- Juizados Especiais Criminais (JECRIMS), criados em 1995 a partir da promulgação da Lei 9.099/95;
- Lei nº 11.340, sancionada em sete de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, fruto de trinta anos de luta dos movimentos feministas e de mulheres brasileiras;
- Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs);
- Centros de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência;
- Conselhos, Coordenadorias, Ouvidorias e Corregedorias, Serviços de Saúde, dentre outros.

Entretanto, ainda não foi possível solucionar o fenômeno da violência contra a mulher, especialmente o fenômeno da violência conjugal que, como foi aludido, ocorre no seio familiar, no espaço privado, que deveria ser um refúgio de paz e segurança. Seria este fenômeno resultante de vestígios do modelo de construção de gênero fundado na diferença sexual? As relações de gênero estariam associadas a traços mnemônicos de controle e dominação masculinas? Mas o que ainda leva a mulher a “aceitar” a dominação masculina?

Considera-se que os círculos familiares, ainda paternalistas, possam reforçar os estereótipos de gênero, criando no inconsciente feminino estruturas rígidas que levam a mulher a desacreditar em sua capacidade de buscar, exigir, criar e conquistar o melhor para si mesma.

Assim, conflitadas entre opiniões maniqueístas, das quais o comportamento protocolar adequado e inadequado se digladiam por aceitação incondicional, as mulheres geralmente se submetem às regras do jogo patriarcal, construindo sua “natureza” sob a gerência dos poderes seculares masculinos: pai, cônjuge, irmãos, padres, pastores, dentre outros, processo que exige que sua singularidade seja descartada.

O debate sobre este tema tem se concentrado em diversos movimentos, que, por sua vez, levantam múltiplas possibilidades de interpretação sobre as razões pelas quais a mulher se mantém presa aos padrões de comportamento que lhe foram transmitidos. Mas qual seria o caminho mais profícuo para entender esta questão?

A seguir, apresentamos algumas das principais discussões sobre a questão de gênero, categoria que merece destaque significativo no cenário sobre a construção da natureza

feminina, algumas das diferentes concepções acerca desta categoria e as implicações para as relações entre homens e mulheres.

2.3. Gênero feminino: uma natureza construída?

O Poder Simbólico é, com efeito, um poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.

Pierre Bourdieu

Nesta parte abordaremos a surgimento das questões relativas ao gênero, discussões acerca desta categoria, bem como algumas de suas várias concepções desenvolvidas por autoras feministas que trouxeram à visibilidade problematizações extremamente significativas sobre as teorias e políticas que mudaram a posição da mulher no cenário mundial.

O conceito de gênero emergiu na década de 1970 com o Movimento Feminista, trazendo a perspectiva de compreender e responder, a partir de fundamentos científicos, a situação de desigualdade entre os sexos. Sugerindo uma mudança epistemológica, a concepção de gênero foi considerada, primeiramente pelas feministas, em especial as norte-americanas, como uma categoria necessária para a análise do processo de construção social e cultural do feminino e do masculino. Sobre a consistência do gênero como categoria de análise, Butler (2003, p. 20) argumenta que:

Se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida.

Portanto, sendo um conceito das Ciências Sociais, o uso do termo expressa todo um sistema de relações que, mesmo incluindo o sexo, transcende a dimensão biológica dos seres, denotando a distinção entre os atributos culturais alocados em cada um dos sexos. Eis a importância deste conceito para o Movimento Feminista.

Mas o que significou o Movimento Feminista? E quais foram suas principais contribuições para a mudança da condição da mulher na sociedade?

O Movimento Feminista ou Feminismo surgiu na Europa ao final do século XVIII, se caracterizando por um conjunto de atividades sociais, filosóficas e políticas organizadas, de cunho reivindicatório acerca da igualdade política, social e econômica das mulheres, ou seja, sua meta era garantir a participação da mulher na sociedade de forma equivalente à dos homens. Dentre os principais direitos reivindicados constavam a igualdade de oportunidades na educação e no trabalho, direito à liberdade sexual e ao sufrágio, ou seja, direito ao voto livre.

Cabe ressaltar que o movimento feminista se organizou como movimento estruturado, acompanhando o percurso de sua evolução do século XVIII, tomando corpo durante o século XIX na Europa e nos Estados Unidos. Em sua trajetória foi instrumento de várias críticas da sociedade moderna, em termos de sua atuação, tanto nos aspectos teóricos quanto nos aspectos práticos. Apesar das inúmeras críticas, o Feminismo vem conservando uma de suas principais características que é a problematização sobre as contradições da modernidade, principalmente no que se refere à libertação das mulheres da opressão masculina (COSTA, 1998).

Porém, longe de esmorecer diante das críticas que lhe foram imputadas, o Movimento Feminista resistiu às supostas discordâncias quanto à objetividade e universalidade do seu discurso.

No que tange especificamente às mudanças dentro do próprio Movimento Feminista, a existência de pelo menos três momentos em sua história demonstram a conservação de uma movimentação natural em seu interior de fluxo e refluxo, que costumam ser comparados a ondas que começam difusas e pouco a pouco se avolumam, ganhando maior envergadura.

A primeira fase do Feminismo, designada de primeira onda, surge, portanto, com a Revolução Francesa. Dentre os textos fundadores, destaca-se a obra de Mary Wollstonecraft “A Vindication of the Rights of Woman”, publicada em 1792 em Londres, que reivindicava a extensão dos direitos políticos – antes reservados somente aos homens – também às mulheres (COSTA, 1998). No entanto, essa primeira onda foi acometida por uma ruptura que conduziu à desmobilização do Movimento Feminista em vários países. Alguns fatos foram os geradores dessa crise, como por exemplo, a crise econômica que se estendeu até a década de 30 e a extensão do direito ao voto as mulheres em vários países ao longo das décadas de 20 e 30 do século XX.

A segunda onda surgiu por volta de 1870. Apesar de ser uma extensão da primeira, essa movimentação deu ênfase às questões da igualdade entre os sexos e ao fim da discriminação das mulheres, diferindo da primeira, cujo foco era a conquista dos direitos políticos. Esta onda se caracterizou principalmente pelo espantoso volume de jornais e revistas de feição nitidamente feminista, editados no Rio de Janeiro e em outros pontos do país. Vários jornais, tais como *O domingo* e o *Jornal das damas*, ambos em 1873, surgiram discutindo matérias como: a dependência econômica determina a subjugação e o progresso do país depende de suas mulheres. Esses jornais tentavam convencer as leitoras sobre seus direitos à propriedade e ao trabalho profissional.

A terceira onda do feminismo começou no início da década de 1990 e surgiu como uma resposta às supostas falhas da segunda, porém, com a vantagem de toda movimentação e organização articuladas no momento que a antecedeu. A terceira onda foi iniciada com uma movimentação inédita de mulheres que clamam pelo direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho, ou seja, pela expansão de suas profissões para o comércio, hospitais e indústrias, restritas até então à docência. Nesta etapa, consideramos importante citar os nomes de Bertha Lutz, Bióloga, formada pela Sorbonne, que se tornou uma das mais expressivas lideranças na campanha pelo voto feminino e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres no Brasil. Incansável na denúncia da opressão sobre as mulheres, fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que se disseminou em praticamente todos os Estados, mantendo sua atividade por quase cinquenta anos. Outro nome no campo da literatura de grande destaque na luta das mulheres foi Rachel de Queiroz, que se colocou na vanguarda ao penetrar em espaços marcadamente masculinos, como por exemplo, na redação de jornais, nos quais defendia a emancipação social da mulher brasileira.

Por último, temos a quarta onda, que no ano de 1970 obteve o seu momento mais expressivo. Neste período de denúncias e reivindicações teve início um processo de alteração de comportamentos e costumes, bem como uma série de eventos voltados para a condição subalterna e oprimida da mulher no Brasil. Dentre os eventos mais importantes destacamos o Ano Internacional da Mulher, em 1975, que foi estendido até 1985 em função das inúmeras metas para eliminar a discriminação contra a mulher a serem alcançadas; o dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, por iniciativa da Organização das Nações Unidas – ONU; bem como congressos, encontros, seminários e outros tipos de organizações para discussão sobre a condição da mulher. Cabe ressaltar que neste período, no Brasil, o Movimento Feminista teve marcas diferenciadas dos outros países, pois a conjuntura política impôs que elas se

posicionassem contra a ditadura militar e a censura, a favor da redemocratização do país, da anistia e de melhores condições de vida.

Destacamos, dentre outros nomes extremamente significativos ao Movimento Feminista, Rose Marie Muraro, responsável pela fundação em 1975 pelo Centro da Mulher Brasileira, entidade pioneira do novo feminismo nacional, cujo trabalho foi decisivo para o incentivo do debate acadêmico e orientação de pesquisas sobre a mulher brasileira.

A partir da quarta onda do feminismo, vários movimentos articulados entre as feministas universitárias promoveram a institucionalização dos estudos sobre a mulher, legitimando os saberes acadêmicos através da criação de núcleos de estudos, da articulação de grupos de trabalho, organização de congressos, colóquios e seminários. É a partir destas iniciativas que ocorreram a

criação do Grupo de Trabalho sobre Estudos da Mulher da Anpocs e do Grupo de Trabalho Mulher na Literatura, da Anpoll; assim como a criação do NEM – Núcleo de Estudos sobre a Mulher, da PUC-RJ; do Neim – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, na UFBA; do Nielm – Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Mulher na Literatura, da UFRJ; e do Nemge – Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero, da USP; entre muitos outros que se multiplicaram nas diferentes instituições de ensino superior, enfrentando resistências e desconfianças para cumprir a função de agregar os(as) interessados(as) na temática, promover o desenvolvimento da pesquisa e do estudo de temas relevantes para as mulheres, e principalmente, impulsionar a publicação de trabalhos e preencher a enorme carência bibliográfica de que todos se ressentiam (DUARTE, 2003, p. 94).

Como é possível notar, foram vários os avanços do Movimento Feminista na promoção dos direitos da mulher. Um dos êxitos mais significativos do Feminismo foi ter dado início às mudanças necessárias, em termos de perspectiva política, como também constituir um novo paradigma para explicar essa questão. Como já aludido, o novo paradigma, “o conceito gênero, permitiu a compreensão de que não é a anatomia que posiciona mulheres e homens em âmbitos e hierarquias distintos, e sim a simbolização que as sociedades fazem dela” (LAMAS, 2000, p. 13).

Portanto, além de contribuir para a visibilidade da ideia de gênero, o feminismo criou um novo campo de estudo, mostrando que todo fenômeno social comporta uma dimensão de gênero e se vincula estreitamente à construção dos sujeitos desde os primeiros momentos de existência, definindo-os como feminino ou masculino. É em função desse enquadramento que o ser humano será forjado pelas redes e expectativas da sociedade onde está inserido. Isto pode ser claramente percebido por meio de marcas culturalmente estabelecidas. Por exemplo, em relação à mulher encontramos representações da identidade feminina tais como

fragilidade, sentimentalismo e até falsidade. Em relação ao homem, temos como marcas da masculinidade as preocupações com honra, virilidade, racionalidade e até com atitudes políticas. Nessa dicotomia, o ser humano é dividido segundo a lógica cartesiana: mente e corpo; razão e emoção; pensamento e linguagem, entre outras categorias dicotômicas.

O movimento feminista investiu maciçamente na desconstrução do binarismo que condiciona a relação entre sexo e gênero, na qual o gênero reflete o sexo ou é restrito por ele.

Embora a concepção de gênero tenha causado significativos abalos na crença assentada no binarismo homem = poder *versus* mulher = dependência, não conseguiu desconstruir o discurso dominante em favor de uma ordem de gênero desigual. No entanto, lançou luz sobre alguns vetores importantes, tais como o entrelaçamento da história individual com as pressões das instituições sociais e a forma como o indivíduo acolhe ou rechaça essas pressões. Nessa perspectiva, fica assinalado que as escolhas e atitudes frente aos diferentes momentos da vida subsidiam a biografia e a identidade de gênero. Mas, embora essa perspectiva encontre eco nas problematizações deflagradas pelo feminismo, não foi suficiente para diminuir as tensões provocadas pelas tentativas de construção de uma política representacional do movimento.

Ratificamos que a questão central do movimento feminista, a concepção de gênero, não apresenta consenso nem entre as feministas, tais como Heleieth Safiotti, Joan Scott e Judith Butler, que trouxeram ao cenário contemporâneo, como já apontamos, esta categoria como dispositivo de análise dos fenômenos relacionais entre o feminino e o masculino. Assim, embora as concepções de gênero tenham como bases comuns os questionamentos sobre a rigidez das polaridades binárias entre o masculino e o feminino, passa-se a considerar a influência cultural nos papéis de gênero. Dentre os fatores que passam a ser discutidos ficam destacados os protocolos normativos para ambos os sexos e a ênfase da reflexão sobre as relações sociais de poder.

Partindo do pressuposto de que as pessoas não são somente construídas socialmente, mas que, em certa medida, constroem a si próprias, Butler (1986, p. 510) considera gênero como “o resultado de um processo mediante o qual recebemos significados culturais, mas também os inovamos”. Sendo assim, escolher nosso gênero significou interpretar as normas de gênero recebidas de forma a reproduzi-las e reorganizá-las de maneira diferente. De forma provocadora, esta autora coloca a ideia de que o gênero é um projeto para renovar a história cultural em nossos próprios termos corpóreos.

Outra argumentação é a posição essencialista defendida por Kehl (1996), contrária à maximização das diferenças de gênero, visto que “as identidades são próteses subjetivas produzidas nas sociedades de massa” (p. 81).

Por outro lado, outra polêmica vem à cena com a afirmação de Scott (1996), para quem o conceito de gênero deve permitir a desconstrução da lógica dualista que rege as polaridades e demonstrar que cada um dos polos (feminino ou masculino) está presente no outro, como também, que a oposição criada entre estas polaridades são historicamente construídas. Aponta ainda que o estudo do gênero seria então um dos caminhos para se chegar às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e mulheres na medida em que, “em certo sentido a história política foi encenada no terreno do gênero” (p. 63).

Quanto à impossibilidade de separar a concepção de gênero das interseções políticas e culturais, Butler (2003) afirma que é nessas interseções que a noção de gênero invariavelmente é produzida e mantida. Podemos observar, nesse sentido, que além de ser interpretado de múltiplas e diferentes formas, o conceito de gênero sofre ao longo do tempo uma série de modificações, quando estudiosos passam a dialogar com diversos referenciais, tais como marxistas, psicanalíticos, foucaultianos, entre outros.

A partir desses diálogos, as críticas às limitações do conceito de gênero utilizados nas concepções feministas apontaram que marcas tais como mulher branca, de classe média e heterossexual, foram parâmetros tomados como naturais. “As reivindicações das mulheres não brancas e das mulheres lésbicas não foram consideradas nessa elaboração teórica ou foram esquecidas nos estudos empíricos” (ADELMAN; SILVESTRIN, 2002, p. 16).

Dessas diferentes concepções podemos observar que a noção de gênero está fundamentalmente ligada à ideia de diferença e desconstrução das categorias binárias homens *versus* mulheres, criticadas radicalmente pelo feminismo ortodoxo, que apregoava a proposta de igualdade entre homens e mulheres, denunciando a desigualdade e as discriminações sofridas pelo feminino.

Ao conceituar estados emocionais, vivências e formas de vida, Castro (2004) aponta gênero como uma ferramenta que permite conceituar de modo eficaz as relações de casais, ou seja, “o fator gênero é um organizador essencial da subjetividade e do modo de perceber as experiências no contexto social” (p. 16). Nessa direção, a aproximação com o pensamento foucaultiano pareceu às feministas um campo profícuo, pelas concepções acerca de poder disciplinar e biopoder. Com Foucault (1988) se pode aludir que o exercício do poder nas

relações de gênero também se dá pelo fascínio e não somente pela coerção, como apregoava o movimento feminista quanto à opressão feminina. O pensamento desse autor vai contribuir fundamentalmente para a compreensão de que os indivíduos são transformados em sujeitos discursivamente; portanto, a questão de gênero também pode ser concebida como uma questão de linguagem.

Nessa lógica, não há nada de natural sobre a questão. O comportamento, as escolhas, formas de vida, entre outros, são na verdade influenciados pelas questões políticas e sociais. Os indivíduos se tornam sujeitos de gênero a partir de uma lógica, de uma ideologia que invade o âmbito privado e as histórias pessoais. Assim, gênero seria “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p. 75).

Em relação a essa questão, cabe esclarecer que sexo e gênero têm sido conceitualmente confundidos. Sexo refere-se às características específicas dos aparelhos reprodutores femininos e masculinos, ao seu funcionamento e aos caracteres sexuais secundários decorrentes dos hormônios. Conforme apontamos anteriormente, gênero refere-se às relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres, resultantes de uma construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais.

As relações de gênero são, para Cabral e Diaz (1999), produto de um processo pedagógico que se inicia no nascimento e continua ao longo de toda a vida, reforçando a desigualdade existente entre homens e mulheres. Atuam principalmente em torno de quatro eixos: a sexualidade, a reprodução, a divisão sexual do trabalho e o âmbito público/cidadania, temas estudados por autores como Heilborn (2006); Anzorena (2008); Fávero (2010); Hahner (1981), dentre outros, que buscam compreender a clássica dicotomia de gênero: opressão feminina *versus* dominação masculina.

O fato é que a despeito de todas as tentativas do movimento feminista de desconstrução das categorias de gênero, moldadas do ponto de vista da ideologia da naturalização, que atribui aos homens e mulheres características opostas, tidas como naturais e, portanto, da ordem do imutável, a armadilha paralisante das dicotomias que opõe homens e mulheres continua sendo o paradigma das práticas interpessoais recorrentes, que implicam na repetição dos padrões de comportamento. Portanto, as discussões de gênero, suas vertentes teóricas e conceituais ainda não conseguiram, embora já tenhamos certo avanço, erradicar as dicotomias que fundamentam as práticas interpessoais cotidianas.

Sobre esta questão, Fávero (2010, p. 25) argumenta que a articulação entre os dados psicológicos e os sociológicos abre caminho para se entender [...] “como se dá a construção do conhecimento, como a matemática, a história, a física ou aqueles relativos aos papéis, valores e regras referentes ao gênero”. Esse entendimento nos aproximaria da concepção de que toda a experiência humana é construção e é desenvolvida em constante interação com o modo de funcionamento do espaço no qual o humano está inserido. É nosso ponto de vista que a interação humana é tecida por práticas discursivas que alimentam, enfatizam, ou mesmo produzem formas de esquecimento de acontecimentos que são contrários aos interesses de um determinado espaço social, de uma determinada cultura, em um determinado momento histórico.

Em relação à mulher, sujeito de nossa investigação, práticas discursivas plenas de estereótipos têm sido operadas por agentes históricos que sustentam, via discurso social, a inferioridade feminina no ordenamento social. O discurso social, conforme argumentam Fowler *et al.* (1979, p. 27), “longe de ser neutro é, antes, ideológico”. E se toda ideologia é tecida pela linguagem, podemos asseverar que os sistemas de crenças e valores que configuram as ideologias são expressos através da linguagem. Sendo assim, reiteramos que a linguagem e seus significados não são aleatórios, mas sim designam uma concepção cujo valor é construído por uma determinada realidade sociocultural. A linguagem constrói os significados sociais e, conseqüentemente, as práticas sociais (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 52). Está presente em todos os âmbitos da vida cotidiana, como produção cultural, no trabalho, política e em especial na família, cuja educação transmitida historicamente pela mãe, como discutiremos adiante, desempenha um importante papel na construção da identidade dos filhos.

Como já aludido, a linguagem é um fenômeno da cultura que preserva e mantém os interesses dos grupos dominantes. Estes, por sua vez, interferem no sentido da elaboração simbólica das manifestações culturais, podendo atribuir, como no caso de homens e mulheres, desigualdade natural onde seria natural haver diferença.

Nesse sentido Rocha-Coutinho (1994, p. 50) apresenta uma interessante asserção:

[...] a linguagem é, também uma construção ideológica. Ela reflete e reforça as visões de mundo de um determinado grupo em um momento histórico específico, contribuindo, assim, no caso da mulher, para a sua manutenção no papel de subordinação.

Portanto, longe de ser neutra, a linguagem desempenha um papel de grande importância na regulação de homens e mulheres de forma explícita ou mesmo implícita. Pelo uso frequente de determinadas expressões que denotam conceitos, crenças e valores, a linguagem naturaliza e reforça significados. Construindo significados, ela também constrói práticas e relações sociais, como por exemplo, o uso da noção binária de masculino/feminino, que polariza habilidades, funções sociais, divisão de trabalho, dentre outros aspectos.

Insistimos que pela linguagem várias asserções em relação à mulher, foco de nosso estudo, foram produzidas, tornando-se referências para sua formação e conduta. Um clássico exemplo dessas lógicas infundadas é o conceito de instinto maternal como destino biológico da mulher. Desse conceito, por séculos se depreendeu que, em consequência da fisiologia reprodutiva feminina, toda sua preparação deveria ser voltada para a maternidade, o que reduziu sobremaneira o investimento na mulher e pela mulher no desenvolvimento de outras potencialidades. Um dos resultados dessa concepção foi que todo o sistema educacional para as meninas focou a sua formação para o especial papel de esposa e mãe. Esta preparação, ao se tornar doutrina, fundamentou várias outras concepções, tais como a que Hall (1997) nos recorda: a mulher, ao competir com o homem, poderia negligenciar seu instinto maternal, o que levaria a espécie humana a correr o risco de suicídio.

Também a ideia da fragilidade física da mulher aliada à concepção de que à mulher caberia o espaço privado do lar sustentou e deu consistência a outra concepção estereotipada da diferença da capacidade intelectual feminina e masculina, na qual a mulher é mais uma vez inferiorizada. É fato que a restrição da mulher ao lar também restringiu a ampliação de suas capacidades intelectuais, e a circularidade dessa condição resultou em um concreto atraso de sua participação no âmbito público.

Outra séria implicação para a desigualdade de gênero é a concepção de que a mulher necessita de alguém que decida por ela, um tutor, uma vez que ela era considerada incapaz de decidir acertadamente. Porém, a “implicação mais séria desse círculo de argumentos é que dele se deduziria que uma vez que a mulher era incapaz de abstração, então ela seria incapaz de se desenvolver do ponto de vista moral” (FÁVERO, 2010, p. 33).

Podemos observar nesses argumentos que a ideologia patriarcal continua sendo paradigmática e sempre forjou, através das dicotomias de gênero, o lugar de subalternidade para a mulher. Portanto, quer seja pelo princípio organizador da fragilidade, quer seja pelo princípio infundado da incapacidade intelectual, foram enraizados paradigmas restritivos no simbólico, na linguagem, no comportamento, dentre outros, que ecoam até a atualidade no

imaginário de homens e mulheres e perpetuam as desigualdades entre os gêneros masculino e feminino. Sendo assim, as representações sociais de homem e mulher continuam indissociadas da perspectiva de gênero ligado ao sexo, como categorias inequívocas e estratificadas.

Considerando que o desenvolvimento psicológico do ser humano ocorre com interpessoalidade, ou seja, que a dinâmica psíquica se desenvolve a partir das experiências existenciais que referenciam valores, crenças e percepções de si e do mundo, entendemos que as relações de gênero construídas no intercâmbio com os agentes culturais, tais como família, amigos, escola, religião, etc., influenciam na autonomia individual e coletiva, prevalecendo o que a cultura “escolhe” pela seleção mnêmica para manter estáveis concepções e valores milenares, nos quais os homens estão no domínio e as mulheres na posição de dominadas. Conforme Mayor (2001, p. 36), “[...] esta submissão e passividade atribuídas à menina e, conseqüente à mulher, não representam uma opção, mas sim o reflexo de todo um contexto sócio-histórico, no qual a mulher seria inferior ao homem”.

Embora atentos à posição maniqueísta de que só as mulheres sofreram e sofrem os efeitos da socialização baseada na divisão sexual, insistimos que as expectativas sociais sobre a estabilidade dos papéis de gêneros atrelados à divisão sexual têm incidido mais negativamente sobre as mulheres do que sobre os homens. Ressaltamos que às mulheres ainda é atribuída universalmente a responsabilidade pela socialização dos filhos e, conseqüentemente, a manutenção da clássica dicotomia entre os gêneros. Quanto a esta questão, Chodorow (1978) sublinha a importância fundamental da relação mãe-filha para as mulheres e para um enfoque nos efeitos conscientes e inconscientes dos primeiros envolvimento da mulher com seus filhos de ambos os sexos.

A formação da identidade feminina sofre duas influências, compostas tanto da percepção das mães em relação às filhas, vendo-as como semelhantes e como sendo sua própria continuidade, quanto da percepção das filhas, que se identificam como mulheres e semelhantes às suas mães. Essa experiência, que Chodorow (1978) chama de apego, irá provocar na identidade do gênero feminino enorme dificuldade quanto à separação nos relacionamentos íntimos. Entendemos que, pelo fato do processo básico que estrutura a identidade do gênero feminino ser forjada e gestada para o apego e indiferenciação, a mulher apresenta, nos relacionamentos interpessoais posteriores ao período da infância, dependência e problemas quanto à individuação.

Para ratificar nossa afirmação quanto à identificação da filha com a mãe recorreremos à argumentação de Chodorow (1978, p. 73-74):

[...] seu papel final de identificação é com sua mãe e com as mulheres, isto é, com a pessoa ou pessoas com quem ela teve as primeiras relações de dependência infantil. [...] Por sua mãe estar em torno dela e ela ter tido um relacionamento feminino com ela como pessoa, o sexo e a identificação do papel de gênero da menina são mediados por uma real dependência das relações afetivas.

Extraímos desse pensamento a ideia de que corremos o risco de valorizar em demasia os processos de formação da identidade de gênero no período da infância. Ressaltamos, porém, que mesmo considerando ser a identidade de gênero um processo fluido, em constante evolução, que não pode ser definido somente pela domesticidade, há que se considerar, no caso das mulheres, que o tempo em que elas participam do mundo intergeracional com a mãe, tias e avós ultrapassa o período da infância.

Consideramos necessário reiterar que a linguagem, como instrumento de mediação interpessoal, reforça a definição da mulher em termos de relação com o outro, uma vez que ela é mãe, esposa, filha, nora e avó. Em função de um processo educativo em que aprendeu a ter o masculino como referência de dominância e superioridade frente à sua posição no ordenamento social, restou-lhe por décadas ficar em segundo plano. A enfática argumentação de Rocha-Coutinho (1994, p. 54) ratifica essa afirmação:

Os sistemas simbólicos e os aparatos conceituais não apenas vêm sendo construídos tendo como padrão o homem, como também, em sua maioria, têm sido criações masculinas. Isto porque, há muito os homens detêm as posições de poder e postos-chaves de comando na estrutura social.

Portanto, diferentemente da socialização masculina, a socialização feminina foi sempre voltada para a conexão e apego, o que torna mais compreensível que a identidade de gênero feminina, embora atravessada pelos vários momentos sócio-históricos políticos e culturais, apresente pequenas variações quanto à busca do afeto nas relações, a completude pela maternidade e a manutenção da união familiar em detrimento do crescimento pessoal e profissional, principalmente quando estes últimos são percebidos como ameaças aos protocolos aprendidos na relação mãe-filha.

Salientamos que com esta afirmação não estamos patologizando o comportamento da mulher. Apenas estamos reforçando que a construção da identidade de gênero feminino não é natural, mas sim formatada pela clássica divisão de papéis de gênero, que geracionalmente é transmitida pelo discurso feminino e que, talvez irrefletidamente, mantém a mulher ligada ao

espaço privado do lar como sendo seu lugar primeiro, o qual precisa manter e para tal precisa se manter nele.

Considerando a desvalorização dos papéis ligados à esfera doméstica pelo pensamento patriarcal, ao estar atrelada ao lar, a mulher também se vê desvalorizada. E sendo responsável pelo sucesso ou fracasso da família, pode se sentir carente e dependente do cônjuge para a manutenção da tão idealizada união familiar, tornando-se submissa às suas imposições. Esta conduta, que revela a expropriação da própria vontade e a servidão, pode se tornar uma mensagem de consentimento para níveis cada vez mais elevados de exigências. Tais exigências, se não atendidas, podem eliciar diferentes modalidades de represálias, visando à manutenção da dominação. Portanto, baseando-nos nas argumentações de Bourdieu (1999), Fontes (1993) e Saffioti (1999), afirmamos que a submissão feminina pode ser um solo fértil para os abusos masculinos e para a manutenção da violência conjugal.

A seguir, examinamos a construção da identidade feminina pelo viés da aquisição dos papéis de gênero, transmitidos geracionalmente de mãe para filha, como também a influência destes protocolos na manutenção do comportamento de submissão feminina frente ao masculino.

2.3.1. Transmissão geracional psíquica dos papéis de gênero: a relação mãe-filha – protocolos e submissão ao masculino

*Quem matamos, que imagem no espelho, a da mãe, a nossa, a de nossa filha????
Sou minha mãe ou minha filha?*

Anne Sexton

Nesta parte de nossa investigação apresentamos o processo de transmissão geracional psíquica dos protocolos de gênero como um dos aspectos geradores da subalternidade na construção da identidade feminina. Para tanto, é fundamental assinalar que as projeções dos pais em relação aos filhos, independente do sexo, são diferentes e têm início antes do seu nascimento. No que tange aos filhos homens, é comumente esperado que estes sejam competitivos, fortes, e que superem as dificuldades enfrentadas pelos próprios pais. No entanto, a restrição e direcionamento quanto ao papel social que a filha desempenhará no futuro une os pais nas etapas de seu desenvolvimento. Para as meninas espera-se docilidade, meiguice, fragilidade, dentre outros aspectos que lhe serão ensinados. No geral, “as garotas

têm brincadeiras mais sedentárias, e que em sua maioria prefiguram o papel social que desempenharão no futuro” (KOLBENSCHLAG, 1991, p. 27).

Como administradora desta educação, a mãe passará grande parte do seu tempo ao lado de sua filha, modelando suas manifestações comportamentais, ou seja, transmitindo-lhe protocolos que incluem papéis, preconceitos, interditos morais, etc. Desta forma, a aprendizagem dos protocolos de gênero transmitidos de mãe para filha se torna o principal aspecto na formação da subjetividade feminina. Conforme assinala Kolbenschlag (1991, p. 61):

[...] sem uma relação íntima, desde o começo da vida, com uma figura materna, não podemos ter identidade, não podemos elaborar nenhuma sensação de nós “mesmos”. Contudo, sempre há o risco da destrutividade inerente a essa relação, que pode aleijar e deformar a próprio self que cria.

Esses protocolos, impregnados pela concepção do patriarcado, exercidos primeiramente no seio familiar, não só reduzem as possibilidades de escolhas de modos de ser como também inculcam modelos universalistas e assimétricos. Quanto a essa questão, D’Avilla Neto (1994, p. 39) afirma que “a família, criando diferentes papéis para seus membros, bloqueia as condições necessárias para que se possa assumir livremente a identidade”. Nesse sentido, vale lembrar que Giffin (1994) identifica a família como a principal instituição que organiza as relações sexuais entre gêneros.

Portanto, a família é o *locus* onde o controle social atua diretamente sobre o corpo da mulher através de proibições, punições, compensações e demarcação da assimetria de poder entre o homem e a mulher, cuja identidade principal é a de mãe. Neste espaço privado, a mulher-mãe é responsável pela construção de moldura estreita para as meninas e incentivo à autonomia e realização profissional para os meninos, repetindo de forma inconsciente, ou não, o discurso ideológico da divisão social papéis entre o público e o privado.

Tal discurso, carregado de silêncios e ocultações, hierarquiza o lugar da mulher na sociedade, alocando-a na esfera privada, cuidando dos filhos e do marido. Ele inibe iniciativas de realização profissional, naturaliza as desigualdades entre os gêneros, levando a mulher à marginalidade social.

O processo de sentimentalização do espaço familiar, que confinou a mulher ao lar, também lhe outorgou uma forma de poder sobre os bens “simbólicos” – os filhos, para quem “ela se torna produtora de sentido, nomeadora de seus atos e sentimentos, produtora de mandos e dúvidas” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 39). Esta produção, que é fruto de experiências no lugar de filha, ao ser transmitida pode ser suavizada em nome do projeto que

aprendeu a defender: a manutenção da família unida. Mantê-la é não fracassar diante da própria mãe e da sociedade, é cumprir um papel atribuído à sua natureza: natureza voltada para o outro.

Preso ao lugar que lhe é destinado pelo discurso da natureza feminista, a mãe-mulher produz e reproduz suas memórias e significações para a filha-mulher: processo que se tornará pilar na subjetivação do feminino. Na transmissão de sua história não há necessariamente a busca do que é verdadeiro, mas a alimentação de estereótipos que visam à localização do homem e da mulher no cenário social (SCAFFO; FARIAS, 2012). Conforme afirma Hirigoyen (2008, p. 58), “as mães contribuem na fomentação desses estereótipos educando seus filhos homens para que sejam valentes, [...] as filhas para serem dóceis [...] e a centrar-se nas necessidades dos outros”.

Desta forma, observamos que as exigências protocolares relativas ao espaço privado (família) incidem muito mais sobre a mulher. A aderência às normas e costumes familiares, que se organiza em torno da mãe pela dependência e em torno do pai pela obediência, torna a mulher-filha herdeira de uma cultura de subordinação e desvalorização. Ao receber prescrições que atravessam gerações de lugar secundário, a mulher desenvolve altíssimo grau de identificação com um passado formatado por concepções patriarcais, cujo relevo atravessa seu imaginário, não lhe permitindo discernir se o traço identitário é fruto de uma memória herdada. Esta assunção dos protocolos de gênero transmitidos pela mãe faz com que seja estabelecido um pacto de manutenção do enquadramento comportamental, por vezes silencioso, entre filha e mãe.

Na relação mãe-filha, a mãe é senhora da memória e do esquecimento. Portanto, através da produção discursiva materna, na construção do ser mulher da filha, ficam evidentes as escolhas maternas entre os ditos e não ditos, silêncios, esquecimentos, afirmações e negações. Assim, “a função da lembrança é conservar o passado na forma que é mais apropriada a ele, ou seja, só fica o que significa” (BOSI, 1994, p. 384).

A força discursiva materna inclui a filha num processo de enquadramento social que transcende a individualidade, e, conseqüentemente, nega a diferença, impondo homogeneidade ao feminino. Estas imposições implícitas ou explícitas regulam a socialização que cada nicho social produz para aquele sujeito. No caso da mulher, a subjetivação das funções é marcada pela ambigüidade do discurso materno, pois, “por um lado, educa-se as meninas para que esperem o príncipe encantado e, por outro, elas são orientadas a se portarem contra todos os demais homens” (HIRIGOYEN, 2008, p. 63).

Tal ambiguidade discursiva, que por um lado prepara a mulher para representar a personagem da princesa encantadora, atrativa, amável e compreensiva, a faz antagonicamente buscar se proteger de um perigo que não aprendeu a reconhecer, mas somente respeitar. Nessa teia, a autenticidade e a capacidade de filtrar e reagir aos autênticos e reais perigos ficam minadas, resultando em um declínio de sua assertividade e objetividade (SCAFFO; FARIAS, 2011). A instrução para desempenhar o papel de viver à espera de alguém e viver para este a faz esquecer-se de si mesma e aceitar decisões ao invés de tomá-las, como explicita Hirigoyen (2008, p. 64):

As mulheres forjam um ‘eu ideal’ em função das normas sociais veiculadas por sua família e a sociedade. Por isso, algumas, seguindo o modelo da mãe disponível e solícita, pensam que, para conservar um homem, terão que demonstrar abnegação e submissão. Tendo aprendido, ainda muitos jovens, que para merecer o amor de seus pais devem ser úteis e relegar a sua felicidade, a segundo plano, em prol da felicidade dos outros colocando a mercê do Outro.

Ressaltamos que ‘ser para o outro’, prescrição explícita no discurso materno, envolve não só uma mentalidade casamenteira, a demarcação do lugar feminino e suas atribuições, mas instala uma concepção de sexualidade que exige a passividade erótica da mulher na conjugalidade (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Assim, a identidade feminina se dá pela construção discursiva materna que transcende as particularidades das individualidades femininas. As heterogeneidades são dissolvidas e os aspectos singulares passam a integrar um todo generalizado que consolida a natureza feminina, cujo eixo básico envolve afetividade, carência, dependência, submissão e intuição. Essa “natureza” é inscrita em processos mais amplos, ou seja, para além do espaço privado familiar que a valoriza, vinculando-a a capacidades estabelecidas socialmente para a mulher de família. Esta, espelho de sua mãe, tem o casamento e a maternidade como destino. A exemplo de sua mãe, torna-se a primeira educadora de seus filhos, transmitindo-lhes os comportamentos que asseguram a organização social da qual faz parte.

Ressaltamos que cada processo de transmissão protocolar aos descendentes evidencia a associação emocional a programação recebida da geração antecedente. Ao ficar colada ao discurso materno da geração que a antecede, a mulher abdica de criar sua própria existência. Segundo Mayor (2001, p. 35):

As mulheres são educadas para adotarem posturas passivas e receptivas, devendo adotar a disponibilidade, submissão e fidelidade ao parceiro como comportamentos que indicam sua pureza e possibilidade de merecer conquistar um casamento e consequentes filhos, alcançando assim o seu ‘valor’ de mulher.

A submissão à memória herdada da mãe implicará na reprodução do modelo de relacionamento dos pais. Desta forma, os traços mnêmicos experimentados no lugar de filha, se interpõem ao fluxo do momento presente impondo a necessidade de elaboração do legado que lhe foi transmitido. A não elaboração das vivências passadas, ou melhor, a não atualização dos *scripts* que constituíram seus traços identitários poderão causar consequências extremamente nocivas para si própria, e, conseqüentemente, para o seu relacionamento conjugal.

A permanência nessa condição transforma sua relação com amigos, cônjuges, dentre outros, numa busca incessante por obter aprovação e reconhecimento nos moldes da relação materna. A compulsão em receber aceitação e aprovação, semelhantes à condição de filha, efeito nocivo dos protocolos memorizados, leva a mulher a desenvolver culpa e ressentimento, em especial no âmbito da relação conjugal.

Dessa forma, ao abdicar da responsabilidade pela autorrealização, cria um vácuo existencial que procura preencher limitando-se ao papel de reprodutora e guardiã do lar. Quanto a isso, Kolbenschlag (1991, p. 77) lembra que “as filhas repetem a vida emocional das mães e a mãe pode cobrar tributo pela dedicação, educação e proteção da filha: pensar igual a ela, agir igual a ela, ser igual a ela e realizar o que ela não conseguiu”. Essa cobrança, explícita ou não, tem o mesmo potencial deletério na vida psíquica da filha, que oscila entre atender o que a natureza lhe destinou ou pagar o preço do afastamento do dom inato para ser feliz como mãe de família. Assinalamos que as duas condições citadas não escapam da armadilha cultural construída para a mulher.

A dinâmica da perpetuação das características do feminino transmitidas pela educação materna ultrapassa o âmbito da relação primária mãe-filha, e, são efetivamente reforçadas por todas as instituições sociais. Essas instituições reforçam a repetição dos protocolos, principalmente em relação à maternidade, freando os possíveis desejos de transcendência através de estereótipos de rejeitadas, incompletas e desnaturadas. Assolada pelos desapontamentos familiares e sociais, a mulher se vê coibida por pressões institucionais que negam sua autorrealização pela individualidade. A ausência de autodeterminação ocasionada por uma existência de dependência emocional causa efeitos nocivos óbvios na conduta feminina (SCAFFO; FARIAS, 2011, p. 14).

O que pretendemos sinalizar é que a tessitura para que a mulher se enquadre em moldura estreita, como já assinalamos, provém de diferentes esteios, não lhes dando oportunidade de moldar a própria existência. Porém, quando ocorre a percepção de que suas oportunidades de autorrealização são suprimidas, se torna comum o surgimento de insatisfação com as “escolhas” efetuadas, podendo em situações mais extremadas surgirem

disfunções psíquicas, entre as quais destacamos as depressões, as compulsões alimentares, insônia, instabilidade humoral, todas associadas a uma série de temores. “Algumas se tornam comatosas, passivas, apresentando aparente insatisfação com seu papel herdado” (KOLBENSCHLAG, 1991, p. 40).

O caminho que leva ao afastamento dos protocolos de gênero também se apresenta árido e hostil. Lembramos que a internalização dos protocolos transmitidos na relação mãe-filha são oriundos das mensagens anteriormente recebidas e envolvem no mínimo três gerações. São transações que tomam por base significados e crenças de uma comunidade, classe social, organização política, parentesco e religião. Portanto, romper com os protocolos é romper com a memória coletiva predominante no qual as memórias fazem referência. Aqui nos reportamos a Halbwachs (1968, p. 21), para quem:

A concepção da função primordial da memória, enquanto imagem compartilhada do passado que é a de promoção de um laço de afiliação entre os membros de um grupo com base no seu passado coletivo, conferindo-lhe uma ilusão de imutabilidade, ao mesmo tempo, que cristaliza os valores e as aceções predominantes do grupo ao qual as memórias se referem.

Retomando a questão do afastamento dos paradigmas impostos à mulher e suas consequências, ressaltamos que outros conflitos advindos das pressões externas se instalam. Nessas circunstâncias, a mulher é vista de forma distorcida e negativa. Em decorrência disso, diferentes estratégias de controle são empregadas – tanto pela mãe quanto por diferentes instituições – para restringir ou mesmo enquadrar a mulher em sua posição na ordem social. Sobre esse aspecto, vale salientar que:

[...], controle, influência e poder são partes das expectativas que a sociedade desenvolveu sobre os diferentes papéis associados ao sexo. Uma vez que estas expectativas sociais regulam o modo como as pessoas se comportam, assim como a forma como o comportamento dos outros é avaliado, elas afetam tanto a maneira como as pessoas usam estas estratégias para controlar os demais, quanto a maneira como as pessoas reagem às estratégias utilizadas por estes (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 127).

Em resposta a essas pressões a mulher pode desenvolver diferentes atividades compensatórias. Por exemplo, o comportamento de aquisição de bens de consumo como forma de demonstração de autonomia, tomada de decisão e poder. O consumismo, por causar as sensações de mobilidade, de exercício de escolha e de gerenciamento econômico, provoca a ideia de autossustentação, sensação compensatória para o baixo nível de autorrealização. Essas manobras, que visam a assegurar o poder de autorrealização de forma diversa do papel

prescrito, são mecanismos de esquivar-desvio do sentimento de opressão e desproteção que o afastamento do desempenho do papel de mãe de família lhe causa.

A concepção do que é ser mulher é intuída pela filha em função da aprendizagem, ou melhor, da leitura dos sinais ambivalentes maternos, que a estimulam à autossuficiência, à realização dos projetos da mãe enquanto mulher, à escolha seu destino, e antagonicamente, a dar continuidade à existência materna procriando. Fica claro que os protocolos recebidos pela mãe não lhe permitem escolhas, ao contrário, a direcionam para o atendimento aos anseios externos em detrimento das próprias necessidades.

Presa à armadilha da repetição protocolar, a mulher abdica de sua realização pessoal esperando gratificação e reconhecimento do seu sacrifício em favor de outrem. Essa autoviolência naturalizada pelas prescrições geracionalmente transmitidas, podem torná-la frágil e submissa às violências que lhe são perpetradas, por pessoas com as quais estabelece laços identitários e afetivos para formação de sua família, na qual ela espera reinar como sua mãe (SCAFFO; FARIAS, 2011, p. 147).

Portanto, a construção da mulher tem como protocolo principal o espaço privado da família e a maternidade.

Diversos estudos, entre os quais ressaltamos Barros (2000), Rocha-Coutinho (1994) e Kolbenschlag (1991), apontam que a argumentação tradicional sobre a construção de gênero tenta explicar a diferença entre o masculino e o feminino pela maternidade, dependência e valores domésticos. Diferentemente dos outros fatores, a dependência tem sido identificada como um dos maiores obstáculos para a autonomia e avanço das mulheres. Nessa discussão a questão econômica ganha maior destaque, uma vez que, baseada na divisão pelo sexo, a sociedade valoriza mais o homem em termos de remuneração salarial, cargos de chefia, entre outros benefícios.

Podemos então inferir que a dependência financeira e afetiva da mulher se dá em função da baixa autoestima, fruto da força social dos protocolos de gênero? Para refletirmos sobre essa complexa questão, é preciso recorrer às ideias de Vianna, Bomfim e Chicone (2006, p. 15), que ressaltam:

[...] o conceito de dependência costuma incluir diferentes tipos de fenômenos, entre eles, aquele que significa submissão, ou seja, a incapacidade da mulher se manter, condicionando-a em função do outro, e a dependência que faz com que a mulher se ajuste ao que outra pessoa espera dela por medo de abandono. Por outro lado, a dependência pode advir da necessidade que se tem de outra pessoa para cobrir as carências afetivas. Enquanto a dependência é uma trava para a libertação das mulheres, a carência é inerente a condição do ser social. Ou seja, a necessidade afetiva não pode ser confundida com a ausência de autonomia que tem posto as mulheres numa relação de submissão no espaço público e privado.

Em concordância com o pensamento acima, esclarecemos que para o alcance da autonomia e independência é necessária a busca da satisfação das demandas individuais afetivas e das que representam a autorrealização.

Como já aludimos anteriormente, a educação feminina é voltada para o externo, processo que promove autoesquecimento e conseqüente autodesvalorização. Antes de constituir a família tão idealizada pelos protocolos de gênero, a mulher já apresenta um altíssimo nível de fantasia, estimulada pela concepção romanceada de “e viveram felizes para sempre”. Porém, nem mesmo a permanência em segundo plano garantirá a proteção e segurança tão sonhadas. Especialmente nas relações afetivas, essa educação feminina permite que o outro, o masculino, se torne hierarquicamente superior, mantendo a assimetria característica das relações de gênero que persistem por diversas gerações na sustentação dos dualismos existentes entre homens e mulheres.

Considerando que ainda na atualidade as concepções do que é ser mulher e homem sofreram pouquíssimas mudanças, o contrato protocolar do casamento ainda exige que a mulher se submeta e o homem domine. Desta forma, a quebra de contrato vigente pela mulher pode dar início ao jogo de manipulações que em última análise, culmina em violência entre os cônjuges.

Longe de reafirmar a concepção da vitimização feminina, tão debatida inicialmente pelo movimento feminista que teve início nos anos 1970, optamos por compreender melhor a conjugalidade violenta, em especial, a submissão da mulher a tal condição. Consideramos que estudos acadêmicos desta natureza podem contribuir para a ampliação do conhecimento desta temática e, conseqüentemente, auxiliar na diminuição do fenômeno violência conjugal através da divulgação de reflexões referentes ao tema.

A seguir, dialogamos com alguns autores que buscaram compreender a submissão feminina à violência perpetrada por parceiros íntimos pelo viés da influência da educação materna.

2.3.2. Submissão à violência conjugal: uma influência dos protocolos educativos?

Através de nossa mãe, tornamos a pensar se somos mulheres.

Virginia Wolff

Nesta parte apresentamos alguns dos discursos que socializaram o feminino à submissão ao masculino, a violência em sua pluricausalidade, suas consequências, bem como a dificuldade apresentada pela mulher em sair de relações violentas.

Nos discursos constitutivos das mulheres ao longo dos séculos fica evidente que eram consideradas como principais virtudes a priorização da família, a temperança e a subordinação, com as quais a mulher desenvolveria o necessário cuidado da casa, a educação aos filhos e a servidão ao marido. O exercício de tais virtudes exigia a reclusão à privacidade doméstica, o que, ainda na atualidade, “parece levar muitas mulheres, ainda que de forma não consciente, a ver nos companheiros um salvador para sua situação de dependência” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 123).

Educadas para o lar, onde “se está escondido e não se pode aparecer nem brilhar, não sendo permitido ali qualquer *doxa*, ou seja, glória ou fama” (ARENDT, 2003, p. 97), a mulher aprendeu pela restrição, o lugar de segundo plano.

A origem da opressão feminina foi atribuída por Engels (1964) à monogamia e ao casamento burguês. A importância dessa concepção foi ressaltada por Toledo (2003, p. 29), por ter “retirado a questão da opressão feminina da mulher do domínio da biologia e a inserido no domínio da cultura [...]”. Essa afirmação nos remete aos vários fatos históricos que comprovam o exercício da repressão, da dominação patriarcal e a consequente submissão feminina.

Com base em várias argumentações, das quais podemos destacar Hirigoyen (2008) e Kolbenschlag (1991), consideramos que a mulher, gestada na dependência e responsabilizada pelo sucesso da relação conjugal, atribui sua permanência em relações conjugais violentas aos filhos, à dificuldade financeira, ao alcoolismo e à perda do emprego do cônjuge, entre tantas outras questões. No entanto, os autores aludidos, em pesquisas relacionadas à temática, apontam um percentual expressivo de mulheres que não abandonam o cônjuge mesmo não tendo presentes os fatores citados.

Quanto à permanência em relações violentas Castro (2004, p. 66), sinaliza que nas mulheres está muito arraigada a crença de que a área dos afetos – e, portanto, dos vínculos – é sua responsabilidade principal e exclusiva. Dessa forma, se consideram responsáveis pela continuidade do vínculo e pelo sucesso da relação. Castro também observa que essa dedicação faz com que a mulher se sinta importante e valiosa, além de lhe conferir sentido à existência.

Lembramos que a mulher, em sua educação, recebeu o modelo de responsável pelo equilíbrio da relação conjugal e, conseqüentemente, familiar. É possível depreender desse processo “a inclinação para assumir a responsabilidade por condutas perturbadoras, incluindo o maltrato” (CASTRO, 2004, p. 67). Além disso, o comportamento de exclusão do cônjuge das implicações pertinentes para a manutenção de uma relação conjugal se reflete em vários aspectos, tais como solidão, esforço para adequar-se aos parâmetros estabelecidos pelo cônjuge ou parceiro afetivo, enfim, “uma generosidade ilimitada a fim de satisfazer todas as demandas de seu cônjuge, sem considerar-se no direito de reclamar algo para si [...]” (p. 67). Esses aspectos, em especial, a adequação aos parâmetros estabelecidos pelo outro, levam a mulher à condição de submissão, na qual os conflitos que se produzem neste tipo de vínculo são vivenciados como verdadeiros fracassos, que, em última análise, concorrem ainda mais para diminuir a autoestima e a autovalorização.

Neste ponto, consideramos fundamental assinalar que as situações de conflito conjugal se constituem também num dispositivo para pensarmos a complexidade que entrelaça as relações humanas desde o nascimento. No tocante à mulher, as experiências de respeitar, acatar e esperar a proteção masculina povoam o imaginário feminino até a fase adulta, reforçando o lugar subalterno, internalizado desde a família nuclear. Acerca da participação familiar na construção da concepção da mulher quanto ao seu lugar na hierarquia social, Meler (2005, p. 14) esclarece que “se trata de reconhecer a importância das relações de poder que se iniciam junto com a vida, dada a desigualdade entre a criança e os adultos que a assistem”.

Consoantes com essa posição, consideramos que a família, reflexo da organização social, educa a mulher à manutenção de práticas de poder que sustentam a supremacia masculina e a desvalorização feminina, portanto, sustentando um quadro de desigualdades sociais, cuja estrutura hierárquica retém a mulher em condição inferior. Os efeitos desse quadro de desigualdades produzem relações nas quais as mulheres pagam o preço da violência, perpetrada em todos os âmbitos sociais.

Fundamentando-nos nas investigações de Osterne (2011), entendemos que, universalmente, a violência conjugal não conhece fronteiras. Ocorre em diferentes classes sociais, etnias, religiões e culturas, ocorrendo também em populações de diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social, e seu impacto causa danos não somente a mulher, mas também a toda uma rede de relações.

Os motivos para a ocorrência da violência nas relações conjugais são apontados por diferentes prismas. Por exemplo, Barros (2000, p. 132) aponta que “a violência expressa a ausência de vigor, força, energia que, se estivessem presentes, não necessitaria da violência”. Quanto a esta questão, Arendt (1994, p. 43) sinaliza a afirmação de que “a impotência gera a violência e, psicologicamente, isto é verdadeiro”.

Especificamente sobre a violência de gênero, Saffioti (2002) comenta que a violência de gênero, inclusive em suas modalidades familiar e doméstica, não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero que privilegia o masculino.

Como é possível observar, “a pluricausalidade da violência nos coloca frente a um objeto complexo e polissêmico que dificulta consensos e polariza diversos debates acerca de suas determinações” (SCAFFO, 2008, p. 14). Frisamos que ao falarmos em violência não estamos somente apontando as agressões físicas, mais comumente entendidas como absurdas e até impensáveis. Estamos definindo como violência “todo e qualquer tipo de coerção, aplicada através de meios físicos ou psíquicos e sempre pautados na crueldade, com o objetivo de destruição total ou parcial de alguma coisa” (FARIAS, 2010, p. 91).

A violência, para Costa (1984, p. 52), “é toda ação traumática que desestrutura o psiquismo completamente, ou determina que o sujeito responda ao trauma por mecanismos de defesa rígidos”, com dificuldade de simbolização e representação dos impulsos, afetando a subjetividade e perdendo a singularidade.

Além destes autores, consideramos importante registrar a existência de diversas concepções para a violência, como também assinalar que estas têm implicações teóricas e práticas. Dentre essas concepções encontramos que a violência contra a mulher enfatiza o alvo contra o qual a violência é dirigida. “É uma violência que não tem sujeito, só objeto; acentua o lugar da vítima, além de sugerir a unilateralidade do ato” (COSTA, 1984, p. 52).

Já a violência intrafamiliar é definida pelo Ministério da Saúde (2002, p. 15) como “toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar e a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família”.

No que tange à violência doméstica, Almeida (2007) esclarece que este é um conceito que circunscreve o espaço privado, ou seja, designa um lugar geográfico e, portanto, independe do sujeito ou do vetor da ação. Entendemos que a definição, ao estar voltada para o espaço, diminui a visibilidade das vítimas deste tipo de agravo, podendo, desta forma, mascarar a gravidade e favorecer a impunidade.

Quanto à violência de gênero – cujo espaço de ocorrência é social, e, portanto, mais amplo –, esta costuma ser caracterizada como um tipo que apresenta dupla dimensão categorial: analítica, por apreender as complexidades das relações como fundamento da lógica patriarcal, e histórica, por se apresentar como um fundamento do ordenamento social que estrutura lugares para o feminino e o masculino a partir da divisão do público e do privado, tendo o feminino, inequivocamente, um lugar secundário.

Ressaltamos as afirmações recorrentes de subalternidade do feminino frente ao masculino, em especial, as concernentes à questão em tela: a violência traz o risco de uma visão vitimista da mulher ao longo da história. Diante disso, alertamos que nossa argumentação segue na direção de que a interpessoalidade nos relacionamentos de conjugalidade coloca a mulher não como vítima, mas como parceira, sendo a violência, nessa ótica, “uma forma de comunicação, ainda que perversa, entre parceiros” (GREGORI, 1993, p. 148). Porém, cabe lembrar que essa relação de parceria já traz em si uma situação prévia de desigualdade de poder. Lembramos que o processo educacional ao qual a mulher tem sido submetida, comum à cultura patriarcal, ainda gesta a mulher para um comportamento permissivo frente ao homem, sendo, segundo Saffioti (2002, p. 38), um equívoco “separarmos qualquer relação social/interpessoal das normas que estruturam a sociedade”. Nessa direção, cabe destacarmos alguns dos fatos pretéritos que auxiliam na recuperação da memória individual e coletiva acerca do cerceamento da mulher, como a participação na vida política, o silenciamento histórico imposto às mulheres e a naturalização da violência conjugal. Estas são ocorrências que receberam ao longo dos tempos a anuência social.

Esta argumentação é ratificada pela enfática afirmação de Hirigoyen (2008, p. 38): “contrariamente ao que se afirma com frequência, a violência conjugal somente é possível porque a sociedade a aceita em silêncio”. Entendemos que esse silêncio é fruto da manutenção das concepções da ideologia patriarcal, que geralmente condena os atos de violência contra a mulher, mas ainda os aceita como naturais.

Portanto, nas relações conjugais violentas, a violência física é apenas a parte visível de um processo que se inicia com intimidações, cerceamentos, destruição de redes sociais, enfim, comportamentos que de forma explícita ou implícita denotam a intenção de subjugar, demonstrar poder e promover pela força a adequação da mulher ao comportamento que o cônjuge ou parceiro afetivo considera compatível aos seus desejos e à sua posição de domínio. O desmoronamento das redes sociais de proteção – por exemplo, a família – reforçam o medo, a solidão e a fragilidade, fatores que impedem a recomposição da própria vida, uma

vez que sem os esteios necessários para o abandono da relação violenta, o sentimento de desamparo se instala. Quanto aos processos de domínio que paralisam as mulheres e as impedem de abandonar o cônjuge agressor, Hirigoyen (2008, p. 16) nos lembra que a “a proximidade afetiva nas relações conjugais, onde circulam os afetos mais intensos, produzem também sofrimentos mais intensos. [...] É uma dominação do mais forte sobre o mais fraco [...]”.

Esclarecemos ainda que o controle sobre a mulher pode ocorrer de forma progressiva, ou seja, sem que ocorra de forma brusca. Neste caso, os contatos familiares, os contatos sociais e até os do ambiente de trabalho vão sendo extraídos do cotidiano, para que a mulher não possa experimentar um mínimo de alteridade que ponha em dúvida as imposições do cônjuge. Pela dificuldade de suportar a individualidade da mulher, estratégias implícitas de desqualificação, fragilização e submissão são aplicadas pelo cônjuge antes mesmo da violência física, que marca o corpo já submisso em função das experiências produtoras de traços mnêmicos dolorosos. Para anulá-la, o cônjuge

ataca a autoestima, demonstra que não vale nada, que não tem nenhum valor. A violência é expressa em forma de atitudes desdenhosas, palavras pejorativas e comentários desagradáveis. Pode consistir em denegrir o que faz, o que é; expressar dúvidas sobre a saúde mental e também acusá-la de depressiva, antecipando assim, o que deseja induzir nela (HIRIGOYEN, 2008, p. 31).

Consoantes com a argumentação acima, reiteramos que esses atos sistemáticos de desqualificação podem induzir à perda da confiança em si própria, bem como a uma aceitação da condição de desvalorização. Seguindo essa linha de argumentação, sinalizamos que ao buscar a proteção do masculino pelo reconhecimento da força, da capacidade de prover, dentre outros aspectos difundidos ao longo da história da humanidade, a mulher subliminarmente veicula a aceitação das características de menor valia que também lhe foram atribuídas no percurso histórico. Assim, podemos inferir que a mulher herdeira de estereótipos socialmente construídos ainda apresenta, devido a uma série de motivações – dentre as quais: manter a relação, a crença em possíveis mudanças do cônjuge e a vergonha de expor a situação de violência que vivencia –, grande dificuldade em abandonar relações violentas.

Quanto a essa questão, Moreira, Ribeiro e Costa (1992) apresentam alguns fatores que parecem se combinar diante da situação de violência conjugal: supõe-se que numa relação afetiva se revele certa ambivalência da mulher, que julga seu agressor como bom e mau; a representação da violência é inerente às relações conjugais; há um desejo maior de reparar do

que de romper o relacionamento conjugal violento: o mesmo homem que bate, desvaloriza, é também o que protege, sustenta, que é bom pai e amante.

Tanto as características consideradas positivas quanto as negativas do cônjuge agressor se mesclam, provocando tanto dificuldades em romper o relacionamento violento, como também reafirmam na mulher agredida: o poder de compreender, perdoar e suportar (MOREIRA; RIBEIRO; COSTA, 1992, p.179).

Nesse processo ambivalente, a mulher submete-se cada vez mais ao seu algoz. Sendo assim,

[...] anos de abuso e de violência doméstica e sexual, suportados pela maioria das mulheres violentadas, encontram explicação nos sentimentos de culpa e de fracasso que deverão carregar, caso não conseguirem ‘cumprir as regras e expectativas sociais’ de preservarem, a todo custo, o casamento e a família (SUÁREZ; MACHADO; BANDEIRA, 1999, p. 298).

Pela aceitação de condutas arbitrárias e sem consciência disso, a mulher pode autorizar um *continuum* crescente de condutas abusivas, que incluem:

[...] o insulto, negação do universo afetivo, desaprovação de qualquer realização, a culpabilização por todos os fatos e problemas que ocorrem na família, a injúria, [...], a desqualificação como mãe, esposa, amante e profissional, [...], a ameaça de violência contra ela e os filhos e assim por diante. (FÁVERO, 2010, p. 275).

Ressaltamos que o fato de concordarmos que a violência conjugal pode ocorrer de forma crescente, tornando-se cada vez mais destrutiva – quer seja no âmbito moral ou psicológico até chegar à violência física –, não significa que consideremos esta última como a pior ou mais deletéria agressão. Em qualquer modalidade “a vítima de violência sofre uma fratura moral e física, ela é reduzida a nada, é excluída de qualquer reconhecimento de sua singularidade” (BARUS-MICHEL, 2011, p. 22).

O sofrimento advindo da violência física e psicológica intermitente e contínua resulta em inconstância e torna o comportamento da mulher ambivalente, ou seja, fazendo com que ora ela resista (enfrentamento), ora se submeta (passividade). Sendo nosso foco de investigação a submissão feminina frente à violência conjugal, nos deteremos sobre o comportamento de passividade citado por Barros (2000), que em seu artigo “Violência contra a mulher: as marcas do ressentimento” interroga por que as mulheres que sofrem violência permanecem convivendo com os violentadores. Para responder a essa questão, Barros tece diferentes considerações, entre elas, sobre a exclusão e as desigualdades sociais.

Embora consideremos que esses fatores concorram, sobremaneira, para todos os tipos de violência, buscamos apoio em Freud (1910/1980) quanto à influência dos modelos

parentais, ou seja, da família nuclear, no estabelecimento dos vínculos conjugais para sustentar nosso principal pressuposto de que a submissão feminina à violência conjugal pode ser originária da transmissão geracional. Quanto a essa questão, extraímos de Correa (2000) duas formas distintas: a transgeracionalidade, que se refere a um material psíquico da herança genealógica que atravessa gerações, e a intergeracionalidade, que seria a transmissão do material psíquico para a geração mais próxima. Esta última forma de transmissão, que embasa nossa discussão sobre a transmissão dos protocolos de gênero como dispositivo para a submissão feminina frente à violência conjugal, tem, em nossa opinião, a mãe como principal agente tanto na apresentação dos protocolos educativos como na manutenção e no cumprimento destes, principalmente pelas mulheres da geração seguinte. Salientamos que essa transmissão não enfoca somente as questões negativas ou positivas, mas, sobretudo, visa à adaptação da geração seguinte às mesmas condições vividas pelos transmissores. É, portanto, um conteúdo utilizado como “aquilo que ampara e assegura as continuidades narcísicas, a manutenção dos vínculos intersubjetivos, a conservação e complexidade das formas e da vida: ideais, mecanismos de defesa, identificações, certezas, dúvidas” (KAËS, 2001, p. 9).

Neste estudo damos destaque à transmissão geracional psíquica dos protocolos de gênero (TGPPG), que entendemos, como já explicitado anteriormente, como um processo de socialização cuja ocorrência se dá, dentre outras formas, pela repetição de modelos. A imutabilidade do comportamento da geração posterior é assegurada pela reiteração dos aspectos considerados fundamentais, o que significa dizer que as crenças, valores, envolvidos na formatação do sentir, pensar e agir devem se tornar traços mnêmicos fortes o suficiente, ou ainda, fios condutores que não permitam o afastamento dos protocolos transmitidos.

Retomando especificamente a questão da relação mãe-filha como base para as reedições protocolares frente à violência, lembramos que as possíveis dificuldades por parte da filha para elaborar o material psíquico que lhe foi transmitido podem se prender ao fato de este ser parte da sua história pessoal, e, portanto, constituinte da própria subjetividade. Nessa perspectiva, Granjon (2000, p. 25) afirma que “o que será, então, transmitido será o traço daquilo que se passou, e não pôde ser pensado, com seu cortejo de terror, vergonha e interditos”.

Lembramos que a tecelagem da TGPPG envolve a vinculação que tem início no espaço familiar com a mãe, que representa o filtro do que é ou não apropriado à conduta da mulher. Nesta relação vincular são constituídos traços mnêmicos que influenciarão também

em outros campos intersubjetivos onde circulem o afeto, por exemplo, a escola, instituição que em seu projeto educativo reforça os alicerces plantados pela família, posição que auxilia o impedimento da construção, da vivência e da expressão da alteridade. Quanto a essa questão, consideramos que seu comprometimento ocorra, dentre outras experiências, pela existência de uma aliança implícita entre mãe e filha, pela qual determinados acontecimentos ficam velados. Estes, não podendo ser questionados, causam instabilidade, enfim, insegurança frente às questões existenciais futuras, restando à mulher a reedição do modelo de comportamento materno e a aceitação do que lhe foi prescrito. Talvez essa experiência seja uma das primeiras no processo de subalternidade a outrem, justamente por ocorrer em períodos do desenvolvimento da mulher que são cruciais para a aprendizagem da autodeterminação. Poderíamos, então, inferir que a mulher-filha-receptora desses protocolos “mal-ditos” pode ficar aprisionada entre a tentativa de esquecer e a reelaboração das experiências vividas?

Consideramos importante sublinhar que não há maior submissão e servidão do que o aprisionamento causado pela posição acima citada, e que, na fase adulta, viver uma relação conjugal violenta em função das vozes do passado pode impedir que a mulher reconheça que novamente atribuiu autoridade ao outro para modelar e dirigir sua existência, repetindo, assim, a experiência infantil que outrora lhe assegurava a integridade física, moral e psíquica, mas que agora, na fase adulta, destrói essas dimensões da subjetividade humana.

A ausência de reconhecimento da necessidade de subjetivação promove comportamentos de subordinação e de naturalização, que ficam mesclados no cotidiano da mulher, direcionando sua vida sem que a mesma tome consciência da dominação a que está submetida. Em decorrência dos protocolos que lhe foram transmitidos, pode vivenciar o domínio que lhe foi imposto como uma forma de proteção. Envolvida pelos traços mnêmicos que não lhe outorgaram o poder e a autodeterminação, a mulher pode se tornar partícipe da dinâmica conjugal de exercício de poder desigual, tal qual experimentado em sua família de origem, na qual o pai era percebido como detentor de poder inquestionável, figura quase abstrata, cujas ordens deveriam ser indiscutivelmente seguidas. Sendo assim, a dificuldade de ruptura com a herança transmitida pode implicar na sujeição ou ainda, na dificuldade de cindir o que lhe foi prescrito e as suas presentes e reais necessidades.

Longe de atribuir um determinismo causal na reedição da conduta da mulher frente ao cônjuge ou parceiro afetivo nessas relações abusivas ou violentas, esclarecemos que a lembrança da posição ocupada pela mãe frente ao pai ecoará em suas ações diárias como uma

argumentação interna, lembrando-a de acatar e obedecer, como ecos da experiência infantil, com destaque para as vivências traumáticas a que foi submetida diretamente ou por tabela.

Neste ponto, chamamos a atenção para a presença da memória que atua como dispositivo que traz à tona as experiências traumáticas ao longo do percurso existencial, forçando a elaboração que a mulher, na posição de filha, ficou impedida de realizar. Esse conflito, que comporta vertentes múltiplas e ambivalentes, tem a presença de traços mnêmicos fundamentais na subjetivação do feminino: os protocolos adquiridos na relação mãe-filha. A complexidade e a força dos processos psicológicos presentes nessa situação é de tal ordem que não é possível inferir qual via de elaboração ou linha de fuga será escolhida pela mulher. Ainda assim, arriscamos afirmar que a obediência ou mesmo a aceitação dos protocolos advindos, agora, dos ecos da experiência infantil, apontam muito mais para a preservação, ou ainda, para a conservação da posição de filha protegida, contrária à possibilidade de resistência ou mudança, sentenciando sua velha-nova posição agora como mulher frente ao homem.

Lembramos, porém, da força dos protocolos transmitidos geracionalmente, que levam a mulher a valorizar o julgamento externo e a priorizar outrem. Assim sendo, o temor do julgamento alheio, tão enfatizado pela educação materna, pode levá-la a encobrir e justificar o comportamento violento do cônjuge. Comumente se ouve a tradicional expressão: ele perdeu a cabeça! Nesse tipo de lógica que desculpabiliza o outro, a mulher pode também se oferecer em sacrifício para impedir que a violência física se estenda aos filhos.

O processo de mobilização para mudança do padrão relacional se torna mais complexo ainda se, na posição de filha, a mulher foi testemunha silenciada das agressões à sua mãe. Salientamos que esse silêncio da mulher, pleno de ditos e não-ditos, pode ecoar através do revide da agressão ao homem (que, ao agredi-la, também agride sua mãe) ou através da repetição do comportamento da experiência traumática prévia – silenciar usando desculpas e evitações para a violência que lhe é perpetrada –, ou ainda, como última fronteira psíquica, chegar às naturalizações. Lembramos que esses comportamentos podem ser utilizados como estratégias de apaziguamento do conflito interno e externo e que a mulher pode também, por exemplo, se entregar à religião, doando seu poder de resolução pessoal a um elemento Divino, que solucionará por seu próprio poder o destino traçado para ela. Pode, por último, tornar-se totalmente submissa às vontades e desejos do outro, sujeitando-se completamente às suas determinações.

Neste ponto consideramos pertinente apontar mais uma indagação. A submissão não seria uma forma de não se responsabilizar por si mesma, tal qual na relação mãe-filha?

Não pretendemos esgotar as plurais possibilidades contidas no comportamento submisso da mulher frente à violência. No entanto, salientamos que a força dos protocolos do ser mulher transmitidos na relação mãe-filha parece fazer com que seja natural e inerente à natureza feminina o viver para o outro, e, conseqüentemente, abdicar da autonomia e do autocontrole. Esses protocolos são processos construídos por tradições e valores sociais que instituem uma hierarquia onde a mulher só tem seu reconhecimento e sua identidade se confirmada pelo outro: sua mãe, seu pai, seu cônjuge, seu parceiro. Em atendimento aos protocolos recebidos, ela deve dar direção e sentido à sua existência na busca de uma relação que a constitua como mulher. Consideramos importante lembrar que a constituição do ser mulher tem como protocolo principal o espaço privado da família e a maternidade, pela qual a argumentação tradicional tenta explicar a diferença entre o masculino e o feminino, a dependência e os valores domésticos. Diferentemente dos outros fatores, a dependência tem sido identificada como um dos grandes – se não um dos maiores – obstáculos para a autonomia e conseqüente submissão frente à violência que envolve parceiros afetivos.

A seguir apresentamos o método “História de Vida”, utilizado na análise das entrevistas realizadas com mulheres vítimas de violência, sujeito foco de nosso estudo.

2.4. Método

A análise da literatura existente acerca da condição feminina no percurso histórico revela-nos a complexidade referente à desigualdade entre os gêneros e à manutenção da assimetria em termos de poder entre homens e mulheres, com destaque, em nosso estudo, o âmbito conjugal. Optamos, dentre as múltiplas variáveis que explicam os fenômenos da manutenção da hierarquia entre gêneros, a opressão à mulher, e no que tange à violência contra a mulher, optamos por analisar a transmissão geracional psíquica dos papéis de gênero (TGPPG) como um dispositivo mnêmico gerador da submissão feminina frente à violência perpetrada pelo cônjuge ou parceiro afetivo. Buscamos realizar tal propositura considerando os pressupostos já enunciados:

1- Que a condição de subalternidade feminina reflete a transmissão de mãe para filha de padrões estereotipados culturalmente atribuídos à mulher, e que são aceitos e reproduzidos, de forma quase automática, no cenário das relações conjugais.

2- Ao receber prescrições de subalternidade frente ao masculino que atravessam gerações, a mulher desenvolve identificações com um passado formatado por concepções patriarcais, cujo relevo atravessa seu imaginário, não lhe permitindo discernir se as suas concepções resultam de experiências pessoais ou se são traços identitários, frutos de uma memória herdada.

Estes pressupostos norteadores da análise que procederemos a seguir, a partir das entrevistas realizadas, subsidiam a tarefa de discutir as seguintes questões:

- A posição da mulher é construída em função dos princípios educativos que condicionam um determinado tipo de papel à mulher?
- A constante reedição da conduta feminina, de forma irrefletida, são traços mnêmicos constituídos pelas raízes modeladoras da conduta da mulher advindas da relação mãe-filha?
- As experiências de subalternidade da mãe interferem na dinâmica do relacionamento conjugal-afetivo da filha, fazendo-a ocupar também um plano subalterno?
- A banalização da violência como recurso para manter a relação afetivo-conjugal e familiar pode ser integrada à introjeção de protocolos conservadores advindos da relação mãe-filha?
- A transmissão geracional da conduta feminina que ocorre através da memória ainda se encontra impregnada pelo padrão patriarcal, cujo binarismo – virilidade agressiva natural do homem e passividade masoquista da mulher – confere ao amálgama da submissão feminina certa naturalidade?

2.4.1. Local de estudo e população-alvo

A pesquisa foi realizada no Centro de Desenvolvimento da Qualidade de Vida Opção, no município de Niterói - RJ, instituição particular que está há mais de quinze anos desenvolvendo um trabalho psicoterapêutico com mulheres vítimas de violência e familiares, crianças e adolescentes que sofreram diferentes tipos de violência, bem como adictos e seus familiares. Conta com uma equipe de cinco psicólogos, dois fisioterapeutas, duas

fonoaudiólogas e uma assistente social. Os atendimentos psicoterapêuticos são realizados semanalmente, em grupo ou de forma individual.

Os contatos para o convite à participação nas entrevistas foram realizados nos dias de atendimento psicoterapêutico em grupo e individual, antes do início dos trabalhos. Este procedimento buscava garantir que todas as mulheres vítimas de violência conjugal atendidas na instituição fossem pessoalmente convidadas a participar da pesquisa e, portanto, esclarecidas do que se tratava. Algumas aceitaram de imediato, outras solicitaram um tempo para responder e outras não aceitaram com alegações diversas, como por exemplo, a dificuldade em falar sobre o assunto, não ter tempo, não gostar que usem seu sofrimento, dentre outras alegações.

Ao final do período previsto para o recebimento dos aceites, somente cinco das mulheres contatadas concordaram em contribuir com suas histórias de vida para a pesquisa. Estas são mulheres de classe média, com idade entre 45 e 80 anos. Das cinco entrevistadas, quatro têm nível médio de escolaridade e uma tem nível superior, uma das entrevistadas não tem filhos, uma tem dois filhos menores de idade e as outras três têm filhos maiores de idade e independentes financeiramente.

Ainda em relação aos dados pessoais, informamos que atribuímos o significado de cônjuge à pessoa com quem a entrevistada é casada ou vive maritalmente e mora na mesma residência, e parceiro afetivo àquele com quem a mulher tem relação estável, mas não compartilham a mesma residência.

2.4.2. Procedimento

Consideramos pertinente esclarecer que realizamos um pré-teste objetivando avaliar se o instrumento atenderia às nossas questões. Após a primeira entrevista julgamos necessário realizar a inclusão de alguns itens na identificação da entrevistada, como também acrescentar mais três questões ao nosso instrumento. Quanto a este, inicialmente formulamos sete questões com as quais verificamos a opinião da entrevistada sobre a violência masculina, os possíveis motivos para tal ocorrência, a posição da entrevistada frente à violência conjugal e sobre a influência materna na criação das filhas para aceitação da violência conjugal, e, por último, se a mesma havia presenciado em sua família nuclear este tipo de violência.

Esclarecemos que as questões foram elaboradas da forma mais simples e clara possível, de maneira a não torná-las por demais acadêmicas.

Ainda quanto ao pré-teste, procuramos verificar a possível ocorrência de influência das questões formuladas nas respostas das entrevistadas. A entrevistada n ° 01 que respondeu o pré-teste foi a primeira em função de sua disponibilidade, sendo a entrevista pré-teste realizada no horário mais conveniente para a mesma. Apesar de as questões serem estruturadas *a priori*, ou seja, a partir do que nos propusemos investigar, conforme especificado em nossos pressupostos, optamos por levantar outras questões consideradas pertinentes à investigação deste trabalho, como forma de promover um diálogo que enriquecesse nossa investigação. Essa opção nos pareceu ter permitido à segunda entrevistada se sentir mais à vontade, possibilitando que tornasse mais fácil a exposição de processos mais íntimos de sua história, embora tenha solicitado que a entrevista não fosse gravada. O tempo das entrevistas foi estimado em uma hora e trinta minutos, embora todas tenham ultrapassado o tempo previsto. Ressaltamos que nos momentos em que as entrevistadas apresentaram qualquer sinal de desconforto, foi-lhes informado que a entrevista podia ser interrompida até que apresentassem condições de continuar. Informamos que todas as entrevistas foram transcritas na íntegra, sendo preservado da forma mais fiel possível o que foi dito, como por exemplo: hesitações, expressões coloquiais, pausas, palavras de baixo calão, etc.

2.4.3. Método de análise

Como informamos anteriormente, optamos pelo método qualitativo História de vida, por considerá-lo mais apropriado para responder aos pressupostos deste estudo.

O método da História de vida tem como objetivo compreender os elementos gerais contidos nas entrevistas e depoimentos, que, por mais particulares que sejam, retratam comportamentos, valores, crenças e práticas sociais individuais ou grupais. É uma das modalidades de análise que possibilita o estudo sobre a vida das pessoas, permitindo adentrar em sua trajetória histórica e compreender a dinâmica das relações que se estabelece ao longo de sua vida. Esta modalidade metodológica de análise

preocupa-se com uma realidade que não pode ser quantificada. [...] trabalhando num universo de significados, valores, crenças e que correspondem a um espaço mais profundo de relações dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (DESLANDES, 1994).

A pouca consideração ao aspecto estatístico não compromete a profundidade da metodologia História de vida. Como instrumento privilegiado para análise e interpretação, comporta o alcance de diversas nuances das experiências subjetivas, tais como fantasias, idealizações, experiências traumáticas, dentre outras, que costumam permear narrativas quando elas envolvem lembranças, memórias e recordações. No entanto, como as entrevistas de História de vida trabalham com a memória, pode ocorrer ao longo do relato certa seletividade, o que faz com que o entrevistado aprofunde determinados assuntos e tangencie ou mesmo se afaste completamente de outros.

Sabemos que a memória remete aos múltiplos caminhos e vivências, mas estamos cientes de que alguns meandros se tornam insondáveis, bloqueados pela dificuldade de se defrontar com o fato ocorrido. Porém, no que tange à apreensão do relato da história de vida, concordamos com a argumentação de Bosi (1994, p. 278) de que “o que interessa quando trabalhamos com história de vida é a narrativa da vida de cada um, da maneira como ele a reconstrói e do modo como ele pretende seja sua, a vida assim narrada”. Deprendemos desta afirmação que as narrativas revelam aquele que as narra. Pelo sentido dado aos aspectos enfocados em sua narrativa é possível perceber a posição ocupada frente ao fenômeno narrado, influências externas e concepção acerca do mesmo.

Outro aspecto importante é que essa modalidade de análise possibilita a fluência do discurso do entrevistado “condição indispensável para que vivências pessoais despontem profundamente entranhadas no social, o processo de “escavação do microcosmo” deixa entrever o “macrocosmo”, o universal mostra-se invariavelmente presente no singular” (CIPRIANI, 1988, p. 76).

Em última instância, esclarecemos estarmos cientes de que qualquer escolha teórico-metodológica apresenta limitações, ideologias, enfim, uma forma de perceber o mundo e conceber os fenômenos sociais. Conforme indica Gondar (2005), o diálogo entre teoria e pesquisa dá-se por um caminho pouco previsível, onde muita coisa pode acontecer, no qual até mesmo a ruptura com o referencial teórico previamente escolhido é possível.

No entanto, acreditamos que a metodologia História de vida permite refletir sobre os condicionamentos sociais a que todos nos encontramos submetidos e, no caso deste estudo, faculta uma análise bastante profícua acerca da transmissão geracional psíquica dos papéis de gênero (TGPPG) como um dispositivo mnêmico gerador da submissão feminina frente à violência perpetrada pelo cônjuge ou parceiro afetivo.

No tópico seguinte apresentamos a análise das entrevistas com mulheres vítimas de violência conjugal ou perpetrada por parceiros íntimos, nos quais foram depositadas confiança e crenças de felicidade, proteção, construção e manutenção de família equilibrada e feliz.

2.5. Análise das histórias de vida

Como vimos em nossa revisão de literatura, a mulher, ao longo da história da humanidade, salvo raríssimas exceções, sempre estiveram em condição hierárquica inferior à dos homens. A posição de superioridade masculina parece, ainda na atualidade, garantir ao homem o direito de ser violento, controlador e exercer diferentes meios de opressão. Em relação à mulher, acreditamos que a força dos protocolos de gênero que lhes são transmitidos pode levá-la a se reconhecer como frágil, mais sensível às necessidades familiares, o que a leva à abnegação e a desenvolver estratégias mais sutis de controle da situação de violência. Em última análise, pode levá-la a desconhecer ou mesmo negar os reais motivos de sua ocorrência.

Como já aludido, dentre os múltiplos fatores que influenciam no comportamento de submissão da mulher frente ao homem em situações de violência, escolhemos a influência da aquisição e manutenção da transmissão geracional psíquica dos papéis de gênero (TGPPG). Esclarecemos que intencionalmente optamos por não incluir na entrevista questões explícitas sobre transmissão geracional psíquica dos papéis de gênero (TGPPG) de mãe para a filha, por julgarmos que as mesmas poderiam gerar nas entrevistadas processos de atribuição à experiência de submissão à violência perpetrada pelo cônjuge ou parceiro afetivo aos protocolos educativos recebidos.

Conforme indica Orrico (2001), em alguns grupos é comum o uso de metáforas que se evidenciam na medida em que o grupo possui uma identidade estabelecida e que podem funcionar como filtros na busca por informação. As metáforas, nesse caso, são vistas como um “grau de representação que tende a especificar conceitos utilizados em uma área de conhecimento dada” (s.p.). Nos relatos das mulheres não observamos o uso de metáforas que remetessem ou pudessem retratar a violência sofrida. Entretanto, durante os relatos, ao focalizarmos a situação de violência na conjugalidade, consequentemente fomos direcionados a uma observação mais atenciosa das entrelinhas e a identificar a existência da influência dos

princípios educativos maternos na expressão dos comportamentos, posturas, crenças e atitudes de cada entrevistada na dinâmica conjugal.

O critério básico para análise dos dados foi o de selecionar os segmentos em que as entrevistadas fizeram referência direta ou indireta às questões extraídas dos pressupostos que direcionam esta investigação.

A seguir, procedemos à análise das entrevistas pela ordem das questões elencadas:

Questão1: A posição da mulher é construída em função dos princípios educativos que condicionam um determinado tipo de papel à mulher?

Entrevista 1

Aprendi que não valia a pena separar porque homem é tudo igual.

Antigamente eu conseguia que ele ficasse calmo, mas depois de um tempo ele começou a dizer: ah é, você quer que eu fique calmo? Então vou quebrar mais ainda porque sou eu que compro tudo. Isso não é verdade.

[...] ficar todo mundo junto, eu penso assim, e não sou só eu. Lá em casa meu pai também não era flor que se cheire, mas minha mãe aguentou até ele morrer.

[...] eu penso assim e não sou só eu.

Entrevista 2

O abuso do machismo por ser a mulher a parte mais fraca e na maioria o exemplo que trouxe dos pais.

[...] não esqueça que sou a parte mais fraca, mas você dorme e para eu ferver uma vasilha de água e derrubar no seu ouvido não custa.

[...] não separei foi que eu tinha medo dele, se eu separasse ele me matava.

Entrevista 3

[...] quando se trata de relacionamento todos os homens acham que fazem um enorme favor em ficar com aquela mulher. O que é interessante que a maioria delas, ou melhor, de nós trabalham mais que eles e as vezes põe muito mais dinheiro em casa do que eles, ainda assim eles acham que sem eles a gente não conseguiria nada.

Quando eles percebem que a mulher é frágil e conseguem o primeiro perdão, aí vão em frente. Parece que eles têm um certo prazer em ver a mulher procurando agradar, com um certo medo.

Pra que as moças sejam respeitadas temos que ter um comportamento impecável.

Entrevista 4

Meu ex-marido sempre teve muitas mulheres em volta dele, mas precisava casar pela posição dele e eu era a mocinha direita e idiota que achou que podia fazer ele mudar.

Aliás, nem sei se eu queria uma saída [sobre a experiência de violência conjugal em sua família]. Eu aguentei até o fim. Digo fim porque quem quis se separar foi ele e ainda me roubou na divisão dos bens que eu ajudei a construir.

Vivi numa outra geração, num modo de vida totalmente diferente [sobre o que aprendeu na família de origem influenciar nas suas decisões].

Entrevista 5

Os nossos primeiros desentendimentos começaram porque eu tinha que ir sábado na casa dos meus pais arrumara a casa e deixar tudo organizado para a semana.

Acho que são vários os motivos, mas principalmente quando eles sabem que a gente precisa dele. Digo isso com toda certeza porque aconteceu comigo mais uma vez. [sobre o que leva o homem a ser violento].

No começo ele me tratava bem, eu é que tinha um forte sentimento de fracasso e rejeição, mas fui me deixando levar para uma relação mais séria achando que seria bom pra mim e pro meu filho.

Nos trechos das entrevistas é possível depreender expressões de resignação que sustentam os vetores familiares e ancestrais, sentimentos de autodesvalorização frente ao parceiro afetivo, generalização fundada no preconceito em relação ao homem e atitude de naturalização como exemplo da conduta materna. Observamos a sustentação da posição frágil da mulher, o reconhecimento desta posição, justificativas para a origem dos desentendimentos conjugais e a crença de que existe um padrão a ser seguido pela mulher.

Parece haver consenso, entre as entrevistadas, de que o comportamento masculino é sempre igual, ou seja, desrespeitoso, arrogante e agressivo, em especial quando contrariado.

As experiências de agressão, tanto psicológica quanto física, são naturalizadas e justificadas por vários motivos: o temor da solidão, a crença de que ter uma relação estável seria bom para os filhos, o medo de ser morta em caso de separação e a concepção enraizada da fragilidade feminina. Neste universo de significados, fica clara a presença da concepção de que a mulher deve aguentar a infidelidade, o menosprezo, as ameaças e até a violência, mesmo quando são independentes financeiramente e contribuem mais do que o parceiro para o orçamento doméstico – ainda que isto não seja reconhecido pelo mesmo. É possível observar que a posição assimétrica em relação ao masculino faz com que a mulher evite o confronto direto e desenvolva estratégias sutis para manutenção da relação afetiva.

Questão 2: A constante reedição da conduta feminina, de forma irrefletida, são traços mnêmicos constituídos pelas raízes modeladoras da conduta da mulher advindas da relação mãe-filha?

Entrevista 1

[...] na nossa criação ... [pausa] ela nunca disse pra gente aguentar violência, mas ela aguentava.

[...] uma vez ela quebrou o braço, ela ficou gritando olha o que seu pai faz comigo. Depois disso toda vez que ele ficava violento ela procurava ficar perto da gente pra ele parar.

Aí ele apertou meu braço com tanta força e eu sou muito branca fiquei toda marcada.

Falei com meu filho. Ele conversou com o pai para parar com essas coisas...

Entrevista 2

Mesmo minha mãe tratando ele [o pai] com muita indiferença, ela era muito fria com ele [...].

[...] meu marido era um grosso [...]. Eu ficava com muita raiva mais ia aguentando pra ninguém dizer que eu era igual à minha mãe.

Quando fiz terapia uma vez a analista disse que eu tinha casado com a minha mãe.

Como eu tinha casado com a minha mãe se eu não gostava dela? Mas também nunca fui apaixonada pelo meu marido.

Entrevista 3

Acho que ela [a mãe] deve ter sofrido violência sim, talvez por ter acatado as ordens que ela não concordava [...].

Hoje sei que algumas violências não são vistas com facilidade. Mas eu, por exemplo, também nunca quis ver.

Dou muitos presentes a ela, e quando ela vem ficar aqui [em Niterói, onde a entrevistada reside] não vai pra minha casa, vai pra casa da minha tia. Sei que ela não quer ver que eu também sou infeliz.

Minha mãe sempre foi muito zelosa. Sempre nos aconselhou a nos preservar, até porque somos do interior e você sabe né? O nome da família é muito importante, mesmo que a família não seja importante.

Entrevista 4

Ela [a mãe] preferia ficar em casa e eu era companheirinha dela. Aprendi a tocar um pouco de piano e a pintar também.

Fui e continuo sendo uma pessoa do interior e acho que isso me faz me sentir menor, mais bronca.

Sempre fui um pouco medrosa, mas empurrei os três (filhos) para estudar. Mas acho que por medo e insegurança devo ter passado muita negatividade para minha filha.

[...] mas só tinha um defeito bebia [sobre o pai quanto à influência da família em sua história].

Meu ex também bebe e eu fui muito rígida com meus filhos em relação à bebida.

Entrevista 5

Minha mãe acha que fez tudo por mim e que agora o mínimo que eu devo fazer é retribuir todo sacrifício que ela e meu pai fizeram.

Ela [a mãe da entrevistada] sempre diz que é muito infeliz, muito doente e que ninguém entende ela, só meu irmão [falecido] gostava dela. Acho que fiquei meio assim também. Não me sinto apoiada por ninguém, me sinto muito sozinha.

Tenho dores de cabeça e passei a tremer muito, principalmente na parte da manhã. Minha mãe diz que é frescura, que ela sim é que está doente desde que perdeu meu irmão, que eu ainda tenho meu filho.

Percebemos ser comum a todas as entrevistadas a aquisição, acomodação e repetição das vivências maternas. Os ditos – e possivelmente os não ditos – parecem formar uma teia que evidencia a associação emocional à mãe desde a infância, o que consolida os valores e comportamentos transmitidos pela genitora. Estão presentes nos discursos os traços mnêmicos que as direcionam à omissão, à negação e à submissão. A similaridade, em termos de atitude frente à violência, indica a presença da reedição de práticas de alheamento, negação da violência sofrida, zelo em relação à família, aos filhos, e a aceitação do comportamento dos cônjuges, a exemplo de suas mães.

Nuances das experiências subjetivas de rejeição, solidão e falta de apoio são recorrentes e extensas ao relacionamento com os filhos das entrevistadas. O aprisionamento ao passado, em especial à figura materna, impede as possíveis mudanças que também são desfocadas pela necessidade de retribuição aos cuidados recebidos pela mãe e pela culpa buscar a formação de sua própria família.

Questão 3: As experiências de subalternidade da mãe interferem na dinâmica do relacionamento conjugal-afetivo da filha, fazendo-a ocupar também um plano subalterno?

Entrevista 1

Uma vez ouvi ele [pai] dizer que ela [mãe] era uma merda de mulher.

Ele [cônjuge] fala que sou uma merda de mulher, que nem meus filhos vão me aturar, eu digo que ele é uma merda que não conseguiu nada na vida. E assim vai...

Lugar de mulher é ao lado do marido... [se referindo ao comportamento da mãe quando lhe pediu ajuda para se separar].

Na hora de vir embora de noite ele [pai] dizia que a gente tinha que andar e não deixava minha mãe dar colo pra minha irmã menor. Mamãe não contrariava e ainda dizia que era bom andar para crescer...

As vezes tenho vontade de jogar qualquer coisa na cara do meu marido, mas fico pensando que vai ser pior [...]. Então falo alguma coisa pra ele achar que eu estou ouvindo e discutindo, mas vou pro banheiro ou pra porta da casa.

Entrevista 2

[...] eu com quatro anos e meu irmão com seis fomos para colégio interno por não termos com quem ficar para papai trabalhar.

Eu não sei quase nada do passado dela. Só depois de grande quando eu saí do colégio interno é que fui ficar com ela.

Entrevista 3

Em relação a minha mãe ele só cobrava que ela cuidasse da gente e da casa.

Ele [o pai] sempre trazia presentes pra ela quando voltava de viagem. Mas é interessante que ela diz que gostaria de ter estudado mais, embora tenha uma aposentadoria da Prefeitura como professora.

Aquilo me irritava [sobre o comportamento do cônjuge], mas eu lembrava dos presentes que ele me deu, da companhia que ele me fez e fui deixando pra lá.

Entrevista 4

Aliás eu não era conhecida por ninguém. Não ia nas festas do Tribunal porque nunca achava que eu ia me comportar a altura dele.

As gerações têm que se modernizar.

Há uma sobrecarga que tem nos transformado num exército de infelizes à procura de uma satisfação fugaz.

Ninguém parece saber ao certo como reagir em algumas fases da vida. Então, eu acho que não, as mães não reproduzem a própria história na educação dos filhos.

Entrevista 5

Na casa dos meus pais não me lembro de meu pai agredir minha mãe não, mas vi ela várias vezes chorando e tinha umas discussões que ela dizia que ele tinha amantes.

Meu pai não dava a menor importância, se arrumava todo e saía de casa. Quando ele voltava, ela fazia de contas que nada tinha acontecido. Até me acostumei com isso.

Depois da bofetada que ele me deu eu ainda tentei contornar a situação, mas via que ele me olhava com desprezo, deboche, sei lá.

Constatamos nesses relatos um ciclo em que a filha repete o lugar da mãe na relação conjugal. Observamos também que os comportamentos de subordinação femininos – ou seja,

a aceitação de um lugar secundário – podem ser notados na aceitação da invisibilidade pessoal e na forma de neutralizar as agressões que lhe foram perpetradas. A demarcação das atribuições femininas é identificada nos fragmentos que se referem ao cuidado com filhos e a casa. Destacamos nos discursos acima a naturalização no tocante à presença da manipulação na dinâmica da família nuclear, estratégia que também é usada pelas entrevistadas de forma implícita. É interessante notar que as mesmas formas de negociação se encontram presentes tanto na relação dos pais como na relação das entrevistadas. A incorporação da sujeição ao cotidiano pleno de menosprezo parece ser gratificada pelos efêmeros momentos de agrados do cônjuge. Já o deslocamento do desejo de revidar as agressões se torna secundário pela obtenção de sucesso no contorno das situações de conflito. A subvalorização da violência parece estar baseada nas vivências de dominação masculina na situação familiar de origem. Os sinais de aprendizagem acerca da posição subalterna ocupada pela mãe parecem ainda presentes na experiência de conjugalidade das entrevistadas.

Questão 4: A banalização da violência como recurso para manter a relação afetivo-conjugal e familiar pode ser integrada à introjeção de protocolos conservadores advindos da relação mãe-filha?

Entrevista 1

Meu marido às vezes chega em casa muito bem, me tratando bem e de repente por qualquer coisinha começa a gritar e jogar as coisas no chão.

Acho que os homens são mais irritados, mais ignorantes.

Aí qualquer coisa é motivo. Aborrecimento no trabalho, na rua, aproveita pra descontar em quem eles acha que não pode com eles.

Na minha família ninguém deu sorte. Eu tenho duas irmãs e ninguém deu sorte.

Bate uma dor no peito quando eu penso que não estou mais aguentando.

Eu vou levando. Eu sei que escolhi errado, também não vou deixar o povo falar que eu me dei mal.

Entrevista 2

[...] não me separei do meu marido para não ser igual a minha mãe, sei o que é ser criada sem carinho de mãe [...].

Me chamava de burra, dizia que eu não servia pra nada. Eu ficava com raiva, mas ia aguentando...

Entrevista 3

[...] digo que nossa relação está muito mal ele melhora, para de beber um pouco, mas logo volta, e continua me ofendendo. Diz que sou arrogante, mas que sou uma merda de mulher e outras coisas que nem quero repetir.

No outro dia ele apertou meu braço com muita força, eu o ameacei de cadeia e ele disse que só isso que eu sei, que eu poderia conquistá-lo outra vez e que – olha que absurdo! Ele está me dando uma chance.

Quando ele diz isso eu penso que já estou com idade, que minhas amigas já têm filhos e eu...

Entrevista 4

Passei dolorosos trinta e alguns anos sem reagir como devia às agressões que eu sofri, ainda que a maioria tenha sido verbal. Além daquelas que são ultrajantes, porque te humilham e te fazem menor, que são as sexuais.

Depois ele começou a ficar mais violento, aí eu comecei a recuar e ele passou a dormir fora e não me dava satisfação nenhuma.

Entrevista 5

Eu me sentia a pior das mulheres, mas fui aguentando, pensando o que eu podia fazer.

Uma vez ele me disse que eu tinha trazido azar pra vida dele e que ele não ia ficar na merda por minha causa, que antes disso ele me jogava pela janela. E assim ia...

Mas P não tinha o menor respeito pelo meu trabalho. Amontoava tudo, eu perdia projetos, encontrava meus desenhos amassados, as vezes no lixo.

[...] ele me segurou e me bateu muito forte [...] me deixou toda ensanguentada no chão. Eu não gritei [...]. Fui me arrastando pra casa e quando L [marido da prima] me viu disse que eu tinha que ir à polícia porque P ia acabar me matando. Fui sem querer [sobre a agressão mais forte que sofreu no último relacionamento].

Nos relatos acima é possível notar que o papel feminino convencional fixa como prioridade o relacionamento. Educadas para a mediação dos conflitos familiares, a mulher parece ter aprendido a suportar o crescente processo de violência a que está envolvida, limitando-se a práticas que garantam sua sobrevivência e a de sua família. A forma como são apresentados os relatos sobre as alterações de humor e de comportamento do cônjuge demonstra que as mulheres aceitam que não há necessidade de um motivo grave para a ocorrência das agressões, mas que existe um desejo de agredir que é posto em ação por motivos banais. A preocupação com a própria imagem, ou ainda, o medo de ser julgada socialmente são aspectos que também demonstram a introjeção dos protocolos conservadores que estabelecem um tipo de comportamento para a mulher. Observamos também que as mensagens ambivalentes do cônjuge podem levar a impasses e finalmente à paralisia quanto a possíveis tomadas de decisão frente à violência que lhe é perpetrada. As distorções entre o sentir e o agir, a aceitação das ofensas por parte do cônjuge, bem como as decisões de abandono ou manutenção da relação violenta parecem ter como referência a concepção negativa acerca dos homens, como também o comportamento materno na família de origem das entrevistadas.

Questão 5: A transmissão geracional da conduta feminina que ocorre através da memória, ainda se encontra impregnada pelo padrão patriarcal, cujo binarismo – virilidade agressiva natural do homem e passividade masoquista da mulher – confere ao amálgama da submissão feminina certa naturalidade?

Entrevista 1

Acho que o da minha irmã mais velha é pior ainda. Ela às vezes some por um tempo, a gente liga pra ela diz que vai visitar pra saber como ela está e ela diz que vai sair, que está indo a médicos, mas eu sei que ela deve ter apanhado e está esperando melhorar pra ninguém saber.

[...] quando a gente era menor, eu e minhas irmãs, ela [a mãe] dizia pra gente não aborrecer papai.

Ela [a mãe] sabia costurar igual a minha avó, mas ela costurava escondido.

Uma amiga me conseguiu esse trabalho que eu tenho. Quando ele soube me xingou muito.

Minha filha fica preocupada comigo, mas também não me senti a vontade pra ir pra casa dela e ela nunca me chamou.

Estudei escondido até do meu pai, nem minhas irmãs sabiam direito o que eu estava fazendo. Minha mãe tem segredo com cada filha.

Eles (os filhos) dizem que eu tenho que ser mais legal com o pai [...]. Mas eu não quero brigar com eles. É o pai deles, né?

Entrevista 2

Minha vida não foi fácil não. Me acostumei a tanta coisa que agora não faço mais nada, só vejo televisão e fico lembrando e chorando.

Não tenho boas recordações dele [o marido], mas também fiz tudo que podia, não larguei ele sozinho.

[...] a mulher dele (irmão do pai) só me chamava di a filha da separada, falava que eu era sonsa e que era igual a minha mãe.

Entrevista 3

Até hoje quando fico mal é neles [nos pais] que eu penso e morro de vontade de voltar pra casa. O problema é que cidade de interior todo mundo vigia a vida dos outros, e aí acho que vão adorar saber que a filha do seu T e da dona C se separou do marido.

Independente mas sem culpa de ser independente [quanto ao comportamento da mulher nos dias de hoje].

Eu estudei muito pra chegar ao cargo que ocupo. A droga é que não consigo me libertar afetivamente. Acho que se F topasse, eu me separaria e ficaria com ele.

Entrevista 4

Hoje eu tenho pena dele, mas continuo achando um canalha.

E eu mesma sou muito passiva, tenho horror de briga. Acho que a única pessoa que tentei revidar o que eu sentia foi com o meu ex.

Agora estou lendo mais, me cuidando mais. Minha filha é que precisa agir assim também, mas vai chegar a hora dela. Eu era assim e melhorei muito.

Entrevista 5

Eu suportava calada, procurava não ficar no cômodo que ele estava, ia dormir depois que ele já tinha dormido.

Quando contei o que tinha acontecido a enfermeira me perguntou como eu tinha coragem de deixar meu filho passar por uma situação dessa.

Voltei pra casa dos meus pais mais humilhada ainda, mas não me restava mais nada. Mais uma vez tive que fazer o que decidiram por mim.

Vejo meu filho muito calado, muito quieto, parece que ele não quer incomodar, não quer nem ser visto. Acho que ele faz o que eu faço.

O fato de as primeiras experiências de poder e comando serem vinculadas à vontade de uma mulher, no caso a mãe, pode possibilitar a transferência de sentimentos submissos e dependentes para o cônjuge, em função desta relação também envolver afeto e fantasias de proteção. Podemos extrair dos fragmentos das histórias de vida que as entrevistadas atribuem mais poder ao cônjuge do que a si próprias. É possível identificar que a assunção e a manutenção dos protocolos que lhes foram transmitidos promovem também a banalização da violência sofrida por membros de sua família de origem, a ocultação das tentativas de formação escolar e a ocupação profissional do cônjuge tal como o modelo materno. A presença da memória das experiências vividas na família nuclear pode ser apreendida pela dificuldade em assumir o controle da própria vida, na atenção às expectativas alheias, pelo sentimento de estar cumprindo o seu dever de esposa e mãe, mesmo em detrimento das próprias vontades. O amálgama da submissão feminina que confere certa naturalidade aos atos de violência do cônjuge pode ser observado pela dependência afetiva à presença masculina, mesmo quando não há dependência financeira, como também nas estratégias que objetivam evitar situações de confronto. Outro aspecto similar ao comportamento materno é a necessidade de reconhecimento e abnegação realizados em prol da família. Parecer haver nos relatos das histórias de vida, acima selecionados, concepções de que a mulher é predestinada ao domínio masculino, à indulgência e à resignação, crenças que, em última análise, podem justificar a passividade masoquista da mulher.

3. CONCLUSÃO

A investigação da temática em tela apontou que ainda na atualidade a mulher, mesmo a despeito de todos os avanços em diferentes esferas, ainda apresenta certa dependência afetiva do cônjuge ou parceiro afetivo.

No tocante às discussões sobre a questão de gênero, entendemos que embora estas tenham sido significativamente ampliadas a partir do Movimento Feminista, não alcançou consenso entre as vertentes teóricas na atualidade, nem conseguiu eliminar a armadilha paralisante das dicotomias que opõem homens e mulheres, conforme já aludido.

Sobre as mudanças decorrentes do Movimento Feminista, assinalamos que ainda na modernidade são encontrados valores de outros períodos históricos, dentre os quais destacamos o sentimento de propriedade expresso na dominação do homem sobre a mulher e vários estereótipos que desqualificam, denigrem e fragilizam a mulher socialmente.

Quanto ao processo de transmissão geracional psíquica dos protocolos de gênero (TGPPG) de mãe para filha sustenta valores, crenças e diversos saberes que asseguram a continuidade das tradições sociais. Como uma sombra, os traços mnêmicos adquiridos da TGPPG interferem na subjetivação da mulher, impedindo-a de se apropriar do seu desejo e exigindo a repetição do modelo materno. A TGPPG incide não somente nos protocolos explícitos adquiridos, mas sobretudo nos conteúdos enigmáticos que ficaram aprisionados nos *inter-ditos*. Ao influenciar a dinâmica psíquica, promove a conservação das experiências vividas em fases anteriores do desenvolvimento, as quais são reeditadas irrefletidamente, mantendo ativos os traços mnêmicos das experiências pretéritas, processo de cunho circular que por sua vez impede novos processos de simbolização, criatividade, transformação e autonomia.

Por meio do método “História de vida”, identificamos em nossa análise que a transmissão geracional psíquica dos protocolos de gênero de mãe para filha, ainda na atualidade, influencia o comportamento de subalternidade da mulher frente à violência conjugal. Além disso, a condição de submissão pode estar atrelada à absorção dos padrões estereotipados relativos ao feminino, que são fortalecidos pela cultura e reproduzidos irrefletidamente, como sinalizamos em nossa primeira questão.

Também encontramos, nas análises realizadas, que as mulheres da geração atual ainda estão impregnadas de padrões patriarcais advindos da memória familiar e que estes padrões ou protocolos se tornam dispositivos mnêmicos que influenciam na perpetuação de valores conservadores, impedindo a construção de novas identidades e percursos individuais criativos e autênticos. A partir das histórias de vida das entrevistadas podemos depreender que a memória pode fornecer referenciais de significação constituídos por visões subsidiadas no passado e fortalecidas no presente, no qual as desigualdades sociais, econômicas e políticas estruturais entre homens e mulheres, a diferenciação rígida de papéis e a violência contra mulheres continuam sendo mantidas em função da dominação masculina.

Outra questão que nos parece pertinente registrar é a imobilidade da mulher, presa entre a esperança de mudança no comportamento do cônjuge e a ideia de que um dia alcançará a liberdade, mesmo que seja por meio da morte do mesmo. Esta ambivalência faz com que não sejam avaliados realisticamente os riscos a que se submete, vivendo num crescente *continuum* de agressões que vão destruindo seu equilíbrio, lhe deixando cicatrizes psíquicas para as quais só procura auxílio quando o corpo físico parece não suportar mais os agravos sofridos.

No que concerne à violência conjugal, é possível afirmar que esta se funda num modelo de desigualdades de gênero que, na atualidade, parece obter mais força a despeito de todos os avanços, em especial, na área jurídica.

Ressaltamos que a violência conjugal ou perpetrada por parceiro íntimo parece ser potencializada, entre outras questões, por ocorrer em um espaço íntimo, fechado, bem como, por parte da mulher, pela dependência afetiva oriunda da mesclagem do medo, da culpa e da vergonha de expor seu infortúnio.

Lembramos que o controle social pode impedir a mulher de subverter a experiência educacional oriunda da TGPPG por, dentre outras razões, apresentar temor às críticas e ao rechaço familiar. Estes fatores podem contribuir para o sentimento de fracasso no árduo empreendimento de manter a relação conjugal.

Consideramos digno de nota que a violência conjugal causa efeitos nocivos de diferentes ordens, que podem resultar em profundo constrangimento e despotencialização, processos que dificultam a problematização e reelaboração crítica da posição em que a mulher se encontra.

Em última análise, consideramos, com base nas investigações realizadas, a importância do desenvolvimento de pesquisas que verticalizem os processos de transmissão geracional psíquica dos protocolos de gênero, uma vez que estes, tendo a mãe como agente de formatação das subjetividades, se tornam elementos fundamentais nas tramas sociais de geração a geração.

Acreditamos ainda que o conhecimento técnico-científico desta temática, aliado à sensibilidade dos profissionais de diferentes campos de aplicação do saber, poderá resultar em práticas mais humanizadas, conduta essencial na atenção às mulheres vítimas de violência conjugal.

Insistimos que, em função da ausência de material sobre a questão da transmissão geracional psíquica dos protocolos de gênero de mãe para filha como dispositivo mnêmico para a submissão feminina frente à violência conjugal, um futuro aprofundamento deste tema em muito pode contribuir para qualificação dos profissionais de saúde, educação, etc., atores fundamentais no planejamento e execução de ações que resultam em melhoria da qualidade da atenção à saúde da população que sofre esse tipo de agravo.

REFERÊNCIAS

Obras citadas

ADELMAN, M.; SILVESTRIN, C. B. **Gênero plural**. Curitiba: UFPR, 2002.

ALMEIDA, S. S. **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

ANZORENA, C. **Estado y división de trabajo**: las relaciones de gênero em lãs nuevas condiciones del mercado laboral. Venezuela: Utopia e Práxis Latinoamericana, año 13, n. 41, 2008.

ARENDT, H. **A dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

_____. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARIÈS, P. **História da vida privada** (Da Renascença ao século das luzes). São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

Arquivo do COMDIM/POA – 2000. CEDIM/RJ- 1996. **A política de cotas por sexo – Cfemea/2000**. Direitos conquistados na história. Disponível em: <http://www.nucleomulher.ufrgs.br/feminismo.htm>. Acesso em 01 abr. 2011.

BARROS, M. N. F. Violência contra a mulher: as marcas do ressentimento. **PSI – Rev. Psicol. Soc. Instit.**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 129-148, 2000.

BARUS-MICHEL, J. A violência complexa, paradoxal e multívoca. In: SOUZA, M.; MARTINS, F.; ARAÚJO, J. N. G. (orgs). **Dimensões da violência**: Conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

BEAUVOIR, S. **O Segundo sexo**: 1- Fatos e mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRITO, M. N. **O gênero, a história das mulheres e a memória**: Um referencial de análise. Disponível em: http://www.lacult.org/docc/oralidad_05_22-27-o-genero-a-historia-das.pdf. Acesso em 07/04/2011.

BURKE, P. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

BUTLER, P. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Variations on sex and gender**: Beauvoir, Witting, and Foucault. Minnesota: Praxis International, 1986.

CABRAL, F.; DÍAZ, M. **Relações de gênero**. Belo Horizonte. Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte e Fundação Odebrecht: Gráfica Editora Rona Ltda, 1999.

CANDAU, J. **Mémoire et identité**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

CASTRO, I. **La pareja actual: Transición y cambios**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2004.

CHODOROW, N. **The reproduction of mothering**. Berkeley: University of California Press, 1978.

CIPRIANI, R. Biografia e Cultura - da religião à política. In: VON SIMSON, O. (org.). **Experimentos com Histórias de Vida**: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, 1988.

CORREA, O.B.R. (Org). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2000.

COSTA, A. A. A. Trajetória e Perspectivismo do Feminismo para o próximo Milênio. In: PASSOS, E.; ALVES, I.; MACEDO, M. (orgs). **Metamorfoses: gênero na perspectiva interdisciplinar**. Salvador: UFBA/NEIM, 1998.

COSTA, J. F. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

DEL PRIORE, M. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo, Contexto, 1988.

DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente**: 1300 -1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DESLANDES, S. F. A Construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M. C. (Org.) **Pesquisa Social**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

ECHEGARY, J. G. *et al.* **A Bíblia e seu contexto** (em português). São Paulo: Edições Ave Maria, 2000. vol. 2.

DUARTE, C. L. **Feminismo e literatura no Brasil**. São Paulo: Estudos Avançados, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300010>

ENGELS, F. **El origen de la familia, de la propiedad privada e del estado**. Buenos Aires: Claridad, 1964.

FARIAS, F. R. **Porque afinal matamos?** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

_____. Trauma, sedução e memória. In: FARIAS, F. R. (org) **Apontamentos em memória social**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

FÁVERO, M. H. **Psicologia de gênero: Psicobiografia, sociocultura e transformações**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

FONTES, L. The oppression and cultural barriers to disclosure of child sexual abuse. Washington dc. **Journal of Child Sexual Abuse**, 1993.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: A história da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Vozes Ltda, 1977.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **A mulher - Os rapazes da história da sexualidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FOWLER, R.; HODGE, B.; KRESS, G.; & TREW, T. **Language and control**. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1979.

FREUD, S. Um tipo de escolha de objeto feita pelos homens. Contribuições à psicologia do amor. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1910/1980, v. XI.

FREYRE, G. **Sobrados e mucambos**. Rio de Janeiro: José Olympio Editores, 1951.

GIFFIN, K. Gender violence, sexuality and health. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 10 (supplement 1), 1994.

GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

GRANJON, E. A elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia familiar psicanalítica. In: CORREA, O. B. R. (Org.). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2000.

GREGORI, M. F. As desventuras do vitimismo. Rio de Janeiro: **Revista Estudos Feministas**, 1993.

HAHNER, J. E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HALL, S. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HALBWACHS, M. **La mémoire collective**. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

HEILBORN, M. L. Entre as tramas da sexualidade brasileira. Florianópolis: **Revista de estudos Feministas**, v. 14, n.1, 2006.

HIRIGOYEN, M. F. **Mujeres maltratadas: Los mecanismos de La violência em La pareja**. Buenos Aires: Paidós, 2008.

HUNT, L. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IZUMINO, W. P. **Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 1998.

KAËS, R.(Org). Transmissão da vida psíquica entre gerações. In: KAËS R. et al. **Introdução ao conceito de transmissão psíquica no pensamento de Freud**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

KEHL, M. R. **A mínima diferença: masculino e feminino na cultura**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KOHLER, S. H. **Submissão e resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2005.

KOLBENSCHLAG, M. **Adeus, bela adormecida: A revisão do papel da mulher nos dias de hoje**. São Paulo: Saraiva, 1991.

LAMAS, M. **Gênero: os conflitos e desafios do novo paradigma**. Rio de Janeiro: Proposta, 2000.

MAYOR, A. S. **Papel de homem ou papel de mulher**: Será que os principais estereótipos sexuais se mantêm estáveis mesmo entre a nova geração de estudantes universitários? Dissertação de Mestrado. Universidade Gama Filho: Rio de Janeiro, 2001.

MELER, I. Violencia en las relaciones de género: Algunas hipótesis psicoanalíticas. In: PUGET, J.; EIGUER, A. (orgs). **Violencia en pareja y familia**. Buenos Aires: Actualidad Psicológica, 2005.

MENDES, C. H. F. Violência contra a mulher e políticas públicas no setor de saúde. In: Almeida. S. S. (org). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

MONTESQUIEU, C. L. S. **Do espírito das leis**. São Paulo: Bertrand Brasil: 1979.

MOREIRA, M, I. C.; RIBEIRO, S. F.; COSTA, K. F. Violência contra a mulher na esfera conjugal: jogo de espelhos. In: COSTA, A.; Bruschini, C.(orgs). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

MOSCOVICI, S. **La psychanalyse, son image et son public**. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.

MOTA, M. B. BRAICK, P. R. **História das cavernas ao Terceiro Milênio**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

MURARO, R. M. Introdução. IN: KRAMER, H.; SPRENGER, J. **O martelo das feiticeiras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2005.

OLIVEIRA, R. D. **Elogio da diferença**: O feminino emergente. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ORRICO, E. G. D. A representação metafórica como filtro de recuperação da informação. **Revista de Ciência da Informação**, v. 2, n. 5, 2001. Disponível em: <http://dgz.org.br/out01/Art_04.htm>. Acesso em 01 out. 2012.

OSTERNE, M. S. F. A violência contra a mulher na dimensão cultural da prevalência do masculino. **Revista: O público e o privado**, n. 18, jun./dez., 2011. Disponível em: <https://www.google.com.br/#hl=en&sugexp=les%3B&gs_rn=1&gs_ri=hp&tok=iaCUnsPWGW-EkTVuR2GNhQ&c>. Acesso em 25 jan. 2013.

PEREIRA, R. R.; TOSTES, D. T. O voto feminino no Brasil. Edição Especial - Dia Internacional da Mulher. **Ministério Público Federal. Procuradoria Regional da República da 3ª Região**. São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.prr3.mpf.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=180&Itemid=2

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PIFANI, T. Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade. São Paulo: **Revista Histórica**. 21^a. ed., abr./mai. 2007. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao21/materia03/texto03.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2013.

PINTO, C. R. J. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (orgs). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

POLLAK, M. Memória e identidade social. Rio de Janeiro, **Estudos Históricos**, vol. 5, n° 10, 1992.

REED, E. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Versus, 1990.

ROCHA-COUTINHO, M. L. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROUSSEAU, J. J. **Emilio, o de la educación**. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

SAFFIOTI, H. Filhas de pais sexualmente abusivos. In: H. B. de Hollanda & M. H. Capelatto (orgs), **Relações de gênero e diversidades nas Américas**. São Paulo: EDUSP, 1999.

_____. A Discriminação de Gênero e as Diversas Formas de Violência Contra a Mulher. In: M. L. Q. de M. e R. Naves (orgs.), **Advocacia pro bono em defesa da mulher vítima de violência**. São Paulo: Unicamp - Imprensa Oficial, 2002.

SANTOS, I. M.M.; SANTOS, R. S. **A etapa de análise no método história de vida** – uma experiência de pesquisadores de enfermagem. Florianópolis: Texto Contexto, 2008.

SCAFFO, M. F. Gestalt-Terapia e Gênero - Uma reflexão sobre a violência contramulher. In: **II Congresso de Gestalt-Terapia do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Outubro/2008. Disponível em: <<http://www.igt.psc.br/ojs2/index.php/CEGTRJ/article/view/155/489>>. Acesso em 25 jan. 2013.

_____. Violência de gênero e memória social: Investigando a complexidade destas relações. In: FARIAS, F. R. (org.). **Apontamentos em memória social**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, p. 113-129.

SCAFFO, M. F.; FARIAS, F. R. Transgeracionalidade: herança psíquica e manutenção de estratégias de controle manipulativo da mulher nas relações afetivas. In: **Anais Congresso da União Latinoamericana de Psicologia – ULAPSI**, Uruguai, 2012. Disponível em: <http://congresoulapsi2012.com/trabajos/1334291527_RESUMO%20EXPANDIDO%20%20ULAPSI%20TRANSGERACIONALIDADE.pdf>. Acesso em 25 jan. 2013.

_____.A transmissão dos protocolos de gênero como dispositivo de submissão feminina à violência conjugal. Florianópolis: **R. Inter. Interdisc. Interthesis**, v. 8, jul/dez, 2011. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br/.../interthesis/...2011v8n2>. Acesso em 01 out. 2012.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Pacto Nacional pelo enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília – DF: Cidade Gráfica e Editora Ltda., 2009.

SCHOPENHAUER, A. **A arte de lidar com as mulheres**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1995.

SINEAU, M. **Direito e democracia**. História das mulheres no ocidente. Porto Alegre: Afrontamento, 1995.

SILVA, L. F. Entre marido e mulher alguém meta a colher. Celorico de Basto: Bolina Editores Livreiros Ltda, 1995.

SOUZA, I. A mulher e a Revolução Francesa: participação e frustração. **Revista da FARN**, Natal, v.2, n.2, jan./jul. 2003.

SUÁREZ, M.; MACHADO, L. Z.; BANDEIRA, L. Violência, Sexualidade e Saúde Reprodutiva. In: GALVÃO, L.; DIAZ, J. (orgs.). **Saúde sexual e reprodutiva no Brasil – Dilemas e desafios**. São Paulo: Hucitec e Population Council, 1999, p. 277-309.

TIBURI, M; MENEZES, M; EGGERT, E. Prefácio. **As mulheres e a filosofia**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

TOLEDO, C. Mulheres: **O gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: Luís e Rosa Sundermann, 2003.

VIANNA, L. A. C.; BOMFIM, G. F. T.; CHICONE, G. Auto-estima de mulheres que sofreram violência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, 2006, v. 14, n. 5, p. 695-701. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n5/pt_v14n5a09.pdf>. Acesso em 25 jan. 2013.

WEBER, M. **The theory of social and economic organization**. Gleanave, Free Pres, 1957.

Obras consultadas

BENJAMIN, J. The bonds of love: rational violence and erotic domination. In: H. EISENSTEIN, H.; ALICE, J. (eds.). **The future of difference**. New Brunswick/London: Rutgers Press, 1990.

BODEI, R. **Geometria de lãs pasiones** – Miedo, esperanza, felicidad: filosofia y uso político. México: Fondo de Cultura Econômica, 1995.

BRANCO. M. S. E. C. **Violência conjugal contra a mulher**: Histórias vividas e narradas no feminino. Dissertação de Mestrado em Comunicação em Saúde. Lisboa. Universidade Aberta, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço. **Cadernos de Atenção Básica**; n. 8 – SPS, Série A. Normas e Manuais Técnicos: n. 131 – MS, 2002.

D'AVILA, N. M. I. **O Autoritarismo e a mulher**: o jogo da dominação macho-fêmea no Brasil. Rio de Janeiro: Artes & Contos, 1994.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Brasília, 1985.

FARIA, L. **Ideologia e utopia nos anos 60**: um olhar feminino. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1977.

GRIMAL, P. **A vida em Roma na antiguidade**. Lisboa: Europa-América, 1995.

HAHNER, J. E. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HALBWACHS, M. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Albin Michel, 1994.

MURARO, R.M. **Sexualidade da mulher brasileira**: corpo e classe social no Brasil. MOTA, M. B. *et al.* (Cols.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

SABADELL, A. L. **Manual de Sociologia Jurídica**: introdução a uma leitura externa do Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 3. ed., 2005.

SINEAU, M. **Parité**: le Conseil de l'Europe et la participation des femmes à la vie politique.
Strasbourg: Conseil de l'Europe, 2004.

ANEXOS

Anexo 1. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

FR 447464 CAAE: 0039.0.313.000-11

A senhora está sendo convidada a participar da pesquisa “GÊNERO E MEMÓRIA SOCIAL REFERENCIAIS DE ANÁLISE PARA A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL CONTRA A MULHER”, desenvolvida por Maria de Fátima Scaffo, CI nº 83011902-0 – IFP, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

A pesquisa tem como objetivo levantar informações sobre a compreensão e percepção da mulher acerca do fenômeno violência conjugal, analisar a ocorrência de violência desde a família nuclear até a família constituída pela mulher entrevistada, analisar a aquisição da concepção de subordinação da mulher em relação à violência e compreender a influência da memória social no histórico de violência na vida mulher entrevistada, bem como analisar a influência dos papéis de gênero neste fenômeno.

Sua participação consistirá em responder as questões da entrevista que lhe serão formuladas. Informamos que a sr^a poderá interromper sua participação voluntária a qualquer momento em que se sinta desconfortável, como também não responder as perguntas diante das quais se sentir constrangida.

Os resultados da pesquisa poderão ser apresentados em congressos, revistas e livros científicos, estando seu anonimato garantido em todas as formas de divulgação, uma vez que não será identificado, portanto, será assegurado o sigilo sobre sua participação. Visando preservar sua integridade física, moral, psíquica, cultural ou espiritual, esta pesquisa inclui apenas perguntas que avaliamos não apresentar nenhum tipo de risco. Porém, considerando que a entrevista pode trazer lembranças desagradáveis, ela será realizada dialogicamente, observando-se durante o curso a da mesma o estado emocional da entrevistada.

A sr^a receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal. Em caso de dúvidas, a pesquisadora responsável pelo projeto se coloca à disposição, a qualquer momento para os esclarecimentos que forem necessários.

Ciente das informações acima descritas e esclarecida sobre o objetivo da pesquisa, concordo em participar a partir do momento de minha assinatura.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2011.

Participante

Contato da pesquisadora

Maria de Fátima Scaffo
fatimascaffo@predialnet.com.br
Tel para contato: (21) 99493270

Orientador da Pesquisa

Francisco Ramos de Farias
frfarias@uol.com.br
Tel para contato: (21) 2542708

Comitê de Ética em Pesquisa, CEP-UNIRIO

Te para contato: (21)2542-7771
cep-unirio@unirio.br e cep.unirio09@gmail.com

Anexo 2. Primeiro modelo de identificação e de entrevista

Primeiro modelo de identificação para o pré-teste

Idade

Formação

Estado Civil:

Nº de filhos:

Primeiro modelo de entrevista

- 1- Em sua opinião o que leva um homem a ser violento?
- 2- Para você o homem é naturalmente mais agressivo do que a mulher?
- 3- Em seu ponto de vista quais os motivos levam à violência conjugal?
- 4- A mulher deve aguentar a violência para manter a família unida?
- 5- Em sua opinião qual a melhor opção para a mulher que sofre violência conjugal?
- 6- Você acha que as mães na criação de suas filhas reproduzem a aceitação do comportamento violento do marido?
- 7- Em sua família original você presenciou situações de violência?

Anexo 3. Segundo modelo de identificação e de entrevista

Segundo modelo de identificação

Data:

Hora de Início da Entrevista:

Nº da Entrevista:

Apresentação e assinatura do Termo de Consentimento:

Dados Pessoais:

Nº da Entrevistada:

Idade:

Estado Civil:

Escolaridade:

Ocupação:

Tempo de relacionamento com o agressor:

Residem juntos atualmente?

Nº de filhos com o parceiro agressor:

Idade dos filhos:

Segundo Modelo de Entrevista

- 1- O que você entende por violência conjugal?
- 2- Para você o homem é naturalmente mais agressivo do que a mulher?
- 3- Na sua opinião o que leva um homem a ser violento?
- 4- Em seu ponto de vista quais os motivos levam à violência conjugal?
- 5- Você teve alguma experiência de violência conjugal em sua família?
- 6- Em sua opinião qual a melhor opção para a mulher que sofre violência conjugal?
- 7- Você acha que as mães na criação de suas filhas reproduzem a própria história?

8- O que você aprendeu na sua família de origem influencia nas suas decisões em relação à sua própria história?

9- Na sua relação com os seus filhos (as) você se percebe reproduzindo o que aprendeu?

10- Em sua opinião como deve ser o comportamento da mulher nos dias de hoje?

Anexo 4. Transcrição da entrevista nº 1

Nº da Entrevista 1

Data da entrevista: 07/07/2011

Hora de Início da Entrevista: 13:30

Apresentação e assinatura do Termo de Consentimento:

Dados Pessoais:

Idade: 49 anos

Estado Civil: Casada

Escolaridade: Nível Médio

Formação: Técnica de Enfermagem

Nº de filhos: Dois filhos. Um filho de 28 anos e uma filha de 24 anos - ambos casados

Entrevista

1- Em sua opinião o que leva um homem a ser violento?

Não sei dizer. Meu marido às vezes chega em casa muito bem, me tratando bem e de repente por qualquer coisinha começa a gritar e jogar as coisas no chão. Antigamente eu conseguia que ele ficasse mais calmo, mas depois de um tempo ele começou a dizer: ah é, você quer que eu fique calmo? Então eu vou quebrar mais ainda, sou eu que compro tudo. Isso não é verdade. Eu trabalho, sou técnica de enfermagem e além de trabalhar no hospital H.P. eu também acompanho doentes em recuperação.

***Questionei: Mas a sra não teria uma ideia do que leva seu marido a agir de forma violenta?**

Acho que ele tem prazer em me ver desesperada, chorando. Sei lá. Acho que o bicho é ruim mesmo. Mas não era assim, ele mudou pra pior.

2- Para você o homem é naturalmente mais agressivo do que a mulher?

Acho que os homens são mais irritados, mais ignorantes. Mas não são todos. Meu filho, por exemplo, é uma dama. Eu até falo pra ele que “desculpe a palavra, mas ele é um

babaca” (sic) porque a mulher dele faz o que quer com ele. É ele que cuida mais da minha neta do que ela. Ela fala pra ele: S dá a mamadeira pra A e aproveita troca a fralda. Eu fico pau da vida de ver que ele é um pau mandado.

3- Em seu ponto de vista quais os motivos levam à violência conjugal?

Acho que é quando o homem não gosta mais da mulher, ou até gosta demais e tem ciúmes e não gosta de reconhecer. Aí qualquer coisa é motivo. Aborrecimento no trabalho, na rua, aproveita pra descontar em quem eles acham que não pode com eles.

***Questionei: O que é não poder com eles?**

É não ter forças pra mandar alguma coisa na cara deles. As vezes tenho vontade de jogar qualquer coisa na cara do meu marido, mas fico pensando que vai ser pior porque aí ele vai partir pra cima de mim e eu sou mais fraca do que ele. Então eu falo alguma coisa pra ele achar que eu estou ouvindo e discutindo, mas vou pro banheiro ou pra porta da casa. Ele fica gritando pra eu entrar e eu falo pra ele não encher o saco que uma hora dessas eu vou embora. Ele fala que sou uma merda de mulher, que nem meus filhos vão me aturar. Eu digo que ele é que um merda que não conseguiu nada na vida. E assim vai...

4- A mulher deve aguentar a violência para manter a família unida?

Sempre pensei assim. Aprendi que não valia a pena separar porque homem é tudo igual. Na minha família ninguém deu sorte. Eu tenho duas irmãs e ninguém vive bem com o marido. Acho que o da minha irmã mais velha é pior ainda. Ela as vezes some por um tempo, a gente liga pra ela diz que vai visitar pra saber como ela está e ela diz que vai sair, que está indo a médicos, mas eu sei que ela deve ter apanhado e está esperando melhorar pra ninguém saber. Eu só sei porque tenho uma colega que mora perto da casa dela e até ouve os gritos da confusão que o M. faz. Mas ele bebe muito, vive se metendo com uns cara de onde eles moram que só ficam no bar mexendo com as mulheres que passam. O dinheiro dele vai todo pra bagunça, e, quando ela reclama, ele bate nela. Mas o que a sra perguntou de ficar todo mundo junto, eu penso assim, e não sou só eu. Lá em casa meu pai também não era flor que se cheire mas minha mãe aguentou até ele morrer. Hoje ela vai pra onde quer. Ela sai com o pessoal da igreja dela, vai às excursões, dá gosto de ver.

5- Em sua opinião qual a melhor opção para a mulher que sofre violência conjugal?

Não sei. Cada um faz de um jeito né. Tem mulher que se atraca, outras que vão embora. Não sei o que é melhor não. Mas é muito chato. Bate uma dor no peito quando eu penso que não estou aguentando mais.

Obs: Neste momento ela chora. Falando baixinho diz que sonhou ter uma vida boa com o marido. Diz que ela tinha um noivo quando o conheceu e ele ficou atrás dela uns cinco meses até que ela terminou com o noivo. Soluçando diz que aquele sim é que gostava dela. Que ela foi um troféu no bairro pro marido. Diz que até hoje o ex-noivo brinca com ela dizendo que ela continua bonita.

6- Você acha que as mães na criação de suas filhas reproduzem a aceitação do comportamento violento do marido?

É doutora já fiquei com muita raiva da minha mãe porque as vezes que eu pedi a ela pra voltar pra casa, ela disse que lugar de mulher é do lado do marido e, que ela já tinha apurinhações demais com meu pai. Na primeira vez que pedi meus filhos eram pequenos e eu sei que ela não tem paciência de aturar criança. Minha mãe com o tempo ficou muito nervosa, reclamava de tudo.

Mas quando a gente era menor, eu e minhas irmãs, ela dizia pra gente não aborrecer papai. Lembro agora que ela não gostava nem que a gente brincasse com ele, beijasse ele. Ela fazia tudo pra agradar ele, ou não sei se era pra ele não brigar. Mas acho que ele gostava que fosse assim. Nunca saia só com a gente, sempre chamava alguém pra ir junto. Ele dizia que não aguentava tanto mulher junto. Dizia que minha mãe não sabia controlar a gente. Mas a gente era muito calma, quase não gritava, não corria. Só no colégio a gente ficava mais a vontade. Quando a gente ia na casa da nossa avó por parte de pai, lembro que minha obrigava a gente a ficar mais queita ainda. Era um suplício. Minha irmã mais nova as vezes chorava que queria ir embora, mas a gente tinha que esperar papai beber até cansar. Na hora de vir embora de noite ele dizia que a gente tinha que andar e não deixava minha mãe dar colo pra minha irmã menor. Mamãe não contrariava e ainda dizia que era bom andar para crescer, esticar as pernas. A gente chegava em casa morta. Várias vezes depois que papai dormia ela vinha dizer que queria pegar a T. no colo, mas ia arranjar briga.

Pensando agora, eu tive muito medo quando era criança. Eu tinha muito pesadelo. Acordava de noite e as vezes fazia xixi na cama. Acho que fiz até mais ou menos os 12 anos. A mãe dizia que eu fazia isso pra não dormir na casa dos outros e que a culpa era minha deles não poder dormir na casa da minha avó, mãe do meu pai.

Sempre achei que minha vó era ruim, a mãe falava dela com a minha avó mãe dela. Mas a minha avó D. (mãe do pai) sempre dizia pra minha mãe que meu pai não era fácil que era igual ao pai dele, e quando ela precisasse dela era só falar que ela dava um jeito nele como deu no meu avó. Nunca entendi como ela deu jeito no meu avó, mas ele só ficava sentado e não falava nada. Diziam que ele teve um AVC e caiu no banheiro e bateu com a cabeça e nunca mais melhorou. Minha avó M. (mãe da mãe) falava rindo que ela deu uma paulada na cabeça dele. Acho que minha família sempre foi complicada. Eu nunca achei que os adultos davam carinho a gente, mas acho que era coisa da minha mãe. Ela dizia que a família do meu pai não gostava da gente, mas a família dela também não ligava pra nós. Uma vez meu pai sumiu não sei por quanto tempo e minha mãe levou a gente pra casa da mãe dela, acho que não tinha mais comida em casa. Minha avó levou a gente de volta. Foi meu tio que comprou leite e outras coisas lá pra casa. Acho que ele foi buscar meu pai em algum lugar. Nós nunca falamos mais no assunto, mas eu tinha medo dele sair e não voltar outra vez.

Mas na nossa criação... (pausa) ela nunca disse pra gente aguentar violência, mas ela aguentava. Lembro que quando pai empurrou ela uma vez e ela quebrou o braço, ela ficou gritando olha o que seu pai faz comigo. Depois disso toda vez que ele ficava violento ela procurava ficar perto da gente pra ele parar. Mas com tempo ele não ligava mais e se a gente ficava perto porque sabia que ela queria, ele gritava e empurrava a gente pra fora do lugar da briga.

Ele falava que se ela tivesse vergonha ia embora e ela ficava queta.

Ela sabia costurar igual a minha avó, mas ela costurava escondido. Ela dizia que ele não podia saber que ela tinha dinheiro. Depois que eu fiquei um pouco maior eu fiquei pensando como ele não sabia, se tinha galinha e não era ele que tinha comprado.

Uma vez ouvi ele dizer que ela era uma merda de mulher. Desculpe doutora, mas foi isso mesmo. Meu pai não era de xingar, já minha mãe xingava muito a gente. Acho que ela tinha que descontar em alguém. Todas nós assim que a gente pode saiu de casa. A primeira a ir morar com o namorado foi minha irmã do meio. Todo mundo falou que ela ia voltar pra casa com filho na barriga. Mas ela é que vive melhor. Já comprou a casinha dela, só tem um filho, trabalha como costureira lá na Globo. Conhece tudo quanto é artista, ganha muita roupa boa. Ela diz que se o C encostar a mão nela ela mata ele.

Minha irmã mais nova trabalha num escritório e mora com um cara que eu não gosto muito. Ele é de beber igual ao meu pai, mas só fica agarrando ela falando bobagem. Ela fala pra ele parar porque ele só faz raiva nela.

Eu vou levando. (pausa – olhar perdido). Eu sei que escolhi errado, também não vou deixar o povo falar que eu me dei mal. Mais é muito difícil aguentar o arrependimento.

Vivo com dor no corpo, com dor de cabeça, vivo deprimida. No hospital fico melhor. O dia passa e eu fico mal quando tenho que voltar pra casa. Eu faço tudo em casa. Ele está aposentado da CERJ porque caiu dum poste e ficou mancando. Ele foi pro INSS e foi aposentado como incapaz. Ele diz que a perna dói muito, mas fica no bar em pé o dia todo bebendo. Eu fiz um curso de enfermagem escondido enquanto ele ainda trabalhava. Uma amiga minha me conseguiu esse trabalho que eu tenho. Quando ele soube me xingou muito. Eu disse pra ele que o que ele ganhava não dava pra nada e eu queria ajudar. Ele disse que eu queria trabalhar em hospital porque só tem puta e a noite todo mundo come todo mundo. Mas não é nada disso. Eu sou muito querida por tudo mundo. Uma vez cheguei no hospital com o braço roxo porque ele disse que estava passando mal e eu tinha que ficar em casa. Eu disse pra ele que tinha que ir porque tinha gente de férias e eu precisa trabalhar. Aí ele apertou meu braço com tanto força e eu sou muito branca e fiquei toda marcada. Um colega meu me perguntou o que foi aquilo e eu menti.

Quando voltei pra casa ele estava bêbado e me jogou o cinzeiro na minha cara. Minha testa abriu. Eu fiz um curativo, mas no dia seguinte tive que suturar porque ainda sangrava quando eu me abaixava.

Falei com meu filho. Ele conversou com o pai para parar com essas coisas porque a gente já tem idade e tem que se entender. Falei pra meu filho que ia embora e ele me perguntou pra onde eu ia. Eu entendi que não podia contar com ele. Minha filha fica preocupada comigo, mas também não me senti a vontade pra ir pra casa dela, ela nunca me chamou. Eu só vou lá pra ficar com as crianças porque ela trabalha com estética e vai na casa das freguesas, aí precisa de mim.

Eu achei que podia ir levando e só vim pedir ajuda quando comecei a chorar a toa, não dormir direito.

Doutora eu tenho vergonha, mas confio na senhora. Eu só resolvi vir pra conversar aqui no consultório quando uma amiga que apanhou a vida toda do marido conseguiu se livrar dele. Acho que é isso que eu quero.

Aconteceu uma coisa que eu não consigo esquecer, me sinto a pior das mulheres. Eu nunca disse isso pra ninguém... (pausa longa, ela chora por algum tempo).

Eu espero que ela se recomponha. Pergunto se ela quer parar e que nós podemos recomeçar outro dia). Ela responde que se não falar agora não conseguirá mais falar o que aconteceu.

Relata que um dia chegou em casa e viu ele na sala se masturbando. Ela diz que foi pro quarto e se trancou no banheiro e chorou, pensando que não merecia aquilo. Conta que ele foi atrás dela que bateu na porta até ela abrir e que jogou ela na cama e que urinou em cima dela. Ela relata que ficou tão espantada que nem se mexeu. Ela diz que viu muito ódio na cara dele, que foi de volta pro banheiro se lavou e foi dormir na sala.

Disse também que fumou uma carteira de cigarro com vontade de matar ele. Mas eu estava tão cansada que dormi quando o dia já estava clareando. De manhã ele me acordou e perguntou porque eu estava dormindo ali. Eu levantei e não respondi. Ele disse que não sabia o que tinha acontecido ontem que ele tinha bebido muito e que não lembrava de nada. Foi na padaria e comprou pão, disse que era pra gente tomar café.

Eu acho que estou ficando maluca.

Eu acho que tenho mais ódio de mim do que dele porque eu sou sem vergonha, eu acho que ele vai pará de fazer maluquice. Acho que a aposentadoria piorou tudo. Ele se gabava de ser o melhor do grupo dele, que todo mundo era cagão e que ele não tinha medo de nada e agora não tem mais do que se gabar. Ele desconta em mim porque ficou manco.

Puxa botei muita coisa pra fora. Eu sei que não sou feia, que tenho até condição de arranjar alguém. Lá no hospital tem homem que fica me olhando, mas eu sei que é só pra sexo, ninguém quer compromisso. Também acho que vou perder o respeito dos meus filhos.... As vezes me senti velha acabada...

O que foi mesmo que a sra perguntou?

Repito a pergunta.

Não, não acho não. Minha mãe sempre falou pra gente estudar e trabalhar nem que fosse escondido porque a gente precisa ter o dinheiro da gente. Eu estudei escondido até do meu pai, nem minhas irmãs sabiam direito o que eu tava fazendo. Minha mãe tem segredo com cada filha. Ela diz que só conta de cada uma pra outra quando a gente pede, mas que fica com medo da gente contar pro marido e dar confusão.

Eu vivo sozinha, sonho sozinha, acho que minha vida vai melhorar quando ele, sei lá, morrer, mas acho que do jeito que eu estou vou morrer antes dele. Estou com problema de coluna. O médico disse que estou com pico de papagaio e artrite. Pego muito peso no hospital. A gente tem que virar os doentes, dar banho e eu faço o melhor que eu posso porque tem gente que sofre mais do que eu.

Mas que mais me dói e que todo mundo gosta dele, ele trata todo mundo bem, só comigo é esse inferno. Mas eu sei que uma hora eu vou fazer alguma coisa, ainda não sei o que é, mas eu não aguento mais. Mas eu vou melhorar.

7- Em sua família original a sra presenciou situações de violência?

Não. Acho que nunca vi violência mesmo. Meu pai não batia na minha mãe. Só me lembro daquela vez que eu falei. Mas acho que minha mãe tinha um pouco de medo dele. Mas quando ele ficou velho, ele passou a precisar dela.

A sra gostaria de falar mais alguma coisa?

Não. Desculpe. Mas conversar sobre essas coisas me deixou muito cansada. Mas acho que foi bom. Estou pensando que depois de tudo que já aconteceu ele não vai a lugar nenhum, não tem coragem. Acho que ele não tem em quem confiar e mesmo dizendo que eu não gosto de serviço de casa, que eu gosto de ficar na rua olhando os homens, ele sabe que eu vou voltar porque não tenho coragem de prejudicar meus filhos.

De que maneira a sra prejudicaria seus filhos?

Saindo de casa. Indo viver sozinha. Eles iam dizer que eu larguei o pai deles agora que ele está mancando e que eu não quis cuidar dele. Eles sempre falam que eu gasto muito dinheiro com coisas pra mim que eu não compro os remédios do pai. Acho que eles pensam que eu tenho que bancar a cachaça dele porque ele não compra os remédios porque gasta tudo na bagunça lá no bar. Eles dizem que eu devia ser mais legal com o pai, que eu passo direto quando ele está no bar. O que que eu vou fazer lá? Só tem safado que chifra a mulher e fica de vagabundagem jogando sinuca e a gente trabalhando. Mas eu não quero brigar com eles. É o pai deles né? Parece que eu é que não presto. Mas deixa pra lá. Um dia vou embora pra bem longe. Só não faço isso porque não tenho coragem de deixar minha mãe sozinha.

Dona B., eu agradeço a contribuição para a pesquisa.

Ela responde que conversar comigo fez ela pensar muitas coisas que ainda não tinha pensado e me agradece também.

Anexo 5. Transcrição da entrevista nº 2

Nº da Entrevista: 02

Data: 13/07/2011

Hora de Início da Entrevista: 14:00

Apresentação e assinatura do Termo de Consentimento:

Dados Pessoais:

Idade: 80 anos

Estado Civil: Viúva

Escolaridade: Nível médio

Ocupação: Aposentada

Tempo de relacionamento com o agressor: 62 anos

Residem juntos atualmente? Não

Nº de filhos com o parceiro agressor: 02

Idade dos filhos: 60 (sexo feminino e 58 anos (sexo masculino)

Entrevista

1- O que você entende por violência conjugal?

Não são só pancadas, são também palavras ofensivas: palavrões (burra, vaca, f.d.p. etc).

***Pergunta: Sim, mas o que a sra acha que faz com que um homem se torne violento?**

Não sei direito. Meu pai era um homem muito bom, era muito carinhoso comigo. Mesmo minha mãe tratando ele com muita indiferença, ela era muito fria com ele, mas ele nunca levantou a mão pra ela. Ela fugiu de casa duas vezes atrás de outros homens, e ele amava ela e sempre sabia onde ela estava e quando ela voltava ele tratava ela bem. Já o ex-meio marido era um grosso, nunca me fez carinho. Só cobrava tudo a tempo e a hora. Me chamava de burra, dizia que eu não servia pra nada. Eu ficava com muita raiva mais ia

aguentando pra ninguém dizer que eu era igual a minha mãe. Na verdade eu nunca quis ser igual a ela. Mas acho que eu tinha inveja dela, ela era muito bonita e às vezes ela dizia que ela não sabia como tinha tido uma filha tão feia, dentuça, tão sem graça. Quando fiz terapia uma vez, a analista disse que eu tinha casado com a minha mãe. Isso ficou na minha cabeça. Como eu tinha casado com a minha mãe se eu não gostava dela? Mas também nunca fui apaixonada pelo meu marido. (Pausa) Eu só gostei de um homem. Ele era jóquei, era magro, baixinho bem diferente do meu marido. Eu fazia tudo pra ver ele no final de semana, mas depois de um tempo foi ficando muito difícil e aí eu tive que falar com ele que a gente tinha que parar de se ver, aí ele foi ficando com raiva e começou a me tratar mal e dizer que eu tinha outro. Eu fiquei muito magoada e como não queria mais falar com ele, ele passou a ir na minha sala no trabalho e andar na rua que eu morava. Não sei como eu consegui acabar com isso, pensando bem nem sei como eu tive coragem de ter alguma coisa com ele, meu marido me vigiava, andava armado, era muito violento.

2- Para você o homem é naturalmente mais agressivo do que a mulher?

Sim, geralmente eles descontam o mau humor ou algum aborrecimento na mulher.

No trabalho eu falava pouco da minha vida, mas escutava minhas colegas falando das coisas que aconteciam com elas. Teve uma que disse que foi tomar banho e pediu pro marido vigiar a filha pequena que estava dormindo no berço. Ela estava no banheiro e ouviu um choro forte da filha, saiu correndo do banheiro e pegou a menina não chão que tinha caído da cama, o marido chegou no quarto já empurrando ela e dizendo que ela jogou a menina no chão só pra não ser culpado de ter deixado a filha sozinha. Homem acha que nunca erra, a culpa de tudo é da mulher.

3- Em sua opinião o que leva um homem a ser violento?

Geralmente o exemplo e a criação que tiveram dos pais na infância: pai genioso e violento, mãe geniosa que espancava os filhos por qualquer motivo, ou os que não tiveram família para criá-los e orientá-los...

4- Em seu ponto de vista quais os motivos levam à violência conjugal?

O abuso do machismo por ser a mulher a parte mais fraca e na maioria o exemplo que trouxe dos pais. Meu falecido marido a primeira vez que levantou a mão para mim, atire um vaso de porcelana que quase atingiu o rosto e ele disse: "ficou maluca?" respondi, maluco é você, não esqueça que sou a parte fraca, mas você dorme e para eu ferver uma vasilha de água e derrubar no seu ouvido não custa. Nunca mais ele levantou a mão para mim.

5- Você teve alguma experiência de violência conjugal em sua família?

Sim, como eu disse, meu marido, era machista e violento, andava armado, era ciumentíssimo e um dos motivos que não separei foi que eu tinha medo dele, se eu separasse ele me matava.

6- Em sua opinião qual a melhor opção para a mulher que sofre violência conjugal?

Se separar ou dar um basta como eu fiz quando meu marido quis me bater ou de outra maneira, mas não mostrar medo ser firme nas palavras.

7- Você acha que as mães na criação de suas filhas reproduzem a própria história?

Não, como eu falei meu pai era educado, amoroso e amava minha mãe, ela não correspondia, não o amava, era geniosa e deixou meu pai, fugindo com outro deixando eu com quatro anos e meu irmão com seis quando fomos para colégio interno por não termos com quem ficar para papai poder trabalhar.

***Pergunta: Mas sra sabe como foi à vida de sua mãe? Por exemplo, como foi à relação dela com sua avó?**

Ah! Minha avó morreu cedo na Itália e minha mãe veio pro Brasil pequena e foi ser criada por uma tia que ela dizia que era muito ruim pra ela. Minha mãe falava que essa tia, quando ela ainda era muito nova já queria casar ela pra se livrar porque achava que minha mãe não ia dar pra boa coisa. Ela casou com meu pai com dezessete anos. Todo mundo dizia que ela só queria sair da casa da tia. Meu irmão que já morreu falava que ela fugiu de casa antes dele nascer, mas que papai achou e trouxe ela de volta porque ela estava doente. Eu não sei quase nada do passado dela. Só depois de grande quando eu saí do colégio interno é que eu fui ficar com ela. A vida sempre foi muito difícil pra mim, nem estudar direito eu estudei. Meu pai sempre trabalhou pra pagar tudo pra mim, pra meu irmão e pra ela, mas ela me fazia de empregada como as freiras fizeram. Ela já me fez ficar vigiando no portão pra ficar com um homem que ela dizia que amava. Meu pai não morava com a gente mais ia lá em todos os dias, ele sabia de tudo, mesmo sem eu falar nada. Me lembro dele muito triste.

(Neste momento ela chora, demonstrando uma enorme tristeza)

Fiquei muito mobilizada com a dor da entrevistada. Perguntei se ela gostaria de fazer uma pausa ou mesmo terminar a entrevista outro dia. Ela disse que não. Solicitou ir ao

banheiro ao que eu respondi afirmativamente. Claro! Fique a vontade. Ela retornou parecendo ainda mais abatida. Ofereci um café. Ela aceitou. Falei da importância da entrevista para minha tese. Ela me perguntou por que eu escolhi falar de uma coisa tão triste. Eu perguntei se era esse o sentimento que ela tinha em relação à violência conjugal. Ela me respondeu: “Está tudo misturado, mas olhar para trás e ver que a vida foi tão difícil, tão sacrificada (pausa). Se eu comparar está tudo bem, tenho minha aposentadoria, o apartamento é meu, meu não, no inventário meus filhos com o advogado dividiram tudo. Agora eu sou só uma parte, mas continuo pagando tudo e ainda ajudo ao meu filho e quando minha filha sabe joga na minha cara e exige que eu dê a ela o que eu dei pro outro (pausa). Tem dias que eu me sinto muito cansada.

Ela me pergunta se eu vou escrever essas coisas que ela falou também. Eu respondo que tudo será registrado, mas que vou trabalhar mesmo as partes do relato que tem a ver com a questão da violência.

Ela respira fundo e diz: é eu não estou falando mal dos meus filhos não. Eles têm a vida deles, ficam me chamando pra ir passar uns tempos na casa deles. A S diz mãe vem pra cá, mas eu não me sinto à vontade. Quando ela vê televisão a gente não pode falar, depois ela fica na internet trabalhando eu também não posso falar nada. Pra ficar sozinha eu fico em casa. Lá ainda tem uma escada enorme, o banheiro fica no andar de cima ou no andar de baixo. Eu fico no andar do meio que tem a sala televisão, a cozinha e a área, aí tenho que descer ou subir e meus joelhos reclamam muito. Depois do acidente que eu tive de ônibus eu não aguento mais e nem quero!

Na casa do meu filho eu não me sinto à vontade. Eu tinha a minha primeira nora como um amiga, mas agora ele já trocou de mulher outra vez e tenho certeza de que prefere ficar sozinho, e também eu prefiro ficar na minha casa.

Pergunto se nós podemos retomar as questões da entrevista, ela concorda.

Parece mais tranquila.

Explico que a próxima pergunta focaliza a influência da família de origem nas decisões da própria história dela. Ela parece distraída, ainda sob a influência das reflexões anteriores.

Leio a pergunta e ela responde:

8- O que você aprendeu na sua família de origem influencia nas suas decisões em relação à sua própria história?

Sim, não separei aturei meu marido para não ser igual a minha mãe, sei o que é ser criada sem carinho de mãe, embora meu pai foi um pai maravilhoso, dedicado, sacrificando-se pelos filhos, de todas as maneiras. Meu pai fez tudo por nós, eu procurei retribuir o amor que ele teve até o final da vida dele. Trouxe eles pra morar comigo. Minha mãe depois ele ficou doente reclamava que não aguenta cuidar dele. Eu morava no subúrbio e ela odiava aquilo lá, mas teve que ir. Foi um tormento, ela dizia todo dia que ele acabou com a vida dela e que ainda tinha que acabar no subúrbio. Dei meu quarto pra ela, meu pai ficou no outro quarto, minha filha ficou com um menor e nós, nós não eu, com minhas economias da demissão da E fiz um quartinho pro meu filho e eu e meu marido dormíamos na sala. Eu depois de servir ele (faz sinal com a mão fechada em direção à pélvis) ia dormir com meu pai num colchão do lado da cama. Fui muito boa filha, mas ele mereceu. Eu trabalhava meio expediente no C e quando saía deixava ele já limpinho com tudo pronto. Quando ele morreu minha mãe disse que não aguentava aquela vida e que ia morrer logo que não passava do aniversário dela e dito e feito, morreu três meses depois no dia do aniversário.

Minha vida não foi fácil não. Me acostumei a tanta coisa que agora não faço mais nada só vejo televisão e fico lembrando e chorando. Sonho muito com meu ex marido, ele aparece me chamando mais eu acordo. Ei hein... não vou não. Não tenho boas recordações dele, mas também fiz tudo que podia, não larguei ele sozinho. Só contratei uma ajudante pra ficar de noite, mas não adiantava porque ele não aceitava que ninguém fizesse nada com ele. Acho que ele achava que era obrigação minha.

9- Na sua relação com os seus filhos (as) você se percebe reproduzindo o que aprendeu?

Sim, sempre procurei educá-los, dar-lhes instrução, religiosidade e ser boa mãe e carinhosa, até hoje procuro compreendê-los e ajudá-los no que puder. Mais tudo que eu aprendi foi com meu pai. Minha mãe não gostava de mim, só gostava do meu irmão. Mas faço tudo pelos meus filhos porque não sou igual a ela. Ah! Quando eu saí do colégio interno porque as freiras me tratavam mal e um dia eu escrevi uma carta para o meu pai e ele foi lá me buscar e me levou pra casa do irmão dele, a mulher dele só me chamava di a filha da separada, falava que eu era sonsa e que era igual a minha mãe. Claro que eu fiquei traumatizada, mas eu era feia então... Nossa! O que já aguentei...

10- Em sua opinião como deve ser o comportamento da mulher nos dias de hoje?

Desde que tenha um marido ou companheiro que seja educado, carinhoso, compreensivo, e não violento: ela será, carinhosa boa esposa e mãe, firme nas decisões e sem medo de se defender e coragem de separar se houver violência ou ameaças.

Percebi que a entrevistada estava cansada. Às vezes inspirava como se estivesse com dificuldade.

Agradei a sua contribuição para o meu trabalho, falei do valor de seu relato e me ofereci para fazer um relaxamento através de um exercício respiratório. Ela agradeceu, mas se levantou dizendo que queria andar.

Questionei se ela estava bem. Ela respondeu que sim. Pedi que ligasse para o Opção caso se sentisse mal. Ela agradeceu e nos despedimos.

Anexo 6. Transcrição da entrevista nº 3

Nº de Entrevista: 03

Data:19/07/2011

Hora de Início da Entrevista: 10:00

Apresentação e assinatura do Termo de Consentimento:

Dados Pessoais:

Idade: 32

Estado Civil: Relacionamento Estável

Escolaridade: Nível superior

Ocupação: Promotoria de Justiça

Tempo de relacionamento com o agressor: 5 anos

Residem juntos atualmente? Sim

Nº de filhos com o parceiro agressor: Sem filhos

Idade dos filhos: --

Entrevista

1-O que você entende por violência conjugal?

É qualquer ato que põe em risco, que ameaça o equilíbrio tanto do homem quanto da mulher. Como você sabe, são vários os tipos de violência não é? Tanto homens como as mulheres sofrem diariamente violência. O que acontece é que as mulheres denunciam e os homens calam por vergonha. Acredito que o mais importante num relacionamento é não aceitar a primeira provocação, embora seja muito difícil não cair nas armadilhas, nas provocações que irritam profundamente. Eu tento, mas nem sempre consigo, até porque faço tudo que posso e ele ainda me chama de mesquinha. Já disse pra ele que o nosso problema maior é que ele não se conforma que eu ganhe mais do que ele. Mas eu ralei cinco anos estudando e ele ficou e fica esperando a herança do pai que é um pão duro. Tem dinheiro, mas não ajuda aos filhos. Aliás, só ajuda a um que faz chantagem com ele.

2-Para você o homem é naturalmente mais agressivo do que a mulher?

Não sei se posso dizer naturalmente. Penso que o homem se torna mais agressivo do que a mulher pela própria educação que recebe dos seus familiares. O homem é muito incentivado à competição, a mostrar sempre força e nunca o que sente. Acho que eles passam a acreditar que são assim mesmo e que não tem nada a mudar. Se dão o direito de expressar seu desagrado de forma grosseira e raramente pedem desculpas. Aliás, nem reconhecem que estavam errados. Estou falando de uma maneira geral porque é o que eu vejo. Acho que isso inclusive é uma desculpa que me dou pra continuar nessa relação. Fico vendo que todas as minhas amigas e casos que vejo na Vara Criminal que quando se trata de relacionamento todos os homens acham que fazem um enorme favor em ficar com aquela mulher. O que é interessante que a maioria delas, ou melhor, de nós trabalham mais que eles e as vezes põem muito mais dinheiro em casa do que eles, ainda assim eles acham que sem eles a gente não conseguiria nada.

Perguntei: O que você pensa sobre isto?

Bem, quando eu estava estudando pra promotoria, eu confesso que fiquei focada e não podia sair, nem viajar, M ficava me fazendo companhia, mas nem sempre... Ele também alega que já pagou muita coisa pra mim. Mas não é bem assim, ele pagava pra nós quando a gente saia. Mas isso foi por pouco tempo. Quando eu vim pra Niterói meu pai passou a me ajudar em tudo e eu logo passei no concurso e aí não precisei mais dele, Ele é que se encostou e vive quase, quase não, totalmente as minhas custas, nem a conta do telefone que ele usa mais do que eu porque eu nunca estou em casa ele paga. E quando eu reclamo ele se dá o luxo de ficar irritado e as vezes até violento. Eu na verdade tenho medo de ficar sozinha, acho que é por isso que vou aturando, mas já avisei que não aguento mais.

3-Em sua opinião o que leva um homem a ser violento?

Habitualmente atribuímos as atitudes violentas ao alcoolismo, a tensão provocada por falta de dinheiro, desemprego... Mas acho que existe tanto uma aprendizagem anterior, como um reconhecimento de que pode fazer o que quer na relação que está envolvido. Quando eles percebem que a mulher é frágil e conseguem o primeiro perdão, aí vão em frente. Parece que eles têm um certo prazer em ver a mulher procurando agradar, com um certo medo. Isso faz com que eles se sintam.

Pergunta: Se sintam como?

Ah! Se sintam poderosos, dominando a situação. E só faz isso quem se sente inferior, quem não suporta que a mulher possa ter melhores condições de trabalho, mais amigos, tenha mais prestígio e principalmente no dependa dele.

4-Em seu ponto de vista quais os motivos levam à violência conjugal?

Acho que respondi a esta questão na pergunta anterior! Homem não suporta nem pensar que os outros o vejam menor do que a sua mulher. O que acontece é que é ele mesmo que se sente, e aí procura criar clima pra punir a mulher pelo que sente. Fui clara?

Respondi: Foi, foi sim!

5-Você teve alguma experiência de violência conjugal em sua família?

Bem, um dos motivos de eu vir à terapia foi esse. Estou tentando entender como isso pode acontecer comigo.

Pergunto: E em sua família de origem, você teve alguma experiência de violência entre cônjuges?

Olha! Meu pai sempre foi muito severo, muito atento em relação a nós, os filhos. Sempre cobrou notas boas e exigia que minha irmã, meu irmão gêmeo e eu estudássemos muito. Deu certo porque nós três temos bons empregos, somos independentes, enfim deu certo. Mas em relação a minha mãe ele só cobrava que ela cuidasse da gente e da casa. Ele sempre trazia presentes pra ela quando voltava de viagem. Mas é interessante que ela hoje diz que gostaria de ter estudado mais, embora tenha uma aposentadoria da Prefeitura como professora.

6- Em sua opinião qual a melhor opção para a mulher que sofre violência conjugal?

Fazer terapia. É fundamental entender o que a levou a uma situação impensável.

Pergunto: E se ela não tem essa possibilidade?

Acho quase impossível. Existe hoje ampla veiculação dos vários tipos de atendimento às mulheres vítimas de violência, inclusive de terapia.

7-Você acha que as mães na criação de suas filhas reproduzem a própria história?

Todo mundo faz isso. Mas em se tratando do seu tema, acho que as mães tentam preservar as filhas o tempo todo. Minha mãe sempre foi muito zelosa. Sempre nos aconselhou a nos preservar, até porque somos do interior e você sabe, né? O nome da família é muito

importante, mesmo que a família não seja importante. Pra que as moças sejam respeitadas temos que ter um comportamento impecável.

Mas pelo que entendi de suas explicações sobre o tema de sua tese, você quer descobrir se a educação que as mulheres recebem fazem com que elas aceitem a violência dos seus parceiros. É isso mesmo?

Respondi que a minha investigação focaliza a influência dos papéis de gênero, se resíduos da educação permaneciam na memória da mulher fazendo com que ela banalizasse a violência sofrida na relação conjugal.

Ela olhou pra mim por um tempo e pensativa disse: Minha mãe era como todas as mulheres do tempo dela estudaram só pra serem professoras e casavam com os maridos que as famílias gostavam. Segue dizendo: Com a minha mãe não foi diferente, mas ela sempre gostou muito do meu pai e ele também gosta muito dela. Ela não reclama, mais sei que fica muito triste porque ele não demonstra. Minha mãe é muito sentimental, chora por qualquer coisa, chora por razões antigas e novas.

Acho que ela deve ter sofrido violência sim, talvez por ter acatado as ordens que ela não concordava, mas meu pai nunca levantou a voz para ela. Hoje sei que algumas violências não são vistas com facilidade. Mas eu, por exemplo, também nunca quis ver.

Dou muitos presentes a ela, e quando ela vem ficar aqui não vai pra minha casa, vai pra casa da minha tia. Sei que ela não quer ver que eu também estou infeliz.

Pergunto: Você está infeliz? Isto está relacionado com a sua relação conjugal?

Ela responde: Mais ou menos e silencia. Acho que está relacionado comigo mesma de não conseguir tomar uma decisão. Fico esperando acontecer alguma coisa, aparecer outro alguém, que eu me apaixone...

Passo para a pergunta seguinte.

8- O que você aprendeu na sua família de origem influencia nas suas decisões em relação à sua própria história?

Com certeza. Já sou errada pro meu pai.

Pergunto: Errada? Como assim?

Ela responde: Moro junto com o M. há cinco anos. Somos da mesma cidade. A gente se conheceu quando a gente ainda era muito novo. Quando me formei em advocacia e resolvi prestar um concurso para oficial de justiça, vim para o Rio estudar. Morei com minha irmã

que agora é juíza em outro estado. Foi quando ela foi promovida, que ele brigou com o pai que arranjou uma mulher mais nova e passou a não dar mais nada para os filhos. Ele administrava a fazenda do Seu R. e ficou sem nada quando Seu R. mandou ele embora. Quando vi, ele já estava lá em casa. Minha irmã estava mudando de Niterói e eu ia ficar sozinha. Eu e meu irmão temos pavor de ficar sozinhos. Ele já largou um cargo muito bom porque tinha que ir para o Matogrosso por 2 anos. Aí ele foi ficando. Como eu te disse, eu passei no concurso da Ordem, mas logo veio o concurso pro M. P. (Ministério Público) e eu resolvi fazer. Passei e me vi tendo que ajudar a M. porque ele estava sem nenhuma renda. Resolvemos casar porque minha família cobrava muito. Mas não casei. Comecei a ver que ele mesmo depois de ter arranjado um emprego em uma concessionária não colocava uma fruta em casa. Aquilo me irritava, mas eu lembrava dos presentes que ele já me deu, da companhia que ele me fez e fui deixando pra lá. Até que ele começou a chegar em casa bem alto e dizer que eu esnobava ele. No começo eu dizia que não era nada disso, que ele estava maluco e se eu estava com ele era porque gostava dele. Até que conheci o F. Fiquei apaixonada! Passamos a fazer todos os processos juntos, fazer tudo junto. Aí os finais de semana passaram a ser um inferno. Eu sem paciência, M. pior ainda. Ele começou a dizer coisas absurdas... Quebrava qualquer coisa que pegava e eu fui percebendo que ele só não me agredia fisicamente porque sabia que colocaria ele na cadeia. O pior é que F. nunca escondeu que está de casamento marcado para setembro. Estou vivendo sem norte. Parece que M. sabe, mas não fala em terminar. Quando toco no assunto e digo que nossa relação está muito mal ele melhora, pra de beber um pouco, mas logo volta, e continua me ofendendo. Diz que eu sou arrogante, mas que eu sou uma merda de mulher e outras coisas que nem quero repetir. No outro dia ele apertou meu braço com muita força, eu o ameacei de cadeia e ele disse que só isso que eu sei, que eu poderia conquistá-lo outra vez e que: olha que absurdo! Ele está me dando uma chance. Quando ele diz isso eu penso que já estou com idade que minhas amigas já tem filhos e eu ... Por conta da minha angústia vim fazer terapia pra ver se me livro dessa culpa em relação a ele. Acho que já fiz demais por ele. Ele tem conta conjunta comigo e gasta demais. Soube por meu irmão na semana passada que ele pediu dinheiro a minha mãe porque estava apertado. Pura mentira, o safado trocou de carro porque eu tive que comprar um carro melhor porque ainda sou substituta e a cada mês vou para o município que sou indicada. Minhas amigas do meu concurso me perguntam por que eu não saio e largo ele no apartamento. Fico pensando nisso, mas não tenho coragem, tenho um medo enorme de ficar sozinha e tenho pena dele também. Não sei o que fazer.

9- Na sua relação com os seus filhos (as) você se percebe reproduzindo o que aprendeu?

Não tenho filhos. E já sei que com ele eu não quero ter. Com o F. eu teria. Mas ...

***Você acha que reproduziria para os filhos que você vier a ter, em especial, para uma menina o que você aprendeu em sua família de origem?**

Acho que sim. Não vejo nada de errado no que aprendi com minha família. Meus pais sempre foram muito presentes. Não me lembro de nenhuma decisão que eles não estivessem discutindo e apoiando a gente. Até hoje quando fico muito mal é neles que eu penso e morro de vontade de voltar pra casa. O problema é que cidade do interior todo mundo vigia a vida dos outros, e aí acho que vão adorar saber que a filha do seu T e da dona C se separou do marido.

10-Em sua opinião como deve ser o comportamento da mulher nos dias de hoje?

Independente! Independente mas sem culpa de ser independente. Eu estudei muito para chegar a esse cargo. A droga é que não consigo me libertar afetivamente. Acho que se o F. topasse, eu me separaria e ficaria com ele. Mas ele está com uma loura sem sal que já tentou dois concursos e não passou. É acho que os homens gostam de mulher dependente, ignorante, aí sei lá, fico com raiva quando lembro que ela está com ele e eu não. Acho que preciso conhecer outras pessoas. Aliás, eu namorei muito pouco, mas sempre estava com alguém, nunca consegui dar um tempo e ficar sozinha.

***Informo que ela já respondeu todas as questões pergunto se gostaria de dizer mais alguma coisa.**

Ela responde: Agora nem sei o que eu quero mais?

Eu peço que ela explique o que está dizendo.

Ela responde: Não sei se eu quero conseguir me separar ou aprender a ficar sozinha.

Respondi que a contribuição dela foi muito valiosa e, que certamente ela encontraria essa resposta durante o trabalho terapêutico.

Ela me pergunta se pode ler a tese depois que estive pronta. Eu respondo que sim, que posso disponibilizar.

Agradeço e me despeço dizendo que qualquer dúvida quanto à entrevista eu estaria disposição para esclarecer.

Anexo 7. Transcrição da entrevista nº 4

Entrevista nº4

Data da entrevista:

Hora de Início da Entrevista: 11:00

Apresentação e assinatura do Termo de Consentimento:

Dados Pessoais:

Idade : 62 anos

Nível de escolaridade: Médio

Ocupação: Profª particular de Inglês

Tempo de relacionamento com o agressor: 34 anos

Estado Civil: Divorciada

Residem juntos atualmente? Não

Nº de filhos com o parceiro agressor: 03

Idade dos filhos: 39 sexo masculino, 37 sexo masculino e 35 sexo feminino

Entrevista

1-O que você entende por violência conjugal?

É toda a forma de repressão, de inibição ou mesmo da não permissão para que o outro possa ter liberdade. Às vezes, a agressão verbal, pode ser tão violenta quanto a própria violência física. A pessoa passa a se sentir acuada e insegura. Torna-se a sombra do outro e seu comportamento fica restrito às condições subliminares impostas pelo agressor. As variações de humor são uma constante na figura do que agride e isso desencadeia uma confusão entre submissão e reações de raiva. A gente fica presa nisso e a liberdade se torna um artigo de luxo, raro. Às vezes, o ofendido se defende se tornando violento, na tentativa de se proteger ou mesmo num desabafo. Falo de minha própria experiência. Fui e continuo sendo uma pessoa do interior e acho que isso me fez me sentir menor, mais bronca. Acabei tendo filho logo e como meu ex tinha que ir para outros municípios, enquanto ele não era titular, eu

tinha uma vida muito voltada pra dentro de casa. Era levar criança na escola, buscar criança na escola, levar pra médico, psicólogo. Até hoje me sinto culpada em relação a eles porque ficava muito preocupada se meu ex estava me traindo que não via mais nada.

2-Para você o homem é naturalmente mais agressivo do que a mulher?

Há homens que são habitualmente violentos. Outros, só desenvolvem essa característica se confrontados ou ameaçados. A educação e mau exemplo são efetivamente capazes de alterar condutas, com certeza. Mas já observei mulheres que conseguem ser bem mais agressivas que os homens. Acho que não depende de sexo. Eu mesmo já unhei meu ex todo, rasquei a camisa dele, quebrei coisas em casa, já sofri muito.

***Você acha que a mulher se torna agressiva quando se sente agredida?**

É acho que sim. É como uma forma de desabafo, pra manter o mínimo de orgulho. Acho que é uma forma de por a raiva pra fora. Eu mesma já tive vontade de focar meu ex de tanta raiva, de tanta humilhação.

3-Em sua opinião o que leva um homem a ser violento?

Isso é complexo. Existe uma gama de situações que, para algumas pessoas, pode representar o fio condutor para a agressão, para um comportamento violento, Entretanto para outras não necessariamente produz qualquer efeito negativo. Em alguns casos, exemplos paternos ou maternos, podem ser a causa. Mas repito, não é uma norma geral. No meu caso meu ex no começo me empurrava quando eu ficava esperando ele até tarde e questionava onde ele estava. Isso já dava discussão porque ele não admitia. Depois ele começou a ficar mais violento, aí eu comecei a recuar e ele passou até a dormir fora e não me dava satisfação nenhuma. Quando alguma criança ficava doente eu tinha que providenciar tudo sozinha porque tinha vergonha de incomodar os vizinhos que eu nem conhecia direito. Aliás eu não era conhecida por ninguém. Não ia as festas do Tribunal porque nunca achava que eu ia me comportar a altura dele. Eu era muito tímida.

4-Em seu ponto de vista quais os motivos levam à violência conjugal?

Em primeiro lugar a ausência de respeito. E provavelmente, a segunda causa, o desamor, que vem seguido de impaciência. Muitas vezes o arrependimento de se ter assumido o compromisso. A perda da liberdade e o sentimento de se ver “atrelado” àquela pessoa, talvez sejam um dos motivos para alguém se tornar violento. Acho que foi isso que aconteceu

no meu casamento. Meu ex marido sempre teve muitas mulheres em volta dele, mas precisava casar pela posição dele e eu era a mocinha direita e idiota que achou que podia fazer ele mudar.

*Nesse momento ela se emociona, chora de forma sentida, bem baixinho e diz: perdi minha juventude pra nada.

Aguardo um pouco e pergunto se ela quer um pouco de água. Ela aceita. Bebe e diz: Não adianta ficar chorando o leite derramado.

Sorriso para ela e pergunto se podemos retomar a entrevista e ela concorda.

5-Você teve alguma experiência de violência conjugal em sua família?

Sim. Não só física, mas principalmente violência verbal que pode ser também destrutiva e deixar marcas muito fortes. Tenho uma irmã que já sofreu agressão física por parte de seu marido. No entanto, ela revidava e a vida deles se tornou o caos. Eu sempre preferi ficar, sei lá, mais calada. Mas gritava também, ficava com ódio quando ele chegava em casa com batom na roupa e nem fazia questão de esconder como eu já disse, mas me sentia tão só e sem saber o que fazer que não conseguia ver uma saída. Aliás, nem sei se eu queria uma saída. Eu aguentei até o fim. Digo fim porque quem quis se separar foi ele e ainda me roubou na divisão dos bens que eu ajudei a construir. Hoje eu tenho pena dele, mas continuo achando ele um canalha.

6- Em sua opinião qual a melhor opção para a mulher que sofre violência conjugal?

A separação seria a resposta mais lógica, mas não é fácil. Passei dolorosos trinta e alguns anos sem reagir como devia as agressões que eu sofri, ainda que a maioria tenha sido verbal. Além daquelas que são ultrajantes, porque te humilham e te fazem menor, que são as sexuais. É quando você se vê posta de lado. Todas as outras mulheres são mais interessantes do que você. Seu marido te faz se sentir inferior. No caso da violência física existe a opção de denúncia. Já em relação ao desprezo sexual não tem como recorrer ao auxílio da justiça, para punir o agressor. Nas duas formas não é uma decisão muito fácil, ainda mais no meu caso que meu ex era um juiz né? E eu mesma sou muito passiva, tenho horror de briga. Acho que a única pessoa que tentei revidar o que eu sentia foi com o meu ex.

7-Você acha que as mães na criação de suas filhas reproduzem a própria história?

Não necessariamente. Não, mesmo. Eu sou o exemplo disso. Fui criada totalmente diferente dos padrões que tentei passar para minha filha. Tive muita liberdade por parte de minha mãe, principalmente. Minhas irmãs dizem que minha mãe não ligava pra nada, mas não era verdade. Meu pai era muito extrovertido, era presidente do clube da cidade, gostava de beber, gostava de política e ela não tinha jeito pra essas coisas. Ela preferia ficar em casa e eu era a companheirinha dela. Aprendi a tocar um pouco de piano e a pintar também. Minha rima mais velha diz que eu faço tudo médio, mas ela sempre se acha a melhor. Realmente ela toca muito bem e minha outra irmã que está em outro país, vive como pintora e vive relativamente bem.

Mas você me perguntou se a gente reproduz a nossa história pros filhos. Não sei. Sempre fui um pouco medrosa, mas sempre empurrei os três para estudar. Mas acho que por medo e insegurança devo ter passado muita negatividade para minha filha. Sempre tive medo que ela sofresse. E adiantou muito pouco. Hoje ela não tem amigos, namorado, ela é muito chata coitada, reclama de tudo. Tudo está ruim. Eu gosto de música de sair, passear, ela não. Tudo é chato, tudo é feio. Já os rapazes também são problemáticos. O mais velho mora com o pai e não sai de casa pra nada, ou melhor, só pra levar o pai pra buscar as mocinhas que ele arranja pra dormir com ele. O do meio mora comigo atualmente, mas vive se metendo em dívidas, estraga os carros, gastou todo dinheiro que recebeu da divisão de um terreno que o pai vendeu. Eu tenho muita dificuldade de dar duro neles, tenho pena. Acho que por ter vivido muito tempo com a família do meu marido que me incutiu tanta incerteza e até mesmo um sentimento de culpa, de incapacidade. Parece que sempre estou devendo alguma coisa.

8- O que você aprendeu na sua família de origem influencia nas suas decisões em relação à sua própria história?

Mais ou menos. Vivi numa outra geração, num modo de vida totalmente diferente.

Acho que há modelos diferentes para cada situação. As gerações, naturalmente, têm que se modernizar. Isso acontece cada vez mais, de forma muito rápida.

Explico: as coisas estão se desenvolvendo de maneira vertiginosa. Não há muito tempo mais para se dar atenção ao outro. A demanda é enorme para tão pouco tempo. Há uma sobrecarga que tem nos transformado num exército de infelizes à procura de uma satisfação fugaz. Não fomos preparadas para resolver esta equação. Qual comportamento é o ideal? O que fazer nesta ou outra situação? Ninguém parece saber ao certo, como reagir em algumas

fases da vida. Então, eu acho que não, as mães não reproduzem a própria história na educação dos filhos.

No meu caso acho que a influência que mais marcou foi do meu pai, ele era muito admirado, todo mundo gostava dele. Era honesto, ajudava todo mundo, cobrava que a gente estudasse, mas só tinha um defeito bebia. Como você deve saber, no interior todo mundo bebe muito e eu tomei horror de bebida. Meu ex bebe também e eu fui muito rígida com meus filhos em relação à bebida. Graças a Deus nenhum deles bebe nada. Já minha mãe era mais maleável. Como eu já disse era até considerada meio displicente, segundo uma irmã que tenho, mais velha que eu.

Exemplo é importante, sim.

9- Na sua relação com os seus filhos (as) você se percebe reproduzindo o que aprendeu?

Muito pouco a não ser em relação à bebida.

Eles são muito diferentes da minha época e também há uma diferença enorme de um irmão para o outro. Foram criados no seio da mesma família, no entanto, há diferenças gritantes, volto a dizer. Daí, a conclusão: os ensinamentos são como a parábola da boa semente. Se cair em terreno fértil dará bons frutos, do contrário, não haverá nenhum resultado e nada vai florescer. Acho que estou semeando até hoje embora eles estejam amparados quando a gente morrer. O único que precisa de apurar é o mais velho que não terá direito a pensão. Mas vamos ver com o dia a dia ele vai tomando jeito.

10-Em sua opinião como deve ser o comportamento da mulher nos dias de hoje?

Impossível definir. Não só o das mulheres. Acho que os homens andam meio perdidos com a evolução das mulheres. Além, é claro, do terceiro sexo, o dos homossexuais. Então é um caldeirão de comportamentos. Como acompanhar o ritmo frenético de tanta evolução sem se perder no meio do caminho? Contudo, acho que, em qualquer época, a mulher jamais deveria abrir mão de ser, antes de feminista, moderna ou o que for, ser feminina. Isto pode ajudar ao homem a se nortear melhor diante de tantas incertezas. A nossa intuição ainda é um fator incontestável, acho eu. Por que não segui-la?

Acho que fui muito prolixa não?

O que eu quero dizer é que a mulher não pode mais perder tempo. Tem que viver tudo que puder. Não dar confiança a homem nenhum. Tem que cuidar dela, ficar bonita. Eu

melhorei muito depois que voltei a dar aulas de inglês. Nesse ponto meu ex sempre me cobrou estudar, ele tem uma sala, na casa que era nossa e ele me expulsou, que as paredes são repletas de livros. Na época eu nem prestava a atenção. Agora estou lendo mais, me cuidando mais. Minha filha é que precisa agir assim também, mas vai chegar a hora dela. Eu também era assim e melhorei muito.

Agradeço a colaboração dela para a nossa pesquisa.

Ela responde que gostou muito de contribuir.

Nos despedimos.

Anexo 8. Transcrição da entrevista nº 5

Entrevista nº5

Data da entrevista: 16/2011

Hora de Início da Entrevista: 16:00

Apresentação e assinatura do Termo de Consentimento:

Dados Pessoais:

Idade : 45 anos

Nível de escolaridade: Médio

Ocupação: Designer de interiores

Tempo de relacionamento com o agressor: 7 anos

Estado Civil: Solteira

Residem juntos atualmente? Não

Nº de filhos com o parceiro agressor: 1

Idade do filho: 13 anos

Entrevista

Ao ser perguntada qual a sua ocupação a entrevistada respondeu:

-Sempre quis ser arquiteta, mas quando minha mãe adoeceu, depois da morte do meu irmão, meu pai ficou muito abalado e como ele era advogado, deixou de trabalhar como ele fazia e nossa situação financeira ficou muito ruim.

Os gastos com a doença da minha mãe eram enormes, aí não dava pra pagar uma faculdade particular e eu não consegui passar pra uma pública.

Como tive que trabalhar pra ajudar em casa, comecei a fazer almofadas com fitas, bordadas, depois aprendi pintar porcelana. Todo mundo gostava e eu conseguia vender tudo que fazia. Foi com o dinheiro que sobrava do que dava em casa que consegui fazer um curso de decoração de interiores. Os amigos começaram a me ajudar, eu fiz um cartão, eu fui fazendo quartos de filhos dos amigos, ajudando na casa das amigas que iam casar e fui

ficando conhecida. Passei a ter um pequeno escritório que foi crescendo aos poucos dando pra eu comprar as coisas necessárias pro meu filho e pagar o colégio dele.

Sobre o tempo de relacionamento com o agressor a entrevistada informa que ficou com ele por sete anos, mas antes teve um outro relacionamento do qual nasceu o seu primeiro filho.

*Reiterei que a entrevista era composta de algumas questões e que gostaria de fazer a primeira ao que ela concordou.

1-O que você entende por violência conjugal?

Bem, violência é ruim em qualquer situação. Eu acho que sempre fui violentada desde pequena. Tenho impressão de que meus pais nunca gostaram de mim. Mas em relação a relacionamento com homens, conheci o pai do meu filho através de um amigo comum, mas não deu certo. Ele era muito ciumento. No começo eu achava mesmo que ele gostava muito de mim, mas depois fui vendo que era mesmo é egoísta. Ele queria ser músico e não ganhava nada. Todo meu dinheiro era pra pagar as despesas da casa. Ele dizia que ia estourar a qualquer hora, que todo mundo adorava a voz dele.

O fato é que eu cansei de esperar ele fazer o tal sucesso.

***E o que aconteceu?**

O sucesso não aconteceu é claro e ficamos muito endividados. Não chegamos a passar necessidades, mas não deu mais pra pagar aluguel, condomínio e aí eu tive que voltar pra casa dos meus pais e ele foi pra casa da mãe dele, que era o que ela mais queria.

Depois disso ele só vinha ver a gente umas duas vezes por mês, assim mesmo quando eu ligava pra casa da mãe dele reclamando. Ela que sempre me tratou mal, sempre que podia dizia que eu tinha atrapalhado o futuro dele. Quando eu conseguia falar com ele, ele sempre dava uma desculpa de que estava ocupado e quando eu insistia me dizia um monte de desaforos.

Sofri muito e por muito tempo, mas fui me reerguendo.

2-Para você o homem é naturalmente mais agressivo do que a mulher?

Não sei. A mãe do R é muito grossa e minha mãe não fica atrás, então não sei dizer. Eu acho que as pessoas são grossas quando a gente se rebaixa muito. Eu sempre quis ser legal com as duas e só recebi grosseria.

Por exemplo, com minha mãe doente eu dedicava todo tempo pra ajudar em casa e quase não sobrava tempo pra mim. Eu mais cuidava dela do que do meu filho e ainda ouvia desaforos dela e do meu pai. Minha casa era só aborrecimento. Meu pai não tinha paciência com meu filho e dizia que estava muito velho pra ter criança em casa desarrumando tudo, o que não é verdade. Eu sempre me desdobrei pra manter tudo limpo, comida na hora, mas ainda assim não tinha valor.

*Nesse momento a entrevistada começa a chorar compulsivamente.

*Achei que seria oportuno oferecer uma água ou um café, mas ela não aceitou. Só me pediu um lenço de papel.

*Então disse para ela: Deve ter sido muito difícil pra você.

*Ela respondeu que sim balançando a cabeça.

*Aguardei alguns segundos em silêncio e depois perguntei se poderia lhe apresentar a outra questão.

*Ela respondeu que tudo bem.

3-Em sua opinião o que leva um homem a ser violento?

Acho que são vários os motivos, mas principalmente quando eles sabem que a gente precisa dele. Digo isto com toda certeza porque aconteceu mais uma vez comigo.

*Você pode falar sobre isto?

Posso, posso sim. Eu conheci o P no colégio do meu filho, o filho dele estudava lá também numa série mais adiantada que C.

A gente começou a se encontrar nas festinhas da escola e nos aniversários dos amigos que o C e o M tinham em comum, até que um dia ele me perguntou se eu tinha alguém porque ele estava interessado em mim. Como eu não tinha mais nada com R (pai do filho) resolvi investir na possibilidade de uma relação.

No começo ele me tratava bem, eu é que tinha um forte sentimento de fracasso e rejeição, mas fui me deixando levar para uma relação mais séria achando que seria bom pra mim e pro meu filho.

Aí fomos morar juntos. E aí eu fui conhecendo o P. Me decepcionei logo de cara, mas não podia voltar a trás porque meu pai disse que se eu saísse de casa eu não poderia voltar mais. Pra ele eu estava me comportando como uma vagabunda, passando de mão em mão. E olha que eu ainda continuei ajudando em casa e ouvia que não era mais que obrigação. Minha

mãe acha que fez tudo por mim e que agora o mínimo que eu devo fazer é retribuir todo sacrifício que ela e meu pai fizeram. Me sinto um estorvo pra eles, pra mim e pro P.

Não sei se consegui responder, mas minha cabeça está uma confusão só.

*Respondi que tudo bem, que a resposta refletia o que ela pensava sobre a questão. Passei para questão seguinte:

4-Em seu ponto de vista quais os motivos levam à violência conjugal?

Motivo sempre se arranja quando se quer brigar né?

Os nossos primeiros desentendimentos começaram porque eu tinha que ir sábado na casa dos meus pais arrumar a casa e deixar tudo organizado para a semana. P reclamava que não tinha mulher, que queria sair no sábado e eu nunca podia.

Passou a sair só com filho dele e não levava o C (filho dela) que ficava muito triste. Como se não bastasse, acho que pra me agredir só comprava biscoitos e outras coisas pro M (filho dele), deixando bem claro que se meu filho quisesse eu teria que comprar. Isso provocou uma divisão horrível dentro de casa e os meninos começaram a brigar, não brincar mais juntos, um inferno. Quando eu tentava conversar com ele (P), ele não me dava a menor atenção e dizia que ele estava certo. Se eu era empregada dos meus pais eu tinha que ser remunerada.

Fui ficando muito magoada, até porque eu continuava trabalhando, tinha conseguido uma vaga num escritório de decoração e dividia várias contas com ele.

Um dia quando ele voltou do cinema com o filho dele eu explodi e chamei ele de mesquinho. Ele me deu um tapa no rosto dizendo que não admitia ser insultado na casa dele. Saiu de casa logo depois pra jantar fora com o filho. Eu fiquei chorando sem saber o que fazer.

Liguei pro meu pai e contei o que aconteceu e ele me respondeu que eu tinha escolhido e agora que me virasse.

Acho que quando P fez isso já queria se separar, mas eu não tinha pra onde ir.

*Mas uma vez ela chora muito.

*Sem perguntar ofereci um copo de água, que ela bebeu todo de uma só vez.

*Esperei ela se recompor e perguntei se ela gostaria de deixar o restante das questões para outro dia.

*Ela responde que não, que preferia terminar logo.

*Eu informei que ainda faltavam 5 questões, mas que eu interromperia no momento em que ela quisesse. Então passei para quinta questão.

5-Você teve alguma experiência de violência conjugal em sua família?

De qual família você está falando? Na casa dos meus pais não me lembro de meu pai agredir minha mãe não, mas vi ela várias vezes chorando e tinha umas discussões que ela dizia que ele tinha amantes, mas eu sempre tentei ficar de fora. Meu pai não dava a menor importância. Se arrumava todo e saía de casa. Quando voltava ela fazia de contas que nada tinha acontecido. Até me acostumei com isso. Meu irmão é que acalmava ela. Quando meu irmão tentava conversar com ele, ele dizia que tinha tudo em casa, que ela não tinha que reclamar de nada.

O meu primeiro relacionamento foi uma droga, o segundo pior ainda, só sobrou meu filho de bom e o terceiro superou minhas expectativas.

P agrediu a mim e a meu filho. Depois da bofetada que ele me deu eu ainda tentei contornar a situação, mas via como ele me olhava com desprezo, deboche, sei lá. Eu me sentia a pior das mulheres mas fui aguentando pensando o que eu podia fazer. Comecei a economizar pra conseguir um lugar pra morar com meu filho, mas por azar ou sorte, ele perdeu o emprego. Digo sorte porque me senti vingada porque ele passou a depender de mim, do meu miserável dinheiro como ele mesmo dizia.

Eu ainda achei que ele ia passar a me dar valor, mas não, ficou até pior.

6- Em sua opinião qual a melhor opção para a mulher que sofre violência conjugal?

Eu acho que quando não se tem condição é melhor não enfrentar. Eu tentei o que pude pra não ter confusão. Passei a ir na casa dos meus pais na quinta feira depois que deixava os meninos no colégio.

Passei também a desenhar mais em casa pra não ficar tanto tempo fora. Mas P não tinha o menor respeito pelo meu trabalho. Amontoava tudo, eu perdia projetos, encontrava meus desenhos amassados, as vezes no lixo.

E todas as vezes que reclama as agressões vinham mais fortes.

Eu suportava calada, procurava não ficar no cômodo que ele estava, ia dormir depois que ele já tinha dormido.

E o pior que ele começou a beber muito. A ex-mulher dele até andou dizendo que ia pegar o M pra ficar com ela, mas ela não queria não, já estava em outra.

A gente ficou com o aluguel atrasado, cartão de crédito a situação ficou muito feia mesmo. Uma vez ele me disse que eu tinha trazido azar pra vida dele e que ele não ia ficar na merda por minha causa, que antes disso ele me jogava pela janela.

E assim ia...

*Pausa. Olhar vago.

Mas a última vez que ele me agrediu foi porque o M (filho dele) foi tomar banho e abriu a torneira quente e saiu gritando que se queimou. Ele estava sentado na sala vendo TV mas me culpou de querer queimar o filho dele. Ora, com 9 anos ele já sabia que tinha que abrir a torneira fria primeiro e depois temperar a água.

Quando eu disse isso ele me agarrou pelos cabelos e me jogou contra parede. Meu filho começou a chorar e ficou empurrando ele pra me largar. Aí ele com toda fúria jogou meu filho longe, no impacto com a mesa ele quebrou o braço.

*Mais uma vez ela se emociona, põe as mãos no rosto e chora muito.

*Ela diz: todas essas lembranças doem muito.

Continua relatando: Quando vi meu filho machucado saí de casa correndo com ele para o pronto socorro. Quando contei o que tinha acontecido a enfermeira me perguntou como eu tinha coragem de deixar meu filho passar por uma situação dessa. Foi muito duro ouvir aquelas palavras. Sentia que ela me olhava com censura e me senti muito humilhada.

Liguei pra minha prima e contei o que estava acontecendo. Ela disse que eu podia passar um tempo na casa dela até resolver pra onde ir, mas que não queria escândalo lá e que eu tinha que ter amor próprio e não voltar mais pra casa do P.

É interessante que todo mundo que a gente pede ajuda sempre impõe regras né?

Fui pra lá muito deprimida, tinha fracassado de novo.

*Não fiz nenhum comentário sobre o que tinha ouvido. Somente enfatizei que a quando ela quisesse parar nos interromperíamos a entrevista.

*Ela me perguntou se faltava muito ao que eu respondi que ainda faltavam três perguntas.

*Ela responde que podia aguentar.

7-Você acha que as mães na criação de suas filhas reproduzem a própria história?

Não sei. Mas fiquei pensando muito tempo se eu estava ensinando meu filho a apanhar calado, mas acho que não. Depois que a gente saiu da casa do P ele ficou mais tranquilo e eu achei que tudo ia melhorar. Mas depois de uma semana o P me procurou no meu trabalho dizendo que queria que eu voltasse. Eu disse que em hipótese nenhuma, que o que ele fez não tinha perdão. Ele me olhou com muita raiva e falou que não ia ficar andando atrás de mulher e que eu ia me arrepender. Fiquei com medo pior do que já estava.

Às vezes saía do trabalho e ele estava do outro lado da rua rindo. Passei a sair em horários diferentes e sempre com alguém comigo.

*Entendo que tudo isso que você viveu foi muito doloroso. Mas gostaria que você pensasse na pergunta que eu te fiz.

*Ok. Você pode repetir?

* Claro.

Perguntei se você acha que as mães na criação de suas filhas reproduzem a própria história?

Pensando bem, minha mãe nunca foi muito ligada à família não. Mesmo quando minha tia, irmã dela e mãe dessa minha prima morreu ela não soltou uma lágrima. Ela sempre diz que é muito infeliz, muito doente e que ninguém entende ela, só meu irmão gostava dela.

Acho que fiquei meio assim também. Não me sinto apoiada por ninguém, me sinto muito sozinha. Tento fazer tudo direito mas parece que tem uma coisa que me atrapalha pra nada dar certo.

8- O que você aprendeu na sua família de origem influencia nas suas decisões em relação à sua própria história?

Ah! As minhas decisões são sempre pra fazer o que os outros dizem que é melhor.

Por exemplo na casa da minha prima D eu fazia tudo pra ajudar, lavava e passava roupa a noite quando chegava do trabalho, lavava a louça, deixava tudo pronto pra sair no dia seguinte com C (filho dela). Sei que D estava gostando porque ela nunca gostou de trabalho de casa e eu passei a dividir o serviço e não dava despesa com comida, nem nada, na verdade eu e C só dormíamos lá. Mas numa sexta feira quando eu estava chegando na rua da casa dela o P apareceu, estava num carro que eu não sei de quem era, e veio pra cima de mim dizendo

que era a última vez que ele ia me chamar pra voltar pra casa. Eu disse que não adiantava, que não tinha esquecido o que ele tinha feito. Aí ele me segurou e me bateu muito forte, caí no chão, ele me chutou, rasgou minhas roupas e me deixou toda ensanguentada no chão. Eu não gritei porque não podia colocar em risco ter que sair da casa da D. Fui me arrastando pra casa e quando L (marido da prima) me viu disse que eu tinha que ir à polícia porque P ia acabar me matando. Fui sem querer.

Eles me colocaram num taxi e não foram junto pra se não se envolver. P foi chamado e um processo foi aberto. Eu fui pro hospital porque quebrei três costelas, desloquei o maxilar e a mão esquerda quando caí.

Quando voltei dois dias depois, minha prima me disse que não tinha mais condições de eu ficar lá, que tinha falado com meu pai e que mesmo a contragosto ele ia me deixar voltar pra casa.

Voltei pra casa mais humilhada ainda, mas não me restava mais nada.

Mais uma vez tive que fazer o que decidiram por mim.

9- Na sua relação com os seus filhos (as) você se percebe reproduzindo o que aprendeu?

Vejo meu filho muito calado, muito quieto, parece que ele não quer incomodar, não quer nem ser visto. Acho que ele faz o que eu faço.

Uma amiga do trabalho convenceu nosso chefe que é muito humano a pagar uma terapia pra mim pelo menos por um ano e cá estou eu. Estou tentando entender o que acontece comigo. Mas minha vontade, se não fosse meu filho era me atirar embaixo de um carro e não acordar mais.

Não suporto minha casa, minha casa não, acho que nunca tive isso, meu irmão é que era amado, eu não.

Meu pai e minha mãe não se dão bem, ele vive dizendo que se ela não escondesse as merdas do meu irmão ele ainda estava vivo.

Ela por sua vez diz que fez tudo que pode por nós mas não teve sorte, que a gente nunca ouviu o que ela falava.

E assim vai. Isso é quase todo dia. Um inferno!

Meu filho vai mal na escola. Eu tive que trocar ele pra uma mais barata, mas foi melhor pra ele não encontrar com M (filho do P. ex companheiro). Vejo que ele está infeliz, mas por enquanto tenho que aguentar essa situação.

10-Em sua opinião como deve ser o comportamento da mulher nos dias de hoje?

Estou tomando medicação antidepressiva, mas está difícil reagir. Tô com dificuldade de desenhar, de fazer projetos. Tenho dores de cabeça e passei a tremer muito principalmente na parte da manhã.

Minha mãe diz que é frescura, que ela sim é que está doente desde que perdeu meu irmão, que eu ainda tenho meu filho.

Quando ela diz isso eu acho que ela queria que ele tivesse morto pra eu sofrer junto com ela. Ela diz que eu não sei o que é uma perda.

O que mais me vale são os colegas do trabalho, pessoal legal que me dá força.

Eu vou melhorar, vou conseguir ter meu canto com meu filho, vou ficar mais forte. Também foi muita coisa que apostei e deu errado.

*Ficou em silêncio olhando para um quadro que é a pintura de um caminho.

*Olhou pra mim e disse que gostou muito do quadro.

*Eu respondi que também gosto muito dele.

* Disse que sua narrativa contribuiu muito para o meu estudo

*Ela respondeu: Gosto muito de me sentir útil, mas minha história é de uma vida muito miserável.

* Respondi que ela me parecia ser uma pessoa forte e resistente. Que seria bom se ela pudesse perceber isto, que certamente contribuiria muito para as mudanças que ela deseja fazer.

*Ela sorriu.

*Eu agradei mais uma vez a sua contribuição. Desejei sucesso no processo terapêutico.